



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**AS ESTRATÉGIAS PARA PERMANECER NA TERRA: os assentados do projeto
Estrela da Ilha em Ilha Solteira/SP**

GLAUCIA DE OLIVEIRA FIALHO

**Três Lagoas-MS
2012**

GLAUCIA DE OLIVEIRA FIALHO

**AS ESTRATÉGIAS PARA PERMANECER NA TERRA: os assentados do projeto
Estrela da Ilha em Ilha Solteira/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof^a Dr^a Rosemeire Aparecida de Almeida.

**Três Lagoas-MS
2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

GLAUCIA DE OLIVEIRA FIALHO

**AS ESTRATÉGIAS PARA PERMANECER NA TERRA: os assentados do projeto
Estrela da Ilha em Ilha Solteira/SP**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Geografia,
da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela seguinte banca examinadora:

Presidente e Orientadora: Prof^a Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS

Examinador 1 – Prof^o Dr. Francisco José Avelino Júnior
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS

Examinador 2 – Prof^a Dra. Maria Celma Borges
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS

Três Lagoas/MS, 26 de março de 2012.

Dedico este trabalho àqueles que lutaram e conquistaram seu pedaço de terra. Àqueles que estão mantendo suas raízes no roçado onde suas riquezas não se relacionam a bens materiais, mas sim, aos alimentos que produzem.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço primeiramente a minha família pela força que me deram na opção pelo mestrado e durante o tempo de estudos (Sebastião, Dalva, Régis, Jozi, Wilson e Gustavo). Principalmente à minha irmã (Jozi), que, muitas vezes, se dispôs a me acompanhar ao Assentamento para que eu pudesse fazer as entrevistas e as observações.
- Aos meus professores da graduação. Alguns tive a oportunidade de ter como meus professores também no mestrado. De modo especial ao professor Francisco José Avelino Junior (China), que muito me apoiou e me orientou até o ingresso no mestrado.
- Aos meus colegas de mestrado (Vinícius, Hans, Fábio, Leandro, Dóri, Eduardo, Patrícia, Rose, Waldélia, Daise e Sirlene), pelas dúvidas tiradas em grupo; também, pelos momentos em que nos reuníamos nos intervalos das aulas ou em nossas viagens (Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pantanal). Era sempre muito bom.
- Ao meu amigo Dóri em especial, companheiro em todos os momentos. Sem contar o quanto ele me ajudou a tirar dúvidas sobre os trabalhos do mestrado.
- Ao Grupo de Estudos Agrários; posso dizer que muitas dúvidas foram esclarecidas através dos nossos encontros, isso se deve principalmente às explicações do querido Mie, que, com muita paciência, nos ensina muito sobre a questão agrária em geral. Sem contar que o legal de tudo isso é que mesclamos conhecimentos e dúvidas, entre o pessoal da graduação, da pós-graduação e alguns professores.
- Aos professores membros das bancas pelas quais passei.
- À Rosemeire, orientadora, sempre muito atenciosa e carinhosa. Muito correta quanto ao papel do professor na Universidade. Sempre muito exigente, me ensinou muito sobre a contínua luta pela conquista e permanência na terra pelos camponeses. Ensinou-me da melhor forma a extrair informações valiosas para essa dissertação.
- À CAPES, pela bolsa que possibilitou a realização deste mestrado.

RESUMO

A pesquisa inicia-se pela análise da história agrária brasileira que resultou na atual estrutura fundiária que concentrou, e ainda concentra, a terra nas mãos de poucos. Aliado a este processo de má divisão das terras brasileiras buscou-se entender como se deu a formação dos movimentos sociais de luta pela terra e os caminhos e descaminhos até a conquista da Lei da Reforma Agrária no Brasil. Destaque também foi dado a espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, lembrando algumas disputas emblemáticas organizadas pelo MST no Estado de São Paulo. Definimos como objetivo principal deste trabalho a análise da formação do Assentamento Estrela da Ilha, no município de Ilha Solteira/SP, com o intuito de refletir como se deu este processo de reforma agrária, onde, através de relatos, buscamos entender as fases que vão da organização do acampamento até a conquista do assentamento pelas famílias. Para a pesquisa entrevistamos 52 famílias por meio do uso de dois questionários, um estruturado e outro semiestruturado, somando um total de 25 perguntas. Procuramos dar prioridade aos que estão no assentamento desde a fase de acampamento, tendo em vista a necessidade de compreendermos as etapas que foram vivenciadas e, conseqüentemente, buscamos informações sobre os perfis das famílias assentadas, o modo de vida e como estão resistindo na terra conquistada. Os estudos a respeito da luta para a conquista do assentamento implicou necessariamente considerar não só as ações resultantes desse processo, mas o significado da luta para seus agentes. Logo, lutar pela terra não significa só a conquista de um pedaço de chão, mas sim, resgatar o modo de vida simples que a vida no campo pode proporcionar àqueles que um dia se viram obrigados a optar por uma vida de luta. As várias situações vivenciadas pelas famílias no assentamento, bem como as estratégias para permanecerem na terra, o trabalho familiar, os produtos produzidos nos lotes, a participação nos projetos como associações, cooperativas, assim como aqueles que optam por outras formas de sobrevivência, nos levará a refletir e compreender os caminhos dos projetos de reforma agrária no Brasil, em particular no que se refere ao modo como é operado e como funciona a assistência pública às famílias após a conquista da terra. A pesquisa aponta para a compreensão de que não há uma fórmula única para a sobrevivência nos lotes. Os estudos no assentamento levaram-nos ao entendimento do que já alertava Shanin (2008, p.28): que os camponeses são flexíveis, logo encontram soluções para as crises podendo ensinar até mesmo àquele que não é camponês.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Agrária; Acampamento/Assentamento; Produção no Lote; Estratégias na Terra.

ABSTRACT

The research starts analyzing the Brazilian agricultural history that resulted in the current land structure which has concentrated, and it still concentrates the land in hands of few ones. Allied to this unfair division process of Brazilian lands it searched to understand how the social movements formation for fighting by land and the ups and downs to the conquest of Agrarian Reform Law in Brazil. It was also given note to spatialization and territorialization of Landless Farm Worker Movement/MST, remembering some emblematic disputes organized by São Paulo State MST. We define as main objective of this work the analyze of Estrela da Ilha settlement formation in the city of Ilha Solteira/SP, with the goal to reflect as this agrarian reform process happened, where, through reports, we tried to understand the steps which come from the camp organization to the conquest of settlement by the families. We interview 52 families with two questionnaires, one structured and another semi-structured for the research, giving a total of 25 questions. We try to give priorities to those ones have been in the settlement since camp step, having in mind the necessity to understand the steps that were lived and consequently, we searched information about the settled family profiles, the way of living and how they resist in the conquered land. The studies about the fight to conquest the settlement implicated to consider necessarily not only the resultant actions of this process, but the meaning of fighting by its agents. Soon, fighting by the land does not mean only the conquest of a piece of land but redeeming a simple way of living that the life in the countryside can provide those ones that one day were obligated to choose for a fighting life. Many situations lived by the families in the settlement, as well the strategies to stay in the land, the familiar work, the products produced in the lots, the participation in projects like associations, cooperatives, and those ones who choose other ways to survive, it is going to take us to think and understand the course of agrarian reform projects in Brazil, particularly the manner it is conducted and how the public attendance works to the families after the land conquest. The research appoints to the comprehension that there is not a unique formula to survive in the lots. The studies in the settlement took us to the understanding about it has been already alerted by Shanin (2008, p.28): peasants are flexible, soon they find solutions for the crises and they can teach even anyone who is not a peasant.

KEY WORDS: Agrarian Issue; Camp/Settlement; Lot Production; Land Strategies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	20
1.1 - A terra historicamente concentrada e a luta de resistência	21
1.1.1 - Guerra de Canudos	29
1.1.2 - Guerra do Contestado	30
1.1.3 - A Revolta de Trombas e Formoso	31
1.1.4 - Ligas Camponesas	32
1.2 - A construção do conceito camponês	34
1.3 - A conquista da lei da Reforma Agrária: caminhos e descaminhos	36
CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÃO SOBRE A LUTA PELA TERRA E A ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST	50
2.1 - O debate sobre os novos movimentos sociais	50
2.2 - A reconquista da terra em São Paulo: as disputas emblemáticas	57
2.2.1 - Os Posseiros da Fazenda Primavera	59
2.2.2 - Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo	62
2.2.3 - Pontal do Paranapanema	64
2.2.4 - O Movimento dos Sem-Terra de Sumaré	67
2.2.5 - Promissão	72
CAPÍTULO III - AS ESTRATÉGIAS DE LUTA PELA TERRA E PARA NELA PERMANECER: o Assentamento Estrela da Ilha	76
3.1 - O conceito de acampamento na luta pela terra	77
3.2 - A memória do Acampamento “Terra é Vida”	79
3.3 - O conceito de <i>habitus</i> e a forma acampamento	85

3.4 - As estratégias para permanecer na terra	88
3.4.1 - O trabalho familiar	103
3.4.2 - Famílias associadas e cooperadas: limites e perspectivas	110
3.4.3 - A parceria na comercialização: o caso do PAA e PNAE	117
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
V - BIBLIOGRAFIA	134

LISTA DE SIGLAS

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CESP - Companhia Energética de São Paulo

COAPAR - Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

FAG - Frente Agrária Gaúcha

FEPASA - Ferrovia Paulista S/A

FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GLEP - Grupo Linense de Educação Popular

IAF - Instituto de Assuntos Fundiários

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

JAC - Juventude Agrária Católica

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MEB - Movimento de Educação e Base

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério Social e Combate à Fome

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDS - Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SAPP - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco

SARN - Serviço de Apoio no Rio Grande do Norte

SORPE - Serviço Pastoral de Pernambuco

STRs - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária

UDN - União Democrática Nacional

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação evolutiva da estrutura fundiária de Ilha Solteira - 1995/96 e 2006	92
Tabela 2 - Relação de assentados entrevistados e a produção nos lotes	98
Tabela 3 - Destino dos produtos produzidos nos lotes	115

LISTA DE MAPAS E CROQUIS

Mapa 1 - A Reconquista da Terra e a Formação do MST no Estado de São Paulo: as disputas emblemáticas	59
Mapa 2 - Ilha Solteira no Estado de São Paulo	79
Croqui 1 - Divisão dos 206 lotes do Assentamento	91

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Mobilização dos Sem-Terra	50
Foto 2 - Vista aérea do município de Ilha Solteira/SP	79
Foto 3 - Reunião no Acampamento “Terra é Vida”	80
Foto 4 - O acampamento: montagem dos barracos	80
Foto 5 - Passeata dos acampados pela cidade	84
Foto 6 - Espaço provisório onde os assentados ficaram	89
Foto 7 - Estrada de acesso aos lotes: início da organização do assentamento	90
Foto 8 - Localização do Assentamento Estrela da Ilha	91
Foto 9 - Local da queima do lixo	101
Foto 10 - Diferenças nas estruturas das casas	101
Foto 11 - Casa estruturada ao longo da pesquisa	102
Foto 12 - Produção no assentamento	103
Foto 13 - Reunião das mulheres	107
Foto 14 - Simplicidade camponesa	109
Foto 15 - Entrega do leite que vai para a Coapar (Andradina)	114
Foto 16 - Feira aos sábados	115
Foto 17 - Feira aos sábados	115
Foto 18 - Feira aos domingos	116
Foto 19 - Leite já envasado	120
Foto 20 - Produtos do Assentamento Estrela da Ilha	121
Foto 21 - Leite do assentamento trazido pela PERLAT	121
Foto 22 - Comunidade aguardando as doações	121
Foto 23 - Comunidade recebendo as doações	121
Foto 24 - Produtos a serem distribuídos	122
Foto 25 - Doações recebidas	122
Foto 26 - Pesagem dos produtos entregues pelos assentados	124
Foto 27 - Organização dos produtos para a doação	124
Foto 28 - Produtos para a doação	125
Foto 29 - Produtos para a doação	125
Foto 30 - “Terra é vida”	131
Foto 31 - “Terra é vida”	131

Foto 32 - Soberania alimentar	132
Foto 33 - Soberania alimentar	132
Foto 34 - Produção animal no lote	132
Foto 35 - Cultivo de hortas no lote	132
Foto 36 - Produção de alimentos no lote	133
Foto 37 - Pecuária leiteira	133

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Estabelecimentos Rurais (%), em Ilha Solteira	92
Gráfico 2 - Área dos Estabelecimentos Rurais (%), em Ilha Solteira	93
Gráfico 3 - Distribuição etária dos assentados (%), no Estrela da Ilha	94
Gráfico 4 - Nível de escolaridade dos assentados (%), no Estrela da Ilha	95

Epígrafe

“[...] em matéria de ciência, não há objetividade absoluta. Também o cientista jamais pode dizer-se neutro, a não ser por ingenuidade ou por uma concepção mítica do que seja a ciência.” (JAPIASSU, 1976, p.11).

INTRODUÇÃO

[...] As tensões e paixões, as esperanças e decepções, a coragem e indignação, escancaradas nos rostos dos diferentes trabalhadores rurais que lutam e clamam pelo seu reconhecimento e pelo seu direito de participar, não permitem ao analista tomar a devida distância para fazer uma análise crítica e acabam impregnando-o também. Sentindo-se envolvido na trama, o analista se incorpora à peça. Descobre-se a si mesmo como ator e com paixão, raiva às vezes, passa a ser captado pela força das contradições de que está prenhe o campo (GRZYBOWSKI, p.11, 1991).

Os caminhos percorridos hoje para se fazer ciência têm tomado rumos distintos, onde, uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar seus conhecimentos a serviço da transformação e da justiça social (OLIVEIRA, 2002).

Refletir sobre esses diferentes caminhos nos ajudará a aprofundar a compreensão de que a ciência e a tecnologia tornam-se também forças produtivas, como explica Oliveira (2002, p.64): “[...] Deixam de ser mero suporte de capital para se converter em agentes de sua acumulação [...].” Assim, alguns cientistas acabam por se tornar verdadeiros parceiros nos negócios, se associando ao capitalismo.

Portanto, discutir este assunto como parte introdutória deste trabalho torna-se relevante em virtude dos diferentes rumos da ciência no mundo moderno. E como estamos falando que o pesquisador escolhe o tipo de investigação que deseja realizar, cabe então revelar que a pesquisa que estamos realizando cultiva a utopia de considerar a ciência como lugar para a construção da liberdade, da autonomia e do compromisso social no interior da prática universitária. (OLIVEIRA, 2002).

Acredita-se que investigar um tema da Geografia Agrária voltado a pensar as transformações territoriais que estão ocorrendo no campo brasileiro, nos ajudará a contribuir para o entendimento dos rumos que o país trilha e suas consequências para o desenvolvimento da agricultura camponesa em meio ao avanço do capitalismo.

A questão agrária é um tema muito discutido, sendo ela facilmente encontrada nos clássicos, tanto nos estudos sobre o modo de vida camponês, quanto sobre seu lugar social no capitalismo e seus mecanismos de reprodução interna. Alguns vislumbram seu desaparecimento enquanto classe, e outros pronunciam que o camponês não desapareceu e, mais ainda, que está em constante recriação.

Neste sentido, os estudos que ora serão apresentados, permitem apontar para algumas abordagens sobre como se deu a distribuição de terras no Brasil que resultou, para a

interpretação do desenvolvimento contraditório do capital no campo, na entrada da terra na lógica do negócio, consequentemente, no embate entre camponeses e latifundiários, século após século. Objetiva-se também relatar a organização do movimento camponês movido pela lógica do trabalho.

Como salienta Martins (2010, p.10):

Aqui, a transição para o capitalismo teve seu próprio percurso e seu próprio ritmo. Tem sido transição vagarosa, extraviada nos atalhos de inovações sociais e econômicas tópicas, que nos permitem ser o que não somos e chegar aonde não podemos. Saltos sobre o bloqueio do atraso.

As reflexões que cercam o estudo da resistência camponesa na luta cotidiana pela e na terra nos levará também a analisar os sujeitos envolvidos. Isto impõe a construção de um caminho de resgate histórico que será apresentado ao longo deste trabalho. Como sugere Saquet e Santos: “Para analisar sobre a questão agrária no Brasil, é preciso contextualizá-la historicamente, resgatando o que há de essencial no debate clássico em cada período.” [...]. (2010, p.35).

Definimos como objetivo da pesquisa entender o modo de vida camponês e investigar sua recriação (ou não) no assentamento Estrela da Ilha, refletir sobre as estratégias e as experiências vivenciadas pelas famílias a fim de garantir a terra e nela permanecer, em especial a forma de acampamento e as mobilizações posteriores. Entender ainda as potencialidades, bem como os bloqueios ao processo efetivo de consolidação da reforma agrária.

A pesquisa possui duas abordagens: a primeira privilegia a construção do arcabouço teórico-metodológico por meio de levantamento bibliográfico de livros, teses e dissertações de obras que se relacionam à temática da dissertação, qual seja: luta pela terra e para nela permanecer.

A segunda abordagem se refere à coleta de dados que se divide em dois instrumentos, a saber: questionários estruturados em que buscamos a construção do perfil das famílias assentadas e questionários semiestruturados (entrevistas) sobre as formas de produção e renda, organização e comercialização dos produtos da reforma agrária.

Ao longo da investigação, entrevistamos 52 famílias, e como critério para definição destas famílias, privilegiou-se a trajetória de acampamento. Ou seja, foram escolhidas aquelas que moraram em barracos de lona antes da fase de assentamento, situação que nos ajuda a entender o processo de luta até a conquista da terra, bem como as estratégias para colocar em

prática os sonhos acalentados na fase de acampamento, aliados aos novos desafios na estruturação da vida no lote.

A partir do primeiro capítulo, serão abordadas a luta pela terra e reforma agrária no Brasil, no sentido de relatar o histórico agrário brasileiro que resultou na atual estrutura fundiária. As lutas de resistência, os vários conflitos, a construção do conceito de camponês e os caminhos e descaminhos trilhados até a conquista da lei de reforma agrária.

No segundo capítulo, esboçamos o histórico de luta pela terra, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra/MST no Brasil e no Estado de São Paulo, com o olhar para os vários conflitos que possibilitaram a conquista de assentamentos em várias regiões brasileiras.

No terceiro capítulo, apresentamos os estudos realizados no assentamento Estrela da Ilha, em Ilha Solteira/SP, que consideram não só as ações desenvolvidas e seus processos para a conquista da terra, mas também como permanecem resistindo na terra e o significado da luta para seus agentes, bem como a construção da terra enquanto “morada da vida”.

A partir de informações coletadas em trabalho de campo, procurou-se compreender a vida dos indivíduos no interior do assentamento. Logo foram observados diferentes aspectos da vida de cada família, sua organização econômica e produtiva, com ênfase para questões como: resistência, subordinação, vínculos sociais, políticos e a participação em associações e/ou cooperativas. A intenção deste recorte foi visualizar o camponês enquanto sujeito social em sua totalidade.

Ressaltamos ainda que a concepção que temos nesta pesquisa sobre o trabalhador sem-terra e, logo, o camponês que luta pela reforma agrária, contempla aqueles trabalhadores que estavam fora da terra, muitos vivendo nas cidades, que adentram na luta pela terra, movidos pela esperança de reaver suas tradições camponesas. E, também, aqueles que excluídos do trabalho, e em condições de risco, optaram lutar pela terra, conquistaram e se reproduzem nela, (re)inventando estratégias para ter uma vida tranquila e satisfatória para o grupo familiar.

CAPÍTULO I - LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A questão da reforma agrária sempre esteve muito presente no Brasil. Esta discussão incomoda muitos, e já faz um bom tempo. Portanto, há os que dizem que a questão está superada porque a mesma perdeu o sentido histórico. Outros defendem que continuamos, em pleno século XXI, com uma questão agrária não resolvida que se reflete na desigual apropriação da terra no campo e nas lutas decorrentes desta situação.

Quem busca entender o assunto se esforça para captar as discussões, projetos e estudos que atualmente são desenvolvidos no campo e para o campo, principalmente neste momento de capitalismo mundializado. Logo, nota-se que, no Brasil, as políticas públicas para o campo poucas vezes estiveram voltadas para a população que nele efetivamente vive: os camponeses.

Partindo desse princípio, há que se dizer que somente por meio de lutas, e da resistência de milhares de camponeses distribuídos pelas várias regiões do país, se conseguem mudanças no campo. Lutas que façam com que alguns setores do Estado, pesquisadores e a sociedade se sintam no dever – para não dizer obrigados – a estudar e ter um posicionamento.

Assim, faz-se necessário entender a força da organização camponesa, para compreendermos a possível formação de um novo campo, que alcance características de emancipação política e soberania alimentar.

Entendemos que a formação e consolidação da classe camponesa no Brasil estão em contínuo processo. Portanto, a partir dos referenciais que mostraremos mais adiante, poderemos entender de que maneira os movimentos sociais no campo se manifestaram, se materializaram e, neste sentido, como consagraram sua própria configuração no território brasileiro.

Destarte, os problemas que envolvem a estrutura agrária brasileira e a questão camponesa são numerosos, e isso se reflete nos diversos aspectos da realidade histórica atual. Porém, neste sentido, entender esses aspectos ajudará no esclarecimento dos conflitos no campo e a busca de soluções.

Para entendermos essas questões será necessário passar por diversos caminhos da história do Brasil, analisar teorias sobre a reforma agrária, em especial o surgimento dos movimentos sociais de luta pela terra, pois é a permanência da concentração fundiária no Brasil que explica o motivo de os camponeses sem-terra continuarem numa luta histórica contra os latifúndios. Entretanto, essa luta de modo geral não é exclusivamente pela conquista da terra, mas também por saúde, educação, habitação, etc.

A literatura mostra que existem muitas discussões em torno da questão agrária e, conseqüentemente, em torno da reforma agrária. Algumas foram transformadas em lei, no que concerne a aplicação da reforma agrária. Contudo, mesmo tendo uma lei sobre a reforma agrária em nossa Constituição, houve pouca alteração da estrutura fundiária, bem como do modelo agropecuário.

A resposta a essa permanência da concentração de terras no Brasil tem sido a resistência dos pobres da terra ao desenvolvimento capitalista no campo. Enfim, a lei de reforma agrária não muda a base do poder, pode até discipliná-la de alguma forma, porém o elemento essencial para pressionar o latifúndio e consagrar sua superação tem sido a resistência por meio da organização dos trabalhadores rurais.

1.1 - A terra historicamente concentrada e a luta de resistência

Desde os tempos mais remotos, nota-se a preocupação que o homem tem com a terra, principalmente por ela se constituir como um meio de sobrevivência direta, haja vista que da terra se pode tirar o sustento familiar.

O Brasil é um país que tem um grande potencial de produção, sendo um dos maiores países em extensão territorial e de terras agricultáveis. Tudo isto, favorecido pelas características de relevo, solo e clima, diferentemente de outros países que possuem muitas limitações para a agricultura, no que se refere às vastas regiões desérticas, montanhosas ou, muitas vezes, cobertas permanentemente por gelo.

Talvez por sua grande dimensão territorial a questão agrária desperte tanta atenção e seja colocada como central para pensar o futuro do país. Deste modo, pretende-se, nesta parte da pesquisa, retomar as interpretações e explicações feitas sobre o histórico processo agrário que moldou a estrutura fundiária brasileira. Dispomo-nos a discutir as contribuições de autores que buscaram expor a problematização da terra gerada desde os primórdios da colonização do Brasil pelos portugueses. Nosso intuito é provocar uma reflexão sobre as afirmações feitas por autores como João Pedro Stédile, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José Graziano da Silva, José de Souza Martins, que possuem obras cujo centro são preocupações sobre a questão agrária brasileira.

Partimos do pressuposto de que, de acordo com as explicações de Stédile (1997), a expressão questão agrária foi introduzida pelos primeiros estudiosos da economia política, quando começaram a analisar como se desenvolvia o capitalismo na agricultura. Deste modo,

quando nos referimos à questão agrária, aos problemas agrários ou às questões fundiárias de determinado país, queremos ilustrar a forma de propriedade e posse da terra.

Quando buscamos entender a evolução da questão agrária no Brasil, procuramos verificar o momento em que o problema da propriedade da terra apareceu, sua evolução e como a sociedade brasileira se comportou perante ele, tendo em vista suas diferentes classes e forças sociais.

No geral, os problemas agrários são observados em qualquer país motivados pela forma de distribuição da terra. Há, de certa maneira, uma compreensão entre os autores citados de que a forma de uso e a propriedade podem se constituir em empecilho para o aumento de produção e abastecimento satisfatório e para o progresso social e econômico da sociedade.

Estudos como os de Stédile (1997) apontam que desde os primórdios da colonização do Brasil a forma de distribuição das terras e sua utilização resultaram num grave problema agrário. Mesmo com o aumento da produção agropecuária, não houve progresso econômico, com distribuição de renda e justiça social.

Destarte, o que se percebeu é que desde 1530 o uso da terra no Brasil conseguiu beneficiar uma minoria da sociedade, isto é, sua classe dominante. Desde então se tem impedido que a maioria da população tenha acesso, posse e usufruto desse bem da natureza.

A terra era tratada pelos povos primitivos como um bem comunal. Assim, até a conquista europeia, não existia propriedade privada da terra no continente americano. Com a chegada do europeu houve uma ruptura da terra como um bem comunal, tendo em vista que, para os colonizadores, a conquista era exatamente a apropriação da terra e de outros bens existentes na colônia. (STÉDILE, 1997). Os índios foram dominados e suas terras geridas de acordo com a vontade do colonizador, sem respeitar os hábitos de vida desses povos que aqui se organizavam havia séculos.

Através das explicações de Oliveira (1990), percebemos que há um histórico de lutas no Brasil, marcado por vários conflitos sociais no campo, que são reflexo do desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Neste processo de formação do território apontamos, e não poderia ser diferente, para essa histórica e problemática forma de ocupação das terras brasileiras, e não poderíamos deixar de citar os povos indígenas que foram os primeiros a conhecer a sanha dos colonizadores que aqui chegaram, envolvidos nos massacres no campo.

Por outro lado, não nos limitamos apenas a história dos vencedores, logo, destacamos Fernandes quando aponta a contradição representada pela presença dos Tupis em quase todo o território, ou seja, eram submissão mas também resistência.

Vários grupos tribais etnicamente distintos habitavam o Brasil no período da conquista. No entanto, apenas tribos pertencentes ao estoque linguístico tupi foram descritas de forma relativamente extensa e precisa. A razão desse fato é simples. Os Tupis entraram em contacto com os portugueses em quase todas as regiões que estes tentaram ocupar e explorar colonialmente. Foram, ao mesmo tempo, a principal fonte de resistência organizada aos desígnios dos colonizadores e o melhor ponto de apoio com que eles contaram, entre as populações nativas. (1989, p.72).

Deste modo, Fernandes (1989, p.12) questiona a interpretação de que as sociedades tupis são um ‘ponto zero’ na história do Brasil no que se refere a presença e resistência.

Mesmo considerando esta resistência indígena, e a denúncia do silêncio entorno dela, o resultado da colonização é que o território capitalista brasileiro se formou a partir da conquista e destruição do território indígena. Isto quer dizer que o tempo e a cultura do índio foram moldados por meio da força ao espaço e ao tempo do capital.

Para Fernandes, desde o início de ocupação do território brasileiro o trabalho indígena sempre foi necessário, tanto por escambo, quanto nas lavouras. Sobre os índios ele ressalta:

[...] Este passou a ser encarado como um obstáculo à posse da terra, uma fonte desejável e insubstituível de trabalho e a única ameaça real à segurança da colonização. Passamos, então, do período de tensões encobertas para a era do conflito social com os índios. Os alvos dos brancos só poderiam ser alcançados e satisfeitos pela expropriação territorial, pela escravidão e pela destruição (ou seja, pela desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e eram vistas como ‘ameaças’ à segurança dos brancos, como as instituições vinculadas à vida doméstica, ao xamanismo e à guerra). (FERNANDES, 1989, p.82).

Como ressalta Oliveira (1990, p.15) “[...] Lá, o fluir da história está contado pelo passar das “luas” e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários.” Este momento da colonização representa a primeira luta entre desiguais, a luta pela expansão do capital e a luta dos índios pela manutenção do seu espaço de vida no território invadido.

Recorremos ainda às explicações de Fernandes, para descrever o histórico de ocupação de terras brasileiras:

Ainda hoje se mantém o ‘mito’ de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. A ideia de que estavam em um nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção. Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que

lutaram arduamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente. (1989, p.72).

Vemos que ainda hoje a luta das nações indígenas e da sociedade capitalista não foi cessada na história do Brasil, e está longe de ter um fim. Os índios sempre acuados, lutaram, fugiram e morreram. Na fuga deixaram uma rota de migrações, confrontos entre povos e novas adaptações. (OLIVEIRA, 1990).

Por conseguinte, a Amazônia é seguramente seu último reduto. Isto mostra que os espaços e os tempos distintos são resultados da luta desigual do e no território, pela dominação do capital. Porém, mesmo esta luta explícita no tempo presente (como a dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul) continua sendo ignorada ou, então, contada como mais uma derrota indígena na luta por uma fração do território.

Simultaneamente às lutas dos indígenas contra a exploração e violência dos brancos capitalistas, nasceu a luta dos escravos negros contra os senhores fazendeiros.

Vejamos o que enfatiza Oliveira (1990, p.16) sobre o assunto:

Quilombos surgiram, Palmares cresceu, Zumbi nasceu, Ganga Zumba lutou, Zumbi morreu. Na terra da liberdade e do trabalho de todos nasceu, no seio do território capitalista colonial, o *território livre*, liberto, dos africanos/brasileiros escravos, mercadorias antes de trabalhadores, para a *primitiva acumulação* do capital já mundializado.

Retomando os estudos sobre a história da divisão de terras no Brasil, lembremos que para administração das colônias, os portugueses utilizavam três instrumentos de poder: a Coroa, uma vez que a colônia era um bem real; os administradores locais, que cumpriam as determinações vindas da Corte; e aqueles que detinham a posse da terra. Todos eram movidos pela lógica do lucro.

O primeiro registro de distribuição de terra foi o sistema de capitânicas hereditárias, onde a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários, que eram membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviços à Coroa. Esses tributos e concessões eram recebidos em trocas de favores, obrigados a explorá-las e protegê-las, tendo assim o direito de legar a seus herdeiros essas terras.

A respeito do assunto Stédile (1997, p.9), enfatiza: “Os donatários tinham o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, que eram chamadas sesmarias, entregues àqueles que, além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las.”

Temos também as explicações de Silva (1987, p.22):

O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terras a particulares, denominadas sesmarias. Daí

surgiram os latifúndios escravistas: a necessidade de exportar em grande escala e a escassez de mão de obra na colônia uniram-se à existência de um rentável mercado de tráfico de escravos.

Na medida em que passava o tempo aumentava-se a população. Depois da instalação da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, as extensões de terras concedidas foram diminuindo, porém mantinham-se em proporções gigantescas se comparadas aos parâmetros atuais de propriedade da terra.

Percebemos que no Brasil o critério para a posse e propriedade de terra foi diferente do critério da maioria dos países europeus, e mesmo dos Estados Unidos. No Brasil, para se ter acesso à terra era necessário ser amigo do rei e pertencer à nobreza.

Conseqüentemente, em meados do século XIX, grandes transformações sociais aconteciam no capitalismo em meio às lutas dos escravos negros pela libertação e fugas para “territórios livres”, os quilombos. Juntava-se a isso a pressão internacional, principalmente da Inglaterra, pelo fim da escravidão no Brasil. Preocupada com essa situação, que poderia ser inevitável, em meados do século XIX, a Coroa tratou de legislar sobre o processo de posse da terra, para que o acesso fosse mais restrito. Deixando assim assegurada a disponibilidade de mão de obra, pois os escravos libertos permaneceriam nas fazendas como trabalhadores, muitos de favor. A esse respeito Stolcke (1986, p.18) escreveu:

[...] Os fazendeiros mais previdentes percebiam claramente que teria de se encontrar num futuro imediato uma forma de substituir ou, pelo menos complementar o trabalho escravo, de modo a prover os trabalhadores exigidos por essa cultura de trabalho muito intensivo. A escravidão continuou, de fato, até 1888, mas foram precisamente o debate crescente sobre a questão do trabalho e a experiência dos fazendeiros paulistas que finalmente possibilitaram uma transição relativamente suave para o trabalho livre.

Na Europa, neste mesmo período, havia a tensão social devido à crise verificada no campo. Assim, crescia o número de camponeses pobres ou miseráveis dispostos a emigrar para a América, o que poderia de alguma forma, resolver os problemas sociais tanto na Europa como na América. Porém, esses camponeses europeus já possuíam uma tradição de propriedade da terra. Assim, dificilmente a América os atrairia para que fossem assalariados rurais, pois o que os movia era o sonho de ter uma terra nova, de forma que pudessem reconstruir a vida. (STÉDILE, 1997).

Foi neste contexto de libertação de escravos e vinda de imigrantes que dom Pedro II promulgou a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que passou a ser conhecida como a primeira Lei de Terras, que definiu a forma de como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil.

A Lei de Terras vinha para substituir o regime das sesmarias que havia sido suspenso em junho de 1822, e não mais restaurado. Portanto, houve a multiplicação do número de posseiros em todo país, ainda que a Lei proibisse a abertura de novas posses e a aquisição de novas terras devolutas por outro título que não fosse compra.

Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para a Coroa. Essa lei discriminou os pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários, pois nem uns nem outros possuíam recursos para adquirir parcelas de terra da Coroa ou para legalizar as que possuíam. [...]. (STÉDILE, 1997, p.10).

Por essa razão, muitos escravos libertos optaram por migrar para cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, ao invés de permanecerem nas fazendas ou pequenas vilas do interior. Com dificuldades nas cidades por falta de moradias e trabalho, formaram vilas paupérrimas à mercê de subempregos ou vivendo na mendicância, como explica Stédile:

[...] Como ex-escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas força física: carregar e descarregar navios. (2005, p.24).

As consequências sociais desta lei foram várias, inclusive a consolidação do grande latifúndio como estrutura básica da distribuição de terras no Brasil. As sesmarias recebidas foram regularizadas e transformadas em propriedade privada, o que assegurava o domínio da principal riqueza do país: a terra.

Na região sul, deu-se a formação de núcleos de colonização por meio da instalação de grupos de imigrantes europeus, onde cada família recebia uma colônia de terra (o que corresponde a 25 hectares) e era obrigado a pagar à Coroa determinado preço em dinheiro. Deste modo, o pagamento era parcelado, o que obrigava o imigrante a permanecer no trabalho durante anos para conseguir pagar o pedaço de terra.

Em algumas fazendas no Estado de São Paulo era oferecidos aos imigrantes dois tipos de contratos: a parceria e o contrato de locação de serviços. No contrato de parcerias, o fazendeiro financiava o transporte de imigrantes de seu país de origem até o porto de Santos, cedia-lhes adiantamento para que estes chegassem até a fazenda e custeavam também instrumentos, até que pudessem pagar com suas primeiras colheitas.

Neste sentido, Stolcke esclarece:

Os trabalhadores cuidariam de um número não-especificado de pés de cafés, e o fazendeiro lhes cedia um pedaço de terra onde cultivariam suas próprias culturas alimentares. Além disso, os imigrantes recebiam gratuitamente uma casa. Seu pagamento consistia em metade do rendimento líquido do café e das culturas alimentares. Os trabalhadores ficariam obrigados a reembolsar

as despesas feitas pelo fazendeiro em seu benefício com, pelo menos, metade de seus ganhos anuais com o café. [...] Finalmente, os imigrantes não poderiam deixar a fazenda até terem reembolsado suas dívidas. Caso o fizessem, incorreriam em pesada multa. O trabalho era organizado e supervisionado pelo fazendeiro ou seu administrador. (1986, p.20).

Muitos fazendeiros começaram a se interessar pela vinda dos imigrantes para suas fazendas. Assim, para se obter esses imigrantes os contratos ficavam cada vez mais caros para os imigrantes, pois teriam que pagar comissão e também juros sobre suas dívidas. Por volta de 1856 esses trabalhadores livres foram afastados da tarefa de beneficiamento de café, e assim passaram a pagar um preço fixo por unidade de café colhido. Deste modo, com o aumento de suas dívidas, os trabalhadores desenvolveram certo descontentamento e revolta contra os fazendeiros denunciando as graves irregularidades no cumprimento de seus contratos.

Após 1857, o sistema de parceria foi gradativamente abandonado em São Paulo, portanto, entrou em cena o contrato de locação de serviços, ao invés de uma parcela do valor da produção, passou-se ao recebimento de um preço pré-estabelecido por média de café colhido: “E, ainda mais, os trabalhadores livres não mais participavam do beneficiamento do café, seja de forma direta ou mediante pagamento. Essa tarefa reverteu para os escravos, até a década de 1880, quando então passou a ser executada por mão-de-obra assalariada.” (STOLCKE, 1986, p.32).

Já no final do século XIX, muitas fazendas de São Paulo desenvolviam a lavoura de café, o que atraiu muitos imigrantes, desenvolvendo-se assim o regime de colonato, cujo sistema se traduz no recebimento de parte do trabalho na lavoura de café em dinheiro juntamente com a possibilidade de cultivar uma nesga de terra na fazenda do patrão. Ou seja, era permitido pelo proprietário do café que o imigrante cultivasse alguns hectares para sua própria subsistência. Nota-se que o imigrante foi explorado, sendo negado a ele o acesso à propriedade da terra. A opção dada era trabalhar nas formas de assalariado, colonato, arrendamento.

[...] alguns fazendeiros começaram a introduzir uma nova forma de remuneração, um sistema, misto de remuneração por tarefa e por medida colhida, o colonato, fórmula que prevaleceria nas fazendas cafeeiras desde os anos 1880 até os anos 60 deste ano. Neste sistema a carpa do café era paga a um preço anual fixo por mil pés tratados, a colheita a um preço por alqueire de café colhido. (STOLCKE, 1986, p.36).

Corroborando nesta direção, destacamos as reflexões de Martins (1982, p.41):

Duas foram as modificações sociais que atingiram de fato os camponeses naquela mesma época. De um lado, a abolição da escravatura negra um ano antes do fim da República, em maio de 1888. De outro, a transferência das

terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Antevendo o fim da escravatura, que decorria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850, devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura principalmente do café e da cana. [...].

Destarte, nota-se que a conhecida Lei de Terras que poderia facilitar o acesso à terra a todos, contraditoriamente discriminou uma grande parcela da sociedade, o que levou ao surgimento no final do século XIX e início do século XX dos primeiros grandes movimentos camponeses, que tinham como principal bandeira de luta o acesso à terra. Na visão desses camponeses, o acesso à terra os levaria a melhorar suas condições de vida.

É fácil entender a importância da Lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão de obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terra de “acesso relativamente livre” (entre aspas, porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios. (SILVA, p.25, 1987).

Mesmo com a existência de pequenas e médias propriedades, o Brasil continua sendo ano após ano um país fundado na hegemonia da grande propriedade agrária, como explica Stédile:

A Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil. (STÉDILE, 2005, p.23).

Conflitos por terras, muito deles violentos, continuaram se proliferando no século XX. De um lado, camponeses pobres conhecidos como posseiros que habitavam regiões de expansão do capital, em particular de fronteira, e do outro, proprietários, em geral grileiros.

Cumprir lembrar, que a terra é um meio de produção que não se multiplica, por isso as lutas para desconcentrá-la ganham cada vez mais relevância no passado e nos dias atuais.

Portanto, sendo a terra apropriada de forma privada, em tese o seu dono pode fazer o que bem entende daquele pedaço de chão. Um exemplo disto, é que no Brasil o proprietário de terra podia deixar de utilizá-la produtivamente, deixando-a abandonada. Felizmente a luta dos movimentos sociais criou em 1988 um dispositivo constitucional para disciplinar a função social da propriedade e possibilitar a reforma agrária nas terras improdutivas, embora ainda hoje a luta seja imensa para que a lei seja cumprida.

Deste modo, temos uma história de conflitos no campo, a exemplo de Palmares, Canudos, Contestado, greves nos cafezais paulistas, Trombas e Formoso e as Ligas Camponesas, entre inúmeros outros. Todos símbolos das lutas pela terra e pela liberdade no campo. Estas lutas demonstram a vontade desses excluídos na busca pela terra livre, onde possam ser os proprietários familiares sem precisar seguir o (des)mando dos donos do poder.

Muitos brasileiros perderam a vida na luta por um pedaço de terra. Portanto, apesar do histórico antigo de lutas e mortes, a sociedade pouco sabe desta violência, por ser um traço da história dos vencidos no Brasil. Os exemplos são vários, a começar pela contratação de jagunços sob o comando dos grileiros e latifundiários.

Como estamos tratando dos conflitos no campo brasileiro, se faz necessário destacar aqueles que mais marcaram o histórico de lutas camponesas pela terra.

1.1.1 - Guerra de Canudos

A situação do Nordeste brasileiro, no final do século XIX, era muito precária incluindo a fome, a seca, a miséria, a violência e o abandono político que também os afetavam, principalmente a população mais carente. Como não possuíam terras, os sertanejos eram obrigados a aceitar as péssimas condições de trabalho impostas pelos coronéis. A situação de miséria dessas populações era agravada pelas condições do clima da região em conjunto com o fanatismo religioso, o que desencadeou um grave problema social.

A Guerra de Canudos ocorreu na comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia. Foi exemplo de uma luta sangrenta, uma grande batalha entre o Exército Brasileiro e os camponeses, que era liderado por Antônio Conselheiro que acreditava que havia sido enviado por Deus para acabar com as diferenças sociais e também com os pecados republicanos, entre estes, estava o casamento civil e a cobrança de impostos. Ele chegou à região no ano de 1893.

Com estas ideias em mente, Antônio Conselheiro, conseguiu reunir um grande número de adeptos, contava com cerca de vinte mil sertanejos, que acreditavam que ele realmente poderia libertá-los da situação de extrema pobreza na qual se encontravam. O movimento era formado por fanáticos, jagunços e sertanejos sem emprego. A força adquirida pelo movimento fez com que o governo da Bahia pedisse o apoio da República para contê-los. O conflito com o exército brasileiro durou cerca de um ano (1896-1897), quando então ocorreu o massacre da população de Canudos, ocasionando a morte de cerca de cinco mil pessoas. (OLIVEIRA,

1990, p.21 apud MARTINS, 1981). O massacre foi tamanho que não escaparam idosos, mulheres e crianças.

1.1.2 - Guerra do Contestado

A Guerra do Contestado foi um conflito armado que ocorreu na região sul do Brasil, travado entre outubro de 1912 a agosto de 1916, em uma região de rica floresta e dedicada à plantação de erva-mate. A Guerra ganhou esse nome, devido à ocorrência de conflitos em uma área de disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Este conflito envolveu ao todo cerca de 20 mil camponeses que enfrentavam forças militares dos poderes federal e estadual. Assim, explica Oliveira (1990, p.21): “[...] o início dos anos dez marcou, com a Guerra de Canudos talvez, o maior confronto armado entre camponeses e o exército no Brasil. De novo a violência esteve presente”.

Com a construção de uma estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, por uma empresa norte-americana, a Brazil Railway, que contava com o apoio dos coronéis que eram grandes proprietários rurais com força política (da região e do governo), milhares de famílias camponesas perderam suas terras. O que resultou em desemprego entre os camponeses, que ficaram sem terra para trabalhar.

Outro motivo de revolta foi a compra de uma grande área da região por pessoas ligadas à empresa construtora da estrada de ferro. Assim, logo que a estrada de ferro ficou pronta, vários trabalhadores que foram trazidos de várias partes do Brasil ficaram desempregados, pois permaneceram na região sem qualquer apoio da empresa norte-americana ou do governo.

Deste modo, entrou a figura do beato José Maria, que pregaria a criação de um mundo novo, regido pelas leis de Deus, onde todos viveriam em paz, prosperidade, justiça e terras para trabalhar. Assim, diante da crise e insatisfação popular, logo, o beato ganhou força e conseguiu reunir milhares de seguidores, entre eles, os camponeses sem-terra eram em grande maioria.

A partir daquele momento, começaram a surgir preocupações por parte dos coronéis da região e dos governos (estadual e federal) com a liderança de José Maria. O governo acusou o beato de ser inimigo da República, com isso, policiais e soldados do exército foram então enviados para o local, na intenção de desarticular o movimento.

Deste modo, o beato e seus seguidores foram perseguidos, resistiram e enfrentaram armados com espingardas de caça, facões e enxadas, as forças oficiais que também estavam armados. Por fim, o conflito teve entre cinco mil e oito mil rebeldes mortos, e em sua maioria camponeses.

1.1.3 - A Revolta de Trombas e Formoso

A Revolta de Trombas e Formoso ocorreu na região Norte do Estado de Goiás, de 1950 a 1957. A luta tinha de um lado camponeses sem-terra e, do outro, grileiros. Os combates desenvolveram-se tanto no terreno da luta política institucional quanto da luta armada propriamente dita. A Revolta foi uma das poucas lutas camponesas vitoriosas no Brasil Republicano.

Assim, na década de 1950, com a construção de Brasília e da rodovia BR-153, a Belém-Brasília, as terras do então município de Uruaçu se valorizaram. Entretanto, camponeses originários do Maranhão e do Piauí, mas que viviam em Pedro Afonso, no norte de Goiás, chegaram à região, em grupo, tendo como líder José Porfírio, formaram posses numa área de terras devolutas.

As terras chamou a atenção dos latifundiários da região, aliados a advogados e juízes corruptos para grilar as grandes extensões de terras devolutas. Desta forma, as terras foram griladas por um grupo de fazendeiros, além do juiz e do dono do cartório local, consumando-se o processo de grilagem em 1952.

Porém, inicialmente os grileiros fizeram propostas de compra das posses aos posseiros, por meio de compra unicamente de benfeitorias, portanto, não houve acordo e jagunços foram lançados sobre os camponeses. Diante de resistências, houve também algumas tentativas de tornar os posseiros em parceiros. Em 1953, violências contra José Porfírio foram cometidas, o que incluiu sua esposa e seu filho.

No ano de 1954, devido o aumento dos conflitos, foram enviados quatro militantes do Partido Comunista do Brasil. Com a chegada desses militantes que passaram a viver e trabalhar na área, os camponeses se organizaram em Conselhos de Córregos. O que permitiu que os camponeses armados montassem guarda contra ataques de jagunços e policiais, e fundaram a Associação de Lavradores de Formoso e Trombas, com a intenção de obtenção da propriedade da terra. Já no ano de 1957, o governo estadual enviou forte contingente para combatê-los, assim explica (Oliveira, 1990, p.23 apud Martins 1981):

[...] o Partido Comunista propôs um acordo: apoiaria as pretensões do governador Pedro Ludovico de estender o seu mandato e apoiaria a candidatura de seu filho, Mauro Borges, à sucessão governamental. Em troca, o governo retiraria as tropas da região, o que foi feito. [...].

Após a vitória do movimento, o camponês José Porfírio foi eleito deputado estadual. A região de Trombas e Formoso desenvolveu-se. Até 1964, essa região era um território liberado, sujeito a um governo próprio. Com o golpe militar, em 1964, os camponeses da região foram torturados e perseguidos, os líderes do movimento haviam fugido, sendo presos e torturados no ano de 1970. José Porfírio foi preso em 1972, sendo solto em 1975, em Brasília, desapareceu completamente, até hoje há suspeitas de sequestro e assassinato.

1.1.4 - Ligas Camponesas

Autores como Martins (1982), e até mesmo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, tem destacado a importância política do movimento das Ligas camponesas no histórico das lutas no campo, por isso nos dedicaremos com maior ênfase a este conflito.

Foi com as ligas camponesas nas décadas de 1950 e 60 que as lutas camponesas ganharam destaque nacional. Nascidas como sociedades beneficentes dos defuntos, foram organizadas no Nordeste brasileiro. Era a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio e por uma vida digna.

Segundo Oliveira (1990), a expressão “Ligas Camponesas” está relacionada ao movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo Partido Comunista do Brasil. O movimento se organizou via partido porque na década de 1940 os sindicatos rurais eram inconstitucionais. No entanto, com o partido comunista entrando também na ilegalidade estes núcleos tendiam a desaparecer. Todavia, a “Liga” de Ipatinga de 3 de janeiro de 1946 foi uma das que conseguiu resistir.

Foi no ano de 1954, no Engenho da Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, próximo a Recife, que praticamente nasceu o movimento conhecido como as “Ligas Camponesas”. Os galileus lutavam contra a alta dos preços dos arrendamentos.

Deste modo, desde a década de 40, os latifundiários que exploravam a cana passaram a arrendar suas terras nos momentos de crise do preço do açúcar. Assim, cento e quarenta famílias arrendam 500 ha, chegando a reunir mil pessoas. Proprietários da terra e

arrendatários utilizavam a força familiar combinando a produção de subsistência com a mercantil. Dentre os produtos cultivados, destaca-se: legumes, frutas, mandioca e algodão.

As famílias não proprietárias tinham que repor os meios de produção e retirar do rendimento global o pagamento da renda da terra, que era feito em dinheiro: o foro.

Não era permitido o atraso da renda, pois eram ameaçados de expulsão pelos donos da terra. Diante disso, em maio de 1954, houve a proposta de formar uma associação, a fim de adquirir um engenho, com o objetivo de que todos se livrassem do pagamento da renda e da ameaça de expulsão.

A Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco/SAPP foi fundada, tendo seu registro após um mês. Tinha como objetivos: a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário (as sociedades funerárias eram comuns na região), a aquisição de implementos agrícolas (sementes, adubos, instrumentos) e reivindicação de assistência técnica governamental.

No entanto, o movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país. (OLIVEIRA, 1990, p.27).

Essas lutas se espalharam rapidamente pelo Nordeste. De início, contavam com o apoio do Partido Comunista do Brasil e forte oposição da Igreja Católica. Neste momento, prevalecia no Brasil uma compreensão por parte do governo de que a pobreza do Nordeste seria resolvida por uma política regional de desenvolvimento baseada na industrialização que inverteria o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária. Situação, portanto, nada favorável a luta camponesa.

Todavia, para a melhor compreensão da expansão das Ligas Camponesas se faz necessário o entendimento de sua relação com a discussão capitalista no Brasil e com as tendências de esquerda. Em 1954, sob a orientação do Partido Comunista do Brasil, é criada em São Paulo a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil/ULTAB, para coordenar as associações camponesas existentes. Sendo um instrumento de articulação e organização do Partido, a intenção era unir o processo de luta camponesa no seio do processo de luta dos trabalhadores, em geral no país, que deveria ser no sentido da revolução democrático-burguesa, como etapa necessária para a Revolução Socialista.

Porém, algumas divergências começaram a surgir logo após o 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, realizado no ano de 1961 em Belo Horizonte/MG, entre o movimento da ULTAB e as Ligas, uma vez que este primeiro entendia

como fundamental a luta pela sindicalização no campo, já as Ligas tinham como proposta a luta por uma reforma agrária radical.

Deste modo, havia então dois grupos distintos: de um lado, os foreiros das terras de engenho – camponeses em via de expulsão – e do outro, os moradores das usinas – assalariados – perdendo as características camponesas. Estes últimos, mesmo tendo o reconhecimento pela Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, não detinham o direito de sindicalização.

Junta-se a isso o fato de que Francisco Julião, advogado e deputado socialista, que era a quem os camponeses recorriam para tratar de seus direitos, propunha a organização de uma sociedade civil no lugar do sindicato. Ao seu ver, era o mais viável porque bastava registrar em cartório, tornando desnecessário o reconhecimento do Ministério do Trabalho que certamente não iria dar legalidade a ação dos camponeses. Ele também diferenciava o foreiro dos trabalhadores de usina, ressaltando que os camponeses produzem sua subsistência, suportam com mais facilidade os confrontos com os fazendeiros por ter liberdade e locomoção. Já os trabalhadores de usina estavam sujeitos ao salário, sem mobilidade, vivendo de favor por causa das moradias. (OLIVEIRA, 1990, p.29 apud MARTINS, 1981).

A luta das Ligas Camponesas será marcada por profunda violência, juntamente com o crescimento das greves, onde foi registrado o assassinato de várias lideranças dos trabalhadores. Exemplo disto é o assassinato de João Pedro Teixeira, líder camponês da Liga de Sapé, uma das maiores do Nordeste. Sua morte ganhou grande projeção nacional e internacional e revolta entre os camponeses.

A respeito desta luta, ressalta Fernandes (2008, p.30): “As experiências construídas na luta e a história de outros movimentos camponeses, como por exemplo, as Ligas Camponesas, foram referências que serviram de base para a formação do MST.”

Em resumo, vemos que no Brasil as lutas populares no campo avançaram mais rapidamente em comparação aos partidos políticos e, principalmente, em relação a capacidade destes compreendê-las. Desta forma, as lutas camponesas se tornam mais numerosas em todo o país, enquanto as ações dos partidos políticos se enfraqueciam.

1.2 - A construção do conceito camponês

Para se chegar ao conceito de camponês, muitos foram as definições usadas em cada região, algumas delas dizem respeito a características específicas. Ou seja, os trabalhadores do

campo tinham denominações próprias, eram conhecidos como caipira, caiçara, tabaréu, caboclo. Essas palavras referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das cidades. Porém, são utilizadas também para denominá-los como rústicos, atrasados, ingênuos, inacessíveis, trazendo muitas vezes o sentido do tolo, tonto e preguiçoso, aquele não gosta de trabalhar. Portanto, estas são palavras depreciativas e ofensivas, logo o porquê de, ao longo do tempo, serem substituídas e, até mesmo, desaparecerem dando lugar ao conceito de camponês.

Por conseguinte, os proprietários de terras também tinham algumas denominações em outras épocas, eram chamados de estancieiros, fazendeiros, senhores de engenho, seringalistas. Porém, na mesma proporção em que os pobres do campo foram sendo identificados como camponeses, os fazendeiros foram sendo chamados de latifundiários.

Através das explicações de Martins (1982, p.22) é que teremos a noção do significado dessas palavras camponês e latifundiário:

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Portando, nas palavras de Martins (1982), o camponês era aquele que vivia às margens da sociedade sendo, num certo sentido, excluído pelos militantes dos partidos e os grupos políticos, como se fosse um estranho chegando atrasado ao debate político. Tratado pelo latifúndio como um perigo, outras vezes como incapaz de fazer história, pela esquerda.

Percebe-se que essa exclusão ideológica foi muito profunda, uma das mais fortes. Porém, importantes acontecimentos políticos de luta pela terra advêm dos camponeses, mas essas lutas são desconhecidas tanto pelo povo como também pelos intelectuais.

Ressalte-se que a discussão central é: por que há muita gente com pouca terra para trabalhar? E muita terra com pouca gente que nem sempre é utilizada para o bem público?

No histórico agrário brasileiro há diferentes situações relacionadas com a terra em diversas regiões. Neste histórico nos deparamos com duas situações combinadas: de um lado, a expropriação, e do outro, a exploração, ilustrando um cenário de clara concentração da propriedade fundiária.

Na construção do conceito de camponês é fundamental a discussão sobre “terra de trabalho” e “terra de negócio” no sentido de diferenciar uma forma da outra. A situação em que se encontra a questão agrária no Brasil revela claramente as contradições entre estas duas lógicas. Como lembra Martins (1982, p.58), “não se trata de um empresário engolindo o outro, mas do capitalista engolindo o lavrador.”

Sendo assim, há no Brasil uma clara oposição entre diferentes regimes de propriedades. Deste modo, não se deve confundir esses dois tipos de propriedade, pois a capitalista baseia-se no princípio da exploração, e a terra de trabalho, diferentemente, na reprodução da família camponesa.

Deste modo, a propriedade familiar camponesa, segundo Martins (1982), não é propriedade que usa da exploração do trabalho do outro. É propriedade que é usada principalmente para o trabalho, é propriedade do trabalhador. Sendo seus resultados sociais completamente distintos, pois a produção e reprodução das condições de vida do trabalhador não se manifestam pela necessidade do lucro do capital.

Neste sentido explica Martins:

[...] O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (1982, p.59).

Ainda como parte desta discussão, Martins explica que a propriedade da terra é uma irracionalidade, já que ela não é produto do trabalho e, conseqüentemente, não pode ser capital. Sendo um bem natural ou um bem que não é “fabricável”, deve ser direito de todos.

1.3 - A conquista da lei de Reforma Agrária: caminhos e descaminhos

A reforma agrária que os trabalhadores rurais, em geral, reivindicam, não é a pulverização antieconômica da terra; é sim, uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo as formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento da mão de obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras. (SILVA, 1987, p.92).

Segundo Stédile (1997), em 1946 era eleita democraticamente uma Assembléia Constituinte que tinha como finalidade elaborar a nova carta constitucional brasileira. Porém, apesar de ser a maioria conservadora no Congresso apoiando os interesses dos fazendeiros,

uma bancada de doze deputados e senadores do Partido Comunista Brasileiro gozava de grande popularidade e sua atuação teve papel destacado.

Portanto, pela primeira vez se falou da necessidade de uma reforma agrária no Brasil. Defendeu-se a ideia de que a propriedade de terra estava concentrada nas mãos de uma minoria, o que impedia o progresso econômico do meio rural e a distribuição de renda e justiça social. Sendo assim, com a reforma agrária iria haver a distribuição de terras para quem quisesse trabalhar. Essa era uma proposta do senador Luís Carlos Prestes.

Para o referido senador, todas as terras que estavam sendo mal exploradas deveriam ser desapropriadas e voltar ao patrimônio do Estado. Estas terras seriam redistribuídas a quem quisesse produzir. E assim, a propriedade de terra estaria vinculada ao uso social para a produção.

Embora a maioria conservadora do Parlamento derrotasse as teses de Prestes, mesmo assim houve novidades na Constituição, instituindo o preceito de que o governo poderia desapropriar terras, se isso fosse de interesse social.

Em termos de compreensão do problema agrário, isso representou um grande avanço, pois o governo dispunha agora de um mecanismo constitucional para atenuar a questão agrária, se isso fosse interesse da sociedade. Entretanto, mesmo a existência de uma política de distribuição de terras não impediu os conflitos sociais, ao contrário, contribuiu para que eles aumentassem na medida em que a política só existia no papel.

Outro momento importante da questão agrária no Brasil aconteceu na década de 1960. Com a existência de um grande contingente de camponeses pobres, acumularam-se os problemas sociais no campo, aliados à falta de uma política governamental que resolvesse esses problemas. (STÉDILE, 1997).

Os movimentos camponeses tornaram-se mais organizados e sob a influência de organizações políticas e partidárias, consolidavam-se propostas e exigências de uma reforma agrária imediata. Portanto, neste período nasceram as ULTABs, (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), impulsionadas pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), e o Master (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), no Rio Grande do Sul, dirigido pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Leonel Brizola; no Nordeste, estes movimentos também ganharam expressão sob a influência do PSB (Partido Socialista Brasileiro), e de outras forças políticas de esquerda, todos adotaram a palavra de ordem: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!” (STÉDILE, 1997).

O funcionamento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a partir da regulamentação obtida no governo João Goulart em 1963, veio a aumentar significativamente o movimento camponês. Diversas pastorais da Igreja Católica se organizaram, algumas progressistas de apoio aos camponeses como o Movimento de Educação e Base/MEB e a Juventude Agrária Católica/JAC, e outras conservadoras. Surgiram também as Frentes Agrárias Católicas. As mais conhecidas foram a Frente Agrária Gaúcha/FAG, o Serviço Pastoral de Pernambuco/SORPE e o Serviço de Apoio no Rio Grande do Norte/SARN.

Deste modo, intensificou-se o debate nos meios políticos e acadêmicos, assim como no meio religioso, sobre a natureza do problema agrário brasileiro e suas possíveis saídas. Este debate pode se resumir em quatro grandes correntes do pensamento, segundo Stédile (1997):

1- Uma reforma agrária antifeudal. Os intelectuais do PCB, aglutinados em torno de Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Mario Vinhas e outros, defendiam que a realidade agrária brasileira ainda persistia de resquícios do feudalismo, e que deste modo deveria acontecer uma reforma agrária do tipo antifeudal, que iria destruir os grandes latifúndios. Assim, a tarefa da burguesia nacional, de natureza comercial e industrial, era a de se aliar aos camponeses e levar adiante esse tipo de reforma.

2- Uma reforma agrária para desenvolver o mercado interno e uma economia nacional. Tese defendida por economistas que haviam trabalhado na Comissão Econômica para a América Latina, da ONU/Cepal, liderados por Celso Furtado, que era ministro do Planejamento do governo Goulart. Esses economistas consideraram que o Brasil vivia um processo de subdesenvolvimento por não possuir um mercado interno capaz de sustentar um amplo processo de industrialização para a produção de bens de consumo não duráveis, a serem adquiridos por amplas camadas da população. A solução para esse problema seria promover a reforma agrária e transformar milhares de camponeses pobres em proprietários e consumidores, culminando com a formação de um mercado interno para o desenvolvimento de uma economia nacional capitalista.

3- Uma reforma agrária como viabilização do ideal cristão de justiça social e da pequena propriedade. Essa se baseia na doutrina social da Igreja, que era estimulada por algumas encíclicas papais progressistas e pela realização do Concílio Vaticano II, pois para eles cada camponês ou cidadão brasileiro tinha o direito de acesso à terra para nela trabalhar.

4- Uma reforma agrária anticapitalista. Esta, de acordo com as correntes defendidas por Caio Prado Junior, ex-membro do PCB, formou a ideia de que no campo brasileiro não

havia resquícios feudais, porém predominavam formas capitalistas de produção. Então se defendia que uma reforma agrária no Brasil deveria adquirir uma natureza anticapitalista, assim iria beneficiar trabalhadores e prejudicaria a burguesia capitalista. Somam-se a Caio Prado Jr outros intelectuais com posições partidárias de esquerda, como: Rui Mauro Marini e André Gunder Frank.

Esse contexto de efervescência social, debates políticos e científicos, teve repercussões nas ações do governo, e foi neste sentido que houve avanços para responder ao problema agrário. A Superintendência da Reforma Agrária/Supra foi criada em 1962, pela Lei Delegada nº11, e veio com a finalidade de desencadear o processo de distribuição de terras e implementar a reforma agrária.

Assim, durante um histórico comício político, em 13 de março de 1964, João Goulart anunciou no Rio de Janeiro que enviaria ao Congresso uma Lei de Reforma Agrária com o objetivo de desapropriar as grandes propriedades mal-utilizadas. Com a derrubada do governo de João Goulart em 31 de março, foi implantada uma ditadura militar que colocou fim as esperanças de mudança da estrutura fundiária. (STÉDILE, 1997).

A paz dos cemitérios foi introduzida pelo regime militar em relação aos movimentos sociais dos camponeses e a luta pela terra. As principais organizações de camponeses foram proibidas e seus líderes foram presos ou assassinados. Centenas de lideranças camponesas foram perseguidas pelos militares, latifundiários e pelas oligarquias do campo que atuavam livremente. E com isso, o debate político, científico e acadêmico foi em grande parte silenciado com o peso dos coturnos.

Conforme Stédile (1997), os norte-americanos passaram a orientar as ações governamentais pautadas na política da Aliança Política para o Progresso, onde propunham medidas para a reforma agrária como meio de aliviar as tensões sociais e evitar revoluções. Isso fez com que o governo decretasse um pacote de leis agrárias reunidas, pouco tempo depois, no Estatuto da Terra, que representa um avanço em relação as leis que já existiam. Porém, na prática nada foi feito.

Rapidamente foi elaborado o Estatuto da Terra pelos militares (lei 4.504), sendo aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República em 30 de novembro de 1964.

O governo do Mal. Castelo Branco, logo após tomar posse e começar a governar, enviou ao Congresso um Estatuto da Terra 'avançado' (para a época). Este, somado ao Estatuto do Trabalhador Rural, já aprovado anteriormente, poderiam se constituir em instrumentos legais para a promoção da reforma agrária. Ou, como preferiam afirmar os militares de

então: 'promover a reforma agrária dentro da justiça social sem o toque vermelho dos partidos comunistas'. (OLIVEIRA, 1990, p.31).

Para Castelo Branco, o intuito da lei era o condicionamento da propriedade de terra ao cumprimento de sua função social. Segundo a referida lei, para que se considere que um determinado imóvel está cumprindo sua função social é necessário que ele desempenhe quatro exigências: favoreça o bem-estar dos que ali vivam; assegure níveis satisfatórios de produtividade; conserve os recursos naturais; cumpra a legislação trabalhista. Portanto, ao não atender a uma dessas exigências e tendo área superior a três vezes o módulo familiar, esse imóvel será considerado latifúndio por exploração. E se tiver tamanho gigantesco, superior a seiscentas vezes esse módulo, será considerado latifúndio por dimensão. (VEIGA, 1990, p.85).

O Estatuto da Terra criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário/Inda - quando foram fixadas diretrizes para a implementação de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola – e também ficaria a cargo do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA aplicar a reforma agrária. Posteriormente, houve a junção desses dois institutos e foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, em 1970.

Através de um critério econômico, e secundariamente através da dimensão, estava definido o latifúndio, e a lei determina que seja imposta punição tributária. Portanto, este tipo de imóvel passa a ser considerado prioritário nas ações de desapropriação para que seja cumprida a função social para fins de reforma agrária.

Assim, trata-se de uma abordagem centrada na eficiência empresarial da propriedade explorada. Quando houver essa eficiência o imóvel será classificado como empresa rural, merecendo amparo e proteção do poder público. Do contrário deve ser considerado latifúndio podendo ser passível de desapropriação indenizada com base no valor declarado para fins fiscais a ser pago em títulos da dívida agrária - resgatáveis em até 20 anos.

Em relação às falhas do Estatuto da Terra, vejamos os questionamentos de Veiga (1990, p. 86):

Coloca-se, entretanto, uma difícil questão operacional. Como julgar caso a caso mais de um milhão de imóveis com área superior a três módulos e premiá-los com a etiqueta de 'Empresa Rural' ou censurá-los com o estigma de 'Latifúndio'? Como saber, em cada caso, se a propriedade de fato favorece o bem-estar, apresenta produtividade satisfatória, conserva os recursos naturais e cumpre a legislação trabalhista.

A resposta para essas dúvidas deveria vir do Cadastro de Imóveis Rurais. Ou seja, a base para o julgamento seria as informações apresentadas pelos proprietários nos prazos e

segundo normas a serem fixadas na regulamentação da lei. Essas declarações deveriam ser apresentadas sob total responsabilidade dos proprietários, ou possuidores de qualquer título, e em caso de dolo ou má fé, seriam obrigados a pagar em dobro os tributos devidos, além das multas decorrentes e das despesas com as verificações necessárias. (VEIGA, 1990, p.86).

Assim, Veiga esclarece:

E foi justamente essa regulamentação que começou a criar um dos mais sérios problemas à realização da reforma prevista no Estatuto. O IBRA e depois o INCRA conceberam modelos de declarações cadastrais que simplesmente desprezaram três dos quatro critérios exigidos pela lei para apreciar se há ou não cumprimento da função social. O Cadastro nada indica a respeito da conservação dos recursos naturais, respeito à legislação trabalhista e favorecimento do bem-estar. Ele só se interessa pelas declarações do detentor do imóvel a respeito da produção existente na propriedade. Ou seja, a regulamentação reduziu toda a problemática do cumprimento da função social da propriedade a uma pequena aritmética sobre o grau de utilização e o grau de eficiência atingido pelas fazendas e sítios. Exigiu simplesmente que 80% da área aproveitável do imóvel esteja utilizada, atingindo, ao mesmo tempo, alguns indicadores de rendimento por hectare para considerar um imóvel eficiente e dar-lhe o diploma de Empresa Rural. (1990, p.86).

Como os indicadores de produtividade fixados pelo INCRA eram e são baixíssimos, praticamente todos os imóveis podiam ser classificados como Empresas Rurais. Assim, até um imóvel inativo poderia conseguir a minimização de sua área aproveitável por meio de uma simples declaração de que se tratava de pastagem natural cedida para arrendamento. “Caso houvesse uma verificação *in loco*, fato raríssimo durante os 20 anos de ditadura, bastaria dizer que o arrendatário havia vendido a boiada, estando, portanto, à procura de um outro cliente.” (VEIGA, 1990, p.87).

O que se deve levar em conta é que os fatores que estimularam o golpe estavam principalmente no crescente interesse que começava a despertar a questão agrária e os primeiros sintomas da pressão popular para que se efetivassem as medidas para a reforma da estrutura agrária e das relações de trabalho no campo.

Assim, no sentido de reiterar as ações da ditadura militar no Brasil no tocante a questão agrária, acrescentamos as explicações de Fernandes:

Em 1964, o governo da ditadura militar elaborou o Estatuto da Terra. Esse foi o primeiro documento que tratou da reforma agrária na história do Brasil. O objetivo do governo não era aplicar a Lei, mas sim controlar os conflitos por terra. A política agrícola que tinha como referência o modelo da denominada ‘Revolução Verde’ não contemplava a agricultura camponesa, atendia somente a expansão capitalista. Uma medida para tentar minimizar os conflitos foi a implantação de projetos de colonização, por meio da migração dirigida de camponeses para a Amazônia. Todavia, essa política não diminuiu os conflitos por terra nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do

país. Os governos da ditadura militar reprimiram violentamente as ações dos trabalhadores que reivindicavam seus direitos, como acesso à terra e melhores condições de trabalho. No final da segunda metade da década de 1970, depois de 15 anos de forte repressão política da ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade intensificaram suas lutas para reconstruir a democracia e reconquistar direitos. (2008, p.29).

Portanto, a questão agrária brasileira se viu amordaçada pelos vinte anos de regime militar. O modelo adotado para o meio rural pelos governos desse período foi muito claro: estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, com ênfase na grande propriedade latifundiária, voltado ao interesse do capital estrangeiro e ao processo de industrialização acelerada na cidade, baseados nos investimentos em empresas multinacionais.

Vejamos os comentários de Stédile:

[...] o ‘Estatuto’ consagra a permanência de zonas de milhões de ‘sem-terra’, aqueles a quem tudo é negado. Ele exprime apenas uma tributação territorial um tanto melhorada, uma “distribuição” de plagas devolutas mediante vendas e financiamentos. Visa a colonização. Todas estas providências são superficiais, que não alteram o status quo da estrutura fundiária. (2005, p.135).

Para os pobres do campo que sonhavam com a reforma agrária e um pedaço de terra, os governos militares apresentavam duas saídas: migração para as cidades e servir de mão de obra barata às indústrias, ou irem para regiões longínquas no norte do país, sem esquecer as falsas propagandas de bom emprego na construção das grandes estradas que cortaram a selva amazônica, como a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho.

Uma das bandeiras do movimento militar de 64, foi a extirpação do movimento das Ligas Camponesas e a liquidação do processo de reforma agrária deflagrada no início do ano de 1964 pelo então presidente João Goulart. O movimento militar promoveu verdadeira ‘caçada’ às lideranças das Ligas Camponesas e não tardou que estatísticas passassem a registrar a morte ou o ‘desaparecimento’ dessas lideranças. [...]. (OLIVEIRA, 1990, p.31).

Por outro lado, como explica Oliveira:

Entretanto, se os militares esperavam frear a luta dos trabalhadores pelo acesso à terra, foram eles próprios que, através de uma série de grandes projetos governamentais, acabaram estimulando os movimentos migratórios em direção a Amazônia, na busca da liberdade e da terra. (1990, p.32).

Durante o período militar, o crescimento da economia brasileira beneficiava os chamados “produtos de exportação” como o café e a soja principalmente, em detrimento dos chamados produtos alimentícios como o feijão, o arroz, entre outros alimentos.

Segundo Silva (1987), de 1974 em diante o Brasil deixa de apresentar crescimento econômico apontado no período anterior, e no triênio 1975/77 começa outra situação de crise. Já em 1978 quando do início da abertura política no país, é retomado o debate sobre a questão agrária dentro do contexto das crises do sistema econômico capitalista.

A meta então é optar pela agricultura, o que reaviva as discussões que se travam em torno do político e do social e das transformações que se operam no campo brasileiro nas duas últimas décadas. Nem a “supersafra” consegue esconder o “ressurgimento da questão agrária” como tema polêmico do momento.

Ou seja, neste momento, como salienta Silva (1987, p. 10), “não se pode confundir a questão agrária com a questão agrícola”:

[...] a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quando se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção. Como se produz, de que forma se produz. (SILVA, 1987, p.11).

Em meados dos anos 1980 ocorreu o fim do regime militar, e o país ingressou em uma nova etapa da questão agrária: o ressurgimento dos movimentos sociais dos camponeses, juntamente com o debate político e intelectual sobre o tema. A questão da terra voltou a ser o centro das atenções entre o governo e a sociedade, surgindo novas propostas, porém ainda sobre muita influência dos latifundiários e seus representantes políticos, o que faria com que esse assunto permanecesse tímido na prática.

A reforma agrária volta a ser considerada necessária, porém, a dúvida estava em torno de como fazê-la e quais terras deveriam ser desapropriadas, era nisto que estava o grande problema da década de 1980.

Problema este que permanece até hoje, ainda com mais força, não apenas pela liberdade com que podemos discuti-lo, mas também pelo agravamento da expansão das relações capitalistas de produção no campo. O aumento na produção agropecuária do país tem causado impactos negativos como desemprego e crise ambiental.

O país entra na era da redemocratização, pós-ditadura, com um histórico grave de violência e miséria, são pequenos camponeses expulsos do campo, migrações, subemprego, prostituição e criminalidade vividas nas metrópoles brasileiras. Através da expansão da grande empresa capitalista na agropecuária, agravaram-se os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, gerando mais concentração de terras e violência.

Salienta-se a importância da promulgação da chamada Constituição Cidadã, a Constituição Federal do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988 com o intuito de

organizar o Estado brasileiro. Nela são definidos os direitos dos cidadãos, sejam eles individuais, coletivos, sociais ou políticos, bem como estabelecidos limites para o poder dos governantes, pois, com o fim do Regime Militar, havia a necessidade de uma nova Carta, sendo que a anterior tinha sido promulgada em 1967, em plena Ditadura Militar.

Em resumo, em 1º de fevereiro de 1987 se instalou a Assembléia Nacional Constituinte composta por 559 congressistas, entre eles: senadores e deputados federais eleitos no ano anterior, presidida pelo então deputado Ulysses Guimarães, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB.

Neste sentido, mesmo com controvérsias de cunho político, a Constituição de 1988 assegurou diversas garantias constitucionais, com a participação do Poder Judiciário, para que fossem efetivados os direitos fundamentais. A Constituição qualificou de inafiançáveis crimes como torturas e ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, criando bloqueios a golpes de qualquer natureza.

Deste modo, a Constituição de 1988 colocou em evidência uma forma mais democrática de poder, com a participação da população por meio de abaixo-assinados, liderados pelos sindicatos de classes, entidades religiosas, entre outros seguimentos da sociedade. Portanto, por meio dela a classe trabalhadora passou a consolidar vários direitos. Uma análise da Constituição no que se refere ao problema agrário brasileiro nos permite afirmar que ela se mostra progressista no plano agrário, porém mantém os traços conservadores devido a já analisada herança oligárquica do país. Entretanto, hoje no Brasil, o regime jurídico da propriedade tem seu fundamento na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, XXII e XXIII da atual Lei Magna, onde se diz: “é garantido o direito à propriedade e a propriedade atenderá a sua função social¹” como explica Barros:

Porém, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, passou a disciplinar o princípio da função social como direito individual fundamental, como primado da ordem econômica e social e como instrumento da política agrícola, fundiária e da reforma agrária. (BARROS, 2008, p.29).

O art. 186 da Constituição é um dos seus principais dispositivos que disciplina o cumprimento da função social rural e adiciona também a preocupação com o meio ambiente. Há destaque para a função social que é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes

¹ Informações coletadas e disponíveis em: <http://www.webartigos.com>. Acessado em 18/08/2011.

requisitos: aproveitamento racional e adequado do solo; utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BARROS, 2008).

Diante do exposto, a função social da propriedade rural visa instituir regras sobre a política agrária e reforma agrária, com o intuito de que se promova o crescimento econômico e social do país, assegurando a todos dignidade e justiça social.

A reforma agrária é um assunto que nos últimos anos está sendo muito discutido pelos políticos e intelectuais no sentido da implantação de programas de governo que venham efetivamente modificar a estrutura fundiária brasileira. No meio rural, é notório que não só medidas econômicas são necessárias, como também medidas judiciais para garantir a implementação total da reforma agrária em nosso país.

Portanto, são necessárias ações em torno do cumprimento da função social, face ao descumprimento deste princípio constitucional em diversos imóveis rurais brasileiros. Isto mostra uma afronta à legislação, o que requer do Poder Público maior eficácia e menos omissão. Como salienta Bergamasco (1996, p.11): “Uma efetiva alteração da estrutura fundiária e agrícola, de forma a atender aos produtores rurais sem-terra ou com pouca terra, ainda está para ser realizada no Brasil.”

O problema para esses trabalhadores rurais, no que tange ao desenvolvimento no campo, está no modelo adotado no Brasil, pois este está orientado de acordo com os interesses dos grandes capitais, ou seja, das indústrias e dos bancos em particular.

Os camponeses lutam por melhores condições de vida e de trabalho, e se isso for possível obter trabalhando em um pedaço de chão, então a reforma agrária resolveria parte do problema que a má distribuição de terra gerou ao longo da história brasileira. Interessante destacar que esses trabalhadores têm neste projeto sua bandeira de luta política, como observa Silva:

A reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper o monopólio da terra e permitir que possam se apropriar um dia dos frutos do seu próprio trabalho. Para tal é necessário eliminar o latifúndio e incidir sobre a dominação parasitária da terra, desde o caso daqueles que deixam a terra inculca à espera de valorização imobiliária, até os que a utilizam para repassar recursos financeiros aos pequenos produtores rurais. (1987, p.93).

O debate atual a respeito da reforma agrária no Brasil tem uma conotação distinta dos períodos anteriores. Nos anos 1950 a discussão girava em torno da industrialização brasileira. O temor do governo era de que a agricultura viesse a constituir num entrave ao processo de

industrialização brasileira, por não haver aumento da produtividade dos trabalhadores no campo. Por outro lado, não teria elevação dos níveis de renda da população agrícola, logo sem mercado suficiente para consumir os produtos que seriam criados pela indústria.

Portanto, a reforma agrária no fim dos anos 50 aparecia como um “remédio para a crise agrária e para a crise agrícola” pelas quais passava o país. A reforma agrária aparecia como se fosse necessário acelerar e penetrar ainda mais as relações capitalistas de produção na agricultura brasileira. A pretensão era “exorcizar os fantasmas dos ‘restos feudais’ escondidos nos latifúndios que atormentavam a vida dos trabalhadores rurais”. (SILVA, 1987).

Sob essa perspectiva, ao entregar essas terras – latifúndios – aos camponeses, teríamos a solução da questão agrária aumentando a produção e colocando em cultivo as terras ociosas dos latifúndios. Porém, ao longo da história, não é o que vem acontecendo, o que alastrou ainda mais o nível de miséria da população rural brasileira.

Sabemos que essa reforma agrária não foi feita. Que não houve redistribuição de terras, até pelo contrário: os dados mais recentes mostram que a concentração da propriedade aumentou e os trabalhadores rurais se tornaram ainda mais miseráveis. E, no entanto, a estrutura agrária brasileira não constituiu empecilho ao processo de industrialização do país. (SILVA, p.101, 1987).

Com efeito, hoje a reforma agrária ressurgiu em nova embalagem. A solução se coloca não mais para resolver a crise agrícola, mas sim, para resolver a crise agrária brasileira.

Hoje, o que está claro é que o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil acumulou riquezas em poucas mãos e miséria generalizada, pois, nesse momento, o latifúndio se aburguesou e se internacionalizou, juntamente com os bancos e as multinacionais. Mas, para o sistema capitalista pouco importa se um pedaço de chão produzir só cana-de-açúcar, soja ou milho. O lucro é o que interessa.

Corroborando com essa questão Veiga (1990, p.77) esclarece:

As razões de tal ociosidade são bem conhecidas: grande parte dos proprietários rurais lucra mais mantendo suas terras apenas como reserva de valor do que nelas investindo produtivamente. Só que essa não é a lógica da agricultura familiar e, menos ainda, dos lavradores sem terra. Se lhes for franqueado o acesso à terra e ao crédito, ficarão no setor agrícola ao invés de migrar para as cidades, e produzirão alimentos para o mercado interno, contribuindo não só para reduzir a inflação, como para minorar o drama da desnutrição.

Muitos interpretam de forma errônea o problema da miséria no campo. Vejamos o comentário de Stédile:

Muito papel e tinta já se gastou, em tentativas canhestras para tentar demonstrar que o atraso e a miséria reinantes nos campos decorrem do atraso dos habitantes do campo – argumento este muito no gosto dos monopolizadores da terra, de seus advogados e de pessoas desinformadas. [...]. (STÉDILE, 2005, p.133).

O objetivo de buscar uma sociedade mais democrática no campo não é possível sem a reforma agrária. Tal medida geraria uma participação econômico-social dos trabalhadores rurais incorporando-os a uma cidadania plena. Ou ainda como nas palavras de Castro (1984, p.287).

Como um imperativo nacional esta medida exige a participação de todos os brasileiros verdadeiramente patriotas para ser realizada em termos de interesse coletivo. Exige, pois, uma preparação psicológica através de uma campanha de esclarecimento da opinião pública. De esclarecimento de que não se trata de uma medida visando beneficiar um só grupo, o dos párias rurais — os sem-terras — mas que beneficiará a todas as classes e grupos sociais, interessados no desenvolvimento econômico equilibrado do país.

No entanto, faltam projetos políticos de enfrentamento das elites agrárias para diminuição de seu poder via divisão das terras, porém na medida em que avançam as lutas e os protestos dos movimentos sociais no campo, ressurge e se intensifica o debate em torno da problemática agrária no Brasil. Percebe-se, com isso, que as voltas e reviravoltas continuam indo no mesmo sentido, que é o de mascarar os graves e intensos conflitos que, historicamente, se alastram pelo território, isto sem prazo de ser controlado e muito menos de ser resolvido.

Uma reforma agrária justa levaria em conta a questão agrária sem se esquecer da política agrícola, isto daria sustentação ao desenvolvimento, incluindo os trabalhadores e as formas variadas de produção. O modelo camponês, muito em pauta hoje nos estudos, levaria esses trabalhadores a produzir para garantir a segurança alimentar de forma mais sustentável, tendo como alvo uma alimentação mais saudável e mais variada.

A reforma agrária [...], traz a possibilidade concreta de essas famílias terem a terra – o lote – que não conseguiriam comprar. E esta se torna o lugar de reconstrução da vida e, por isso, é redimensionada conforme os componentes da memória camponesa de cada família. Isso é feito diante dos traços de experiência e dos desejos mais profundos, nem sempre relatados, mas observados na organização das atividades do dia-a-dia, na convivência entre os assentados. (FARIAS, 2007, p.40).

A reforma agrária viria para quebrar a lógica dominante e organizar uma nova base social de produção que desenvolva as atividades dos trabalhadores rurais, combinando novas formas de apropriação da terra e de meios de produção, integrando os excluídos neste novo ordenamento de apropriação dos frutos do seu trabalho.

Ainda nas palavras de Stédile (2005, p.133):

[...] O objetivo só será atingido, repetimos, na medida em que forem analisadas suas consequências sobre a economia, as finanças, a política e a unidade do país e, em especial, na medida em que se estudar o problema tendo em conta a situação de tragédia das massas camponesas, proletárias ou semiproletárias. [...].

Os projetos de implantação da reforma agrária, e as lutas políticas travadas no interior das forças que sustentam esses projetos, deixam claro a atualidade da questão agrária no Brasil. Subentende-se que, para os trabalhadores rurais, a estrutura agrária no Brasil está impregnada de heterogeneidade e desigualdade nas relações sociais, o que muitas vezes os integram ou os excluem, ou ainda, os subordinam ou os deixam na marginalidade.

Neste contexto, percebemos que a reforma agrária é uma das formas de redistribuir a propriedade da terra, sendo um tema que gera muitas polêmicas à medida que uma minoria poderosa já detém o direito de sua posse e propriedade. Sob esse prisma, retomamos a idéia da luta atual da reforma agrária a partir do aumento da pressão política dos movimentos sociais no campo e, conseqüentemente, do aumento da violência.

No auge da transição dos governos militares para os civis, o governo da Nova República (alianças PMDB e PDS que formaram o PFL), anunciou, durante o IV Congresso Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/Contag, a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, conforme o Estatuto da Terra, de 1964.

Nas palavras de Oliveira (2002, p.102):

Elaborado com o objetivo de estabelecer a ‘paz na terra’, ou seja, procurar resolver os inúmeros conflitos pela posse da terra no país, o 1º PNRA previa desapropriação de 43.090.000 ha de terras e o assentamento de 1.400.000 famílias em cinco anos (1985/89). Para elaborar e implantar o plano, o governo José Sarney criou o Ministério da Reforma Agrária/Mirad, que teve como primeiro ministro Nelson Ribeiro.

Ainda segundo Oliveira (2002), transcorrido o primeiro ano de ocorrência do plano, o Incra (Mirad) conseguiu cumprir apenas 23% da área que havia sido prevista para desapropriação, sendo que no primeiro ano, teria desapropriado somente 5% da área dos assentamentos e regularizado a situação de 5% das famílias.

Travou-se, desse modo, por meio desse baixo índice de cumprimento das metas, uma grande luta política entre as forças conservadoras – proprietários de terras – que apoiavam o governo e as forças progressistas que apoiavam a reforma agrária.

Os latifundiários que realizavam leilões de gado para levantar fundos e impedir a possibilidade de reforma agrária, criaram, em agosto de ano de 1985, a União Democrática Ruralista/UDR, que teria a intenção de coordenar nacionalmente a ação desses latifundiários contra a reforma agrária. Entidade esta que elegeu deputados e senadores, os quais votaram na última Constituinte em massa contra as propostas de reforma agrária no país.

Devido à atuação da UDR, e da ausência de decisão política dos partidos que apoiavam o governo na Nova República, a violência no campo permaneceu, tendo inclusive, aumentado. Assim, crescia a violência e subia o número de assassinatos de trabalhadores no campo. Todos estes fatos de violência relacionados com a troca de ministros da Reforma Agrária no governo Sarney, acabaram levando a extinção do Ministério da Reforma Agrária, logo, o não cumprimento das metas definidas no 1º PNRA.

A explicação de Oliveira (2002, p.103) nos mostra o que ocorreu ao final do Governo Sarney e também em outros governos mais recentes no tocante a reforma agrária:

O final do governo Sarney mostrou que apenas 10% das metas do plano tinham sido atingidas, em cinco anos de sua implantação. Nos governos Collor e Itamar quase nada fora feito. No governo de Fernando Henrique Cardoso que sempre teve pacto com as elites, também não atingiu muita coisa.

Deste modo, fica sempre em aberto o debate da reforma agrária brasileira, porém o aumento dos conflitos no campo e a luta dos movimentos sociais indicam que, mais cedo ou tarde, o país terá que pensar em acelerar a reforma agrária ou ter que conviver com a grande concentração de terras nas mãos de poucos.

Para Stédile (2005, p.132):

Como encarar o problema agrário-camponês e a reforma agrária – o aguçamento das contradições da estrutura agrária brasileira torna inadiável uma reforma, capaz de pôr termo às crescentes deformações na economia e na unidade nacional. A protelação dessa reforma poderá contribuir para agravar a penúria das grandes massas do campo e das cidades, cada vez mais conscientes dessa necessidade. O adiamento da solução constitui mais uma acha nas possíveis fogueiras dos choques e embates entre as camadas e classes mais desfavoráveis economicamente, assim como de todo o povo de um lado e, do outro, os latifundiários.

Enfim, a reforma agrária além de resolver parte dos problemas estruturais que permanecem no campo brasileiro, ajudará também a desenvolver e ampliar a oferta de alimentos resolvendo o problema da fome e do desemprego.

CAPÍTULO II - CONSIDERAÇÃO SOBRE A LUTA PELA TERRA E A ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST



Foto 1 - Mobilização dos Sem-Terra.
Fonte - Sebastião Salgado, 1999.

2.1 - O debate sobre os novos movimentos sociais

Como apontado no capítulo anterior, no Brasil as políticas para o campo, voltadas ao interesse da grande maioria que nele vive, são conquistas dos camponeses por meio das lutas de resistência. Portanto, não são concessões governamentais, mas conquistas que se dão somente a partir da organização dos sujeitos.

Partimos da compreensão de que a classe camponesa no Brasil nunca saiu do processo de permanente construção. Assim, podemos entender de que maneira os movimentos sociais no campo se manifestam, se materializam, e como se configuram de maneira própria no território brasileiro.

Desta forma, antes de discutirmos sobre os movimentos sociais, ressaltamos as palavras de Fernandes (2000, p.59).

Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social e, principalmente, os sociólogos, historiadores e cientistas políticos se dedicam a estudá-los há muito mais tempo que os geógrafos.

As transformações as quais o campo brasileiro tem passado nas últimas décadas têm gerado um aumento significativo dos movimentos sociais rurais, tanto no sentido da luta pela terra ou para a melhoria das condições de trabalho.

Para entender os movimentos sociais recorreremos também às interpretações e estudos feitos por Grzybowski (1991), onde ressalta que a origem do movimento dos sem-terra se associa às ações de resistência e às ocupações de terras por grupos de trabalhadores rurais que foram excluídos através de transformações agrícolas na Região Sul, e que foram, de forma

precária, reintegrados na produção. O mais importante é entender que a origem da luta dos trabalhadores se deu através da recusa em aceitar a saída que a modernização do campo apontava: a proletarização no campo ou na cidade, impossibilitando a pequena produção.

[...] Filhos de colonos, parceiros e arrendatários, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e mesmo um significativo contingente de **Lumpen** do campo, que vaga pela região, constituem a base inicial do movimento. [...]. (GRZYBOWSKI, 1991, p.23. Grifo do autor).

As lutas dos trabalhadores sem terra e expropriados por barragens, que se organizaram em ocupações e acampamentos, sendo mais fortes nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no final nos anos de 1970 e 80, se articularam e deram forma inicial ao movimento de luta pela terra neste período. Posteriormente, a luta se estende para o Oeste de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Soma-se a isso o fato de que a crise econômica fazia aparecer grupos de sem-terra em periferias como a do Rio de Janeiro. Há ainda os colonos migrados para o Paraguai nos anos 70 que voltaram para o Brasil, os “brasiguaios”, em maior número no Estado de Mato Grosso do Sul, fazem parte também do movimento neste período de formação.

O sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de serem a nu sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários. (GRZYBOWSKI, 1991, p.24).

Dentre os movimentos sociais, o grupo dos sem-terra apresenta maior grau de articulação interna. E desde o início possuem articulação própria com apoio da Igreja Católica e Luterana.

O grau de organização do movimento dos sem-terra é expresso na formação de núcleos locais, comissões municipais e estaduais, coordenação e executiva nacional, tendo uma secretaria e um jornal mensal dos sem-terra.

Os sem-terra passam a ocupar áreas, organizar acampamentos e pressionar o Estado que interfere com juízes, policiais, INCRA, políticos. Os sujeitos que participam desse movimento possuem eficácia política na luta pela terra, organização e capacidade de intervenção que é indispensável ao movimento.

[...] No entanto, isso não significa dizer que a teoria da prática do MST é um todo monolítico e muito menos que há uma separação pura e simples entre a liderança e a base, até porque reforçaria a tese histórica da

incapacidade política do camponês e, mais, esconderia o fato de que a força e a permanência deste Movimento emana dos homens e mulheres que fazem a luta pela terra. Dizer que a base é manipulada pelas lideranças é se esquecer do poder de resistência do camponato redefinindo o próprio Movimento. [...] (ALMEIDA, 2003, p. 26).

Como já foi relatado no capítulo anterior, o Estatuto da Terra de 1964 foi o primeiro documento que tratou da efetivação da reforma agrária no Brasil. O governo militar tinha então como objetivo controlar os conflitos por terra e a agricultura capitalista era o projeto a ser privilegiado, pois a política agrícola adotada tinha como referência o modelo da denominada “Revolução Verde” (FERNANDES, 2005) que, por sua vez, não contemplava a agricultura camponesa.

Os governos da ditadura militar reprimiam violentamente os trabalhadores que tentavam conquistar seus direitos, como acesso a terra e melhores condições de trabalho. Neste contexto, no final da segunda metade dos anos de 1970, após 15 anos de repressão política da ditadura militar, trabalhadores do campo e da cidade intensificaram suas lutas para reconstruir a democracia e reconquistar seus direitos.

Deste modo, ressalte-se que a forma de organização dos trabalhadores rurais sem-terra se torna mais forte quando é fundado o MST, mais precisamente em 1984: “Mas o processo de gestação do movimento começou cinco anos antes” (FERNANDES, 2008, p.27). Neste movimento, predomina uma relação social de luta pela terra e por políticas públicas que somente os movimentos camponeses podem fazer. Fazem pressão para que as políticas de reforma agrária se movimentem e também outras políticas públicas numa relação, muitas vezes, de conflito entre movimento e governos.

Outra explicação que merece destaque é a de Oliveira (2002, p.101):

Esse movimento, iniciado no Rio Grande do Sul, tem atualmente nos acampamentos a estratégia de luta para pressionar o governo brasileiro a efetuar a reforma agrária. Organizado nacionalmente, ele se constitui no principal movimento social no campo e busca, pela ocupação de terras, criar fatos políticos que mobilizem e sensibilizem os governos para a necessidade de implantação de reforma agrária. Esse movimento também se utiliza das caminhadas pelas estradas até as capitais, onde são realizadas manifestações e ocupações de repartições públicas (Incra, por exemplo) para pressionar o governo.

Em suma, o MST é um movimento que nasceu no centro sul do Brasil com várias lutas pela terra se espalhando e somando-se com apoio da CPT. Independente de um plano (ou não) de reforma agrária, o movimento avança, pois entende que a luta popular é diferente da reforma agrária porque esta última é uma luta política. Estas lutas são feitas por meio de

duas estratégias principais: a ocupação de terras, que é uma forma que o movimento encontrou de ter acesso à terra no Brasil, e as marchas para pressionar o Estado para que se realizem as políticas públicas (políticas de créditos, de educação, de moradia, etc).

Conforme Fernandes:

O avanço da luta pela terra tem mantido a reforma agrária na pauta política do Estado. Todavia, até o momento, o Estado não tem sido competente para efetivar uma política de reforma agrária que desconcentre a estrutura fundiária. Evidentemente que a participação do Estado nesse processo é fundamental. Mas não é determinante e nem propositiva. O Estado caminha a reboque dos movimentos camponeses. (2008, p.27).

É só através de mobilização dos camponeses que o Estado toma providências para minimizar os problemas que envolvem a questão agrária. Um dos motivos seria porque os ruralistas têm o controle político do Estado, o que impede o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil: “Esse monopólio político determinou as condições para que a modernização da agricultura mantivesse a estrutura fundiária concentrada impedindo o acesso à terra aos camponeses.” (FERNANDES, 2008, p.28).

Consequentemente, é neste contexto que teremos a territorialização da luta camponesa que é compreendida pelas ocupações de terra e a conquista de assentamentos rurais, formando territórios onde o campesinato se (re)cria e reproduz o sentido de luta pela terra.

Como dito, a organização do MST se faz por meio de comissões, setores e coordenações que definiram o modelo de sua estrutura interna de lutas. São estas lutas que fazem o movimento se espalhar pelo Brasil. Esse movimento tido como um dos mais importantes movimentos camponeses do mundo foi gerado por lutas de posseiros e arrendatários que resistiram e ocuparam latifúndios. O MST é uma organização de caráter nacional, que progressivamente foi assumindo uma posição de destaque no cenário das lutas agrárias no Brasil. (TORRENS, 1994).

Ainda para Oliveira (2002, p.101): “Embora organizado nacionalmente, o movimento tem sua maior base de penetração nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.”

O MST é uma organização que se consolidou com uma estrutura capaz de expressar os interesses coletivos de uma considerável parcela de trabalhadores do campo que se encontrava excluída e marginalizada, a qual historicamente, com o avanço das relações capitalista para o campo, acabou por se identificar em uma categoria social (sem terra) reveladora da ausência de direitos e de cidadania.

Em suma, a gênese do MST no Brasil, segundo explicações de Fernandes (2008), começa com os colonos expulsos das terras indígenas no Oeste do Rio Grande do Sul que ocupavam fazendas na região.

Junta-se a essa luta a resistência dos antigos posseiros da Fazenda Primavera, no Oeste do Estado de São Paulo, que estavam sendo expulsos de suas roças por causa da expansão da pecuária e o fim dos arrendamentos, esta região faz divisa com Leste de Mato Grosso do Sul. Há nesta época conflitos também no Sudoeste do Paraná, com a construção da hidrelétrica de Itaipu - momento em que muitas famílias camponesas foram desalojadas. No oeste de Santa Catarina - com poucas terras - famílias camponesas com o apoio da Diocese de Chapecó ocuparam uma fazenda.

Destaca-se o apoio da Comissão Pastoral da Terra/CPT que promoveu o encontro desses camponeses para que constituíssem uma articulação e fossem superando o isolamento. Neste tempo os camponeses sem-terra viviam sobre controle da ditadura militar. Lutas históricas neste período, como a que ocorreu no Acampamento Encruzilhada Natalino, mostram como o governo militar tentou, de todas as formas, abortar o nascimento do MST.

No ano de 1982, em Medianeira (PR), juntamente com a CPT, iniciam-se as reuniões para discutir o crescimento da luta pela terra. Em setembro deste mesmo ano, em Goiânia (GO), eles se reuniram novamente, onde camponeses de todas as regiões do país formaram uma comissão provisória para que um movimento camponês em escala nacional fosse criado. Em 1983, mais dois encontros foram realizados até que oficialmente foi criado o MST em 22 de janeiro de 1984, no município de Cascavel (PR).

O histórico crescimento do MST sempre esteve relacionado diretamente com sua territorialização que, deste modo, acaba por diferenciá-lo de outros movimentos e organizações.

Através das ocupações de terras, o MST se expandiu pelo país e se consolidou como um movimento nacional, também soma-se as experiências construídas na sua gênese por meio do contato com lideranças de movimentos camponeses que foram extintos pela ditadura militar ou foram transformados em sindicatos.

Fernandes (2008, p.32) relata alguns dos princípios organizativos do MST que são partes do processo de aprendizagem:

[...] formação de coordenação e direção coletivas como instâncias políticas de decisão; autonomia política; disciplina e respeito às decisões das instâncias políticas; formação educacional permanente; jamais separar a luta econômica da luta política; a organicidade deve vincular sempre a base com a direção.[...].

Portanto, os espaços de luta são criados pelo MST pelas várias regiões do país, espaços estes de socialização política, onde três dimensões a constituem: espaço comunicativo (para reuniões, recuperação das histórias, do conhecer-se, definição dos objetivos da luta), espaço interativo e espaço de luta e resistência.

Deste modo, dá-se o início da transformação dos sonhos em realidade, onde as famílias nos acampamentos criam um espaço interativo num contínuo processo de aprendizado. Esta interação marca as trocas de experiências, em que um conhece a trajetória de vida do outro, reconhecendo a condição de expropriados e explorados, para a formação da identidade sem-terra.

Assim, a organização do MST é fortalecida pela sua formação política e militante. Seus processos, práticas e procedimentos fazem com que as pessoas se movimentem, momento em que irão construir e adquirir seus direitos, na medida em que entendam que somente com essa organização e ocupação de terra irão encontrar soluções para saírem do estado de miséria em que vivem. Na prática de luta desenvolvida há dois tipos de ocupação: ocupação de uma área determinada (conquistar somente a terra ocupada) e ocupação massiva (o critério é assentar todas as famílias sem-terra em quantas áreas forem necessárias).

Neste sentido é importante ressaltar a explicação de Fernandes (2008, p.34):

Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração – terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração.

Apesar do planejamento das ações não há certezas quanto à espacialização da luta, pois ora elas avançam, ora retrocedem, portanto as experiências dos sem-terra revelam que a ocupação de terra sempre vem acompanhada do desconhecimento em relação aos próximos passos, pois cada uma tem suas singularidades, e sempre surgem novos desafios.

Outros elementos da cultura do MST são o uso da bandeira que pode ser observado de longe nos territórios camponeses e seu hino, os quais indicam a organicidade do movimento. A cultura política do movimento são as palavras de ordem que são criadas em seus vários encontros estaduais ou nacionais. Em um desses encontros, a palavra de ordem foi: “Ocupar, Resistir, Produzir”. (FERNANDES, 2005).

Em cada encontro mudam-se as frases que representam o que reivindicam em cada momento, como: “Terra para quem trabalha”; “Terra não se ganha, terra se conquista”; “Sem reforma não há democracia”, “Ocupação é a única solução”; “Reforma Agrária: uma luta de

todos”]; “Por um Brasil sem latifúndio”. Todas as intenções e ações expressas nestas palavras de ordem se contrapõem aos discursos oficiais do Estado e os tornam mais bem preparados e fortalecidos para resistir as formas de repressão.

As ações do MST, segundo análise de Torrens, ao interagir com determinados agentes mediadores (movimento sindical rural, Igrejas, ONGs, Estado, entre outros), foram definindo sua trajetória política, suas formas de organização, sua estratégia de ação, seus métodos de trabalho e sua própria posição no campo de mediação das lutas pela terra. Assim, “produzem uma trama complexa de relações entre sujeitos políticos posicionais diferentemente no cenário das lutas no campo.” (1994, p.146).

Entretanto, com o tempo, essas relações de grande proximidade entre mediadores foram se modificando como explica Torrens (1994, p.150):

Porém, na medida em que o MST foi se estruturando orgânica e politicamente, em nível nacional, novas questões modificaram a dinâmica do campo de mediadores de luta pela terra. Assim, o peso e a influência direta das forças mediadoras tenderam a diminuir consideravelmente nas decisões internas do movimento.

E, assim, o MST passa a dar direção à luta pela terra, contudo, conta com o apoio de sindicatos, pastorais, partidos, Igrejas e entidades de assessoria. Por fim, [...] “na medida em que os atores não se misturam organicamente, não perdem sua identidade particular.” (TORRENS, 1994, p.150).

Já para Grzybowski (1991), o movimento dos sem-terra, com seu alto grau de homogeneidade, passa a se relacionar de forma tensa com a estrutura sindical, Federações e a CONTAG em virtude da falta de reconhecimento da autonomia do movimento por parte dessas organizações.

Mesmo assim, o MST, através de pressões políticas, tem conquistado assentamentos em todos os estados onde atua. Com sua organização, procura desenvolver experiências de produção coletivizada, como a criação de pequenas cooperativas ou associações de produtores. Porém, cabe a cada assentado decidir qual a melhor maneira de comercializar sua produção, ou seja, nem todos buscam por essas alternativas.

De acordo com as explicações de Fernandes (2005), a territorialização do agronegócio intensificou a ameaça quanto a territorialização do campesinato. Isso ocorreu em diversos países. Neste sentido, o MST, em meados dos anos 1990, ampliou suas relações com outros países. Estas relações internacionais são efetivadas em 1996 quando ocorre a interação entre MST e a Via Campesina.

Neste contexto, torna-se importante explicar esse movimento internacional conhecido como Via Campesina. A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

A Via Campesina tem como principais políticas: a defesa da soberania alimentar, que tem como finalidade o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar, priorizando uma produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados voltados ao mercado interno; reforma agrária e desenvolvimento rural; gênero e direitos humanos; agricultura camponesa sustentável; biodiversidade e recursos genéticos. É imprescindível manter um sistema de produção camponês diversificado (biodiversidade, respeito à capacidade produtiva das terras, valor cultural, preservação dos recursos naturais)².

Esta Organização Camponesa tem sua estrutura formada pela Conferência Internacional (espaço de deliberação política, pela Comissão Coordenadora Internacional, Comissões Políticas, Secretaria Executiva e pelos movimentos camponeses vinculados). O seu surgimento fortaleceu os movimentos camponeses que passaram a desenvolver lutas conjuntas, em escala mundial.

Ao estudar a formação dos movimentos sociais, principalmente o MST que é o movimento camponês mais bem organizado na história do Brasil, percebe-se que suas ações apenas conseguiram mudanças conjunturais, o que revela a complexidade da questão agrária e, igualmente, sua indeterminação.

Por fim, a territorialização do movimento camponês e do agronegócio avança e gera mais conflitos. Portanto, este núcleo é o que define na atualidade a questão agrária – o entrave entre lutas camponesas de resistência, e do outro lado, o Estado controlado pela agricultura capitalista (agronegócio) para que realize seu modelo de desenvolvimento e domínio do território.

2.2 - A reconquista da terra em São Paulo: as disputas emblemáticas

Neste momento, vamos resgatar algumas lutas no estado de São Paulo que fizeram história no Brasil pelo enfrentamento ao latifúndio e a conquista de terras. Assim, seguimos tendo como base as pesquisas de Fernandes (1999) e (2001) que relatam a organização e a formação do MST neste Estado.

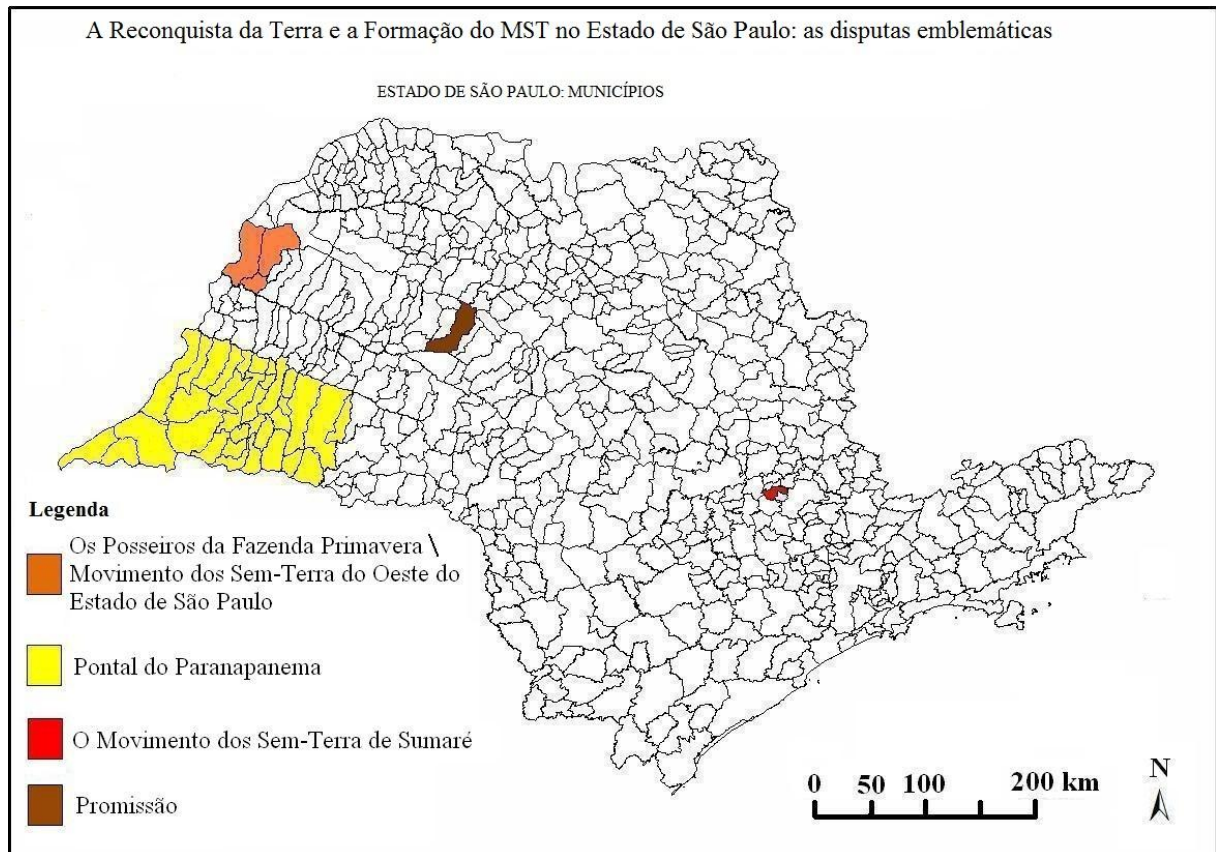
² Informações coletadas e disponíveis em: <http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>, acessado em 26/10/2011.

No Estado de São Paulo, as experiências dos trabalhadores, construídas ao longo das caminhadas e lutas pela terra, resultaram na conquista de territórios e na formação do MST; experiências que vêm acontecendo desde 1979.

Nos anos de 1980, ocorreram novas lutas por meio de ocupações de terras em várias regiões do Estado. A expansão do capitalismo no campo, que trouxe a industrialização para a agricultura, resultou em modernidade técnica e econômica, expropriando e explorando milhares de trabalhadores rurais.

Em meio a este processo, os pobres do campo desenvolveram lutas de resistência, com novas formas de organização em um espaço de socialização política e de luta popular, rompendo assim com as práticas tradicionais e populistas, visando com estas lutas a superação da miséria e do assalariamento na cidade como única opção.

Diante dessa realidade, cabe ressaltar que no campo paulista, em um período que compreende a ascensão e o início da queda do regime militar (1964 -1981), houve 128 conflitos. (FERNANDES, 1999). São conflitos pela terra, conflitos trabalhistas e outros que envolveram vários personagens: arrendatários, posseiros, latifundiários, grileiros, assalariados, pequenos proprietários, Estado, empresas, Igrejas. Situação que revela a diversidade das frentes de lutas sociais no campo e reflete as variadas formas assumidas pelas contradições do capital. Neste sentido, trataremos das lutas emblemáticas deste período conforme o mapa a seguir.



Mapa 1 - A Reconquista da Terra e a Formação do MST no Estado de São Paulo: as disputas emblemáticas.
 Fonte: Elaborado a partir da base cartográfica do site: www.mapasparacolorir.com³.

2.2.1 - Os posseiros da Fazenda Primavera

Segundo Fernandes (1999), a formação do MST no Estado de São Paulo teve início com a ação dos posseiros da Fazenda Primavera que lutavam contra a expropriação e exploração.

Com o sucesso das conquistas de terras, e as experiências relatadas pelos trabalhadores sem-terra em seus encontros, no início da década de 1980 novos movimentos começaram a retomar sua organização a partir da abertura política e início da derrocada do regime militar. Essa nova fase de luta se deu então por conflitos entre os posseiros da Fazenda Primavera, localizada nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, e o empresário J. J. Abdala.

Os posseiros chegam à região de Andradina no final da década de 1920. Entre eles migrantes nordestinos, mineiros e migrantes italianos, vindos para essa região em virtude de

³ Disponível em: <http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-são-paulo.php>. Acessado em 02/05/2012.

terem sido expropriados em seus lugares de origem. A partir disso, se fixaram ali com a esperança de posse dessa terra.

Na época de formação da Fazenda Primavera predominava no Oeste do Estado de São Paulo, como em vários lugares do país, a técnica de grilagem de terras devolutas. Neste sentido, o grileiro se apresentava como dono das terras, alegava que tinha documento e cobrava dos posseiros a renda da terra. Neste sentido, Fernandes (1999, p.89) explica:

O conflito com Abdala se intensificou com as novas formas de exploração que instalavam: alto percentual da renda da terra que era paga em produto e a compra de armazém da fazenda que fornecia diversas mercadorias e emprestava dinheiro. Os posseiros só podiam vender os seus produtos ao *proprietário* que roubava no momento da pesagem e fazia os pagamentos com cheques pré-datados de outra praça. Os cheques eram trocados com agiotas que descontavam 50% do valor real. Com relação a algumas culturas, como por exemplo, o algodão, o pagamento da parte dos posseiros era feito em espécies retiradas no armazém da fazenda.

Narra Fernandes (1999) que, em meio a isto, os posseiros começam a se endividar, sendo expropriados ou tornando-se completamente dependentes do fazendeiro. Este episódio explica o desenvolvimento do trabalho escravo e a peonagem nos estados brasileiros, e também no Estado de São Paulo.

Os posseiros, neste processo, foram expropriados também devido à instalação da pecuária, pois o gado era trazido de Mato Grosso para a engorda nas terras da Fazenda Primavera. Quando o gado tomava conta da área, havia a pressão para acordo entre os lavradores para que deixassem as terras da Primavera.

Neste contexto, os jagunços foram contratados para controlar a entrada e a saída dos posseiros que deixavam de pagar a renda. Além de soltar o gado nas lavouras dos posseiros, botavam fogo em suas casas. Houve, ainda, o assassinato de um trabalhador e ameaças de morte feitas pelos jagunços.

Neste cenário de violência começa a organização dos posseiros com o apoio da Igreja e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo/FETAESP, onde 120 agricultores foram ao fórum da Comarca de Andradina tentar intervenção judicial para impedir que cinco mil cabeças de gado continuassem destruindo suas lavouras. Realizaram então reuniões entre trabalhadores, a Comissão de Justiça e Paz local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o presidente da FETAESP, tentando a solução para o problema.

Neste mesmo ano foi organizada a CPT local pelos integrantes da Comissão da Justiça e Paz de Andradina, momento em que elaboraram um espaço de reflexão sobre a luta e

resistência dos posseiros da Fazenda Primavera, experiência que resultou em nova fase da luta.

Destarte, a CPT decidiu contratar o advogado Luís Eduardo Greenhalgh que teve a contribuição dos posseiros com uma taxa mensal para que fossem pagos seus trabalhos. Neste período, os trabalhadores obtiveram algumas vitórias. Porém, os posseiros que participavam das reuniões começaram a sofrer ameaças dos jagunços.

A organização e união dos lavradores aumentavam à medida que havia a pressão do fazendeiro. Logo, o número de lavradores também crescia. Em 1979 a luta se torna uma só, todos os lavradores da Fazenda Primavera estavam unidos, resultando na organização de vários grupos de base e uma comissão executiva visando maior rapidez nas tomadas de decisões, encaminhamento eficiente dos problemas, maior organização na divisão de tarefas entre eles e a participação efetiva das mulheres que começaram a se sentir valorizadas e incentivadas.

Conforme Fernandes (1999), essa grande organização dos trabalhadores chamou a atenção das classes dominantes que agiram de forma violenta. Pode-se citar, como exemplo, a invasão da Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças pela polícia, interrompendo a missa quando um agente da pastoral denunciava a violência de jagunços e policiais contra os trabalhadores.

Por fim, a vitória dos posseiros da Fazenda Primavera aconteceu em oito de julho de 1980. Na época, o então presidente Figueiredo assinou o decreto número 84.87, e declarou os 9.385 hectares da fazenda para fins de desapropriação. Por conseguinte, em dezembro de 1981, foram entregues os primeiros títulos às 264 famílias de posseiros. Forma-se, a partir da conquista dessa desapropriação, um novo grupo de sem terra constituído por 13 famílias de boias-frias que contavam com o apoio da CPT e buscavam junto ao INCRA uma área de 1.200 hectares que havia sobrado durante a elaboração do projeto de assentamento Primavera. Em 1982, essas famílias foram excluídas do assentamento, dando início, então, na região de Andradina, ao processo de formação do Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo.

2.2.2 - Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo

Segundo as explicações de Fernandes (1999), o Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo teve início quando começaram a enviar representantes aos encontros da CPT e a se articular com outros estados em que já havia o Movimento dos Sem-Terra.

No Estado de São Paulo, na década 1980, os movimentos de luta pela terra eram realizados por posseiros, atingidos por barragens, ex-arrendatário, bóias-frias, desempregados rurais e urbanos, entre outras categorias. Lutas estas que aconteciam em vários lugares desde o extremo-Oeste do Estado, nas regiões Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga, até a baixada do Ribeira. Assim, os trabalhadores permaneciam na luta pela superação do isolamento.

Nas mobilizações, os trabalhadores tinham o apoio da Igreja Católica por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs e da Comissão Pastoral da Terra/CPT, dos partidos políticos como PMDB e Partido dos Trabalhadores/PT, também havia o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais/Fetaesp e da Central Única dos Trabalhadores/CUT, o que resultou em diferentes formas de organização da luta em seu processo de formação.

Após a conquista da Fazenda Primavera, houve novas lutas na região da Alta Noroeste. As discussões nas reuniões das CEBs tinham como um dos temas a Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Assim, ocorreu a espacialização pela região Noroeste e outras regiões do Estado.

Em fevereiro de 1983, o Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo, juntamente com a CPT, realizou um encontro em Andradina (SP), no salão da Paróquia Nossa Senhora das Graças, quando reuniram mais de 1.200 trabalhadores rurais de 34 municípios. Em março foi encaminhado um abaixo-assinado por parte do movimento, da CPT e da Fetaesp contendo quatro mil assinaturas para o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, sob a direção do então ministro general Danilo Venturini e para o presidente do INCRA, Paulo Yokota.

Entretanto, eles não obtiveram êxito perante o governo federal durante o regime militar. Em abril do mesmo ano foi entregue pela CPT, Fetaesp e parlamentares do PT e PMDB, uma cópia do abaixo-assinado ao recém-eleito governador Franco Montoro e ao secretário da Agricultura, José Gomes da Silva.

Neste momento, aproximaram-se os movimentos sociais em processo de formação e os movimentos que já tinham executado as suas primeiras experiências de luta, entre os quais:

o Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo, trabalhadores sem-terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré. Algumas das lideranças desses movimentos participaram das reuniões da Coordenação Regional do Sul, o que culminou na formação do MST no Estado e sua fundação em nível nacional. Assim, a CPT coordenou a realização do primeiro encontro, no dia 1º de maio, no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora das Graças, em Andradina. O objetivo era organizar um movimento em nível estadual.

Porém, nesta altura dos acontecimentos a Comissão Central do Movimento dos Sem-Terra do Oeste Paulista percebe a falta de comprometimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região e da própria Fetaesp na luta pela reforma agrária e, portanto, no apoio ao Movimento.

O Movimento continuou com o apoio da Igreja. Mas, passou a manter uma relação tensa com os sindicatos, como também com as federações e a CONTAG, assunto já tratado anteriormente na leitura de Grzybowski (1991).

Porém, quando representantes do movimento venceram as eleições para direção de alguns sindicatos a situação muda e passam a contar com o apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/STRs da região. E com a vitória do PMDB, em 1982, os trabalhadores puderam cobrar os compromissos de campanha política sobre a questão agrária.

Em resumo, os impasses políticos foram gerados, pois só o governo federal é que detém o poder de desapropriar os imóveis particulares para fins de reforma agrária e, apesar da pressão das lutas que ocorriam, a ação do Estado era lenta. Desta maneira, sem negociações, ocorriam as ocupações de terra, enquanto o Estado agia a reboque dos movimentos.

Em resposta às pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o governo estadual inicia, em 20 de junho de 1983, um levantamento dos imóveis rurais de propriedade do Estado. Porém, até o mês de agosto, nada foi resolvido e o Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo e a CPT deram apoio a um grupo de 89 famílias que ocuparam em Ilha Solteira uma área de 1.100 ha que pertencia à Companhia Energética de São Paulo/CESP. Esta ocupação ocorreu em virtude da demora em assentar essas famílias, tendo em vista que essa área da empresa já estava destinada para assentamento. (FERNANDES, 1999).

No mês de outubro, 107 famílias de ribeirinhos e ilhéus do Rio Paraná ocuparam uma área pertencente a Cesp, de 900 hectares, próxima à barragem de Jupia, no município de

Castilho. Em seguida, outro grupo de 29 famílias de trabalhadores boias-frias ocupou uma fazenda experimental da Cesp, que foi cedida à Secretaria da Agricultura para fazer pesquisas. Posteriormente, por meio de negociações, estas famílias foram para outra área da Cesp, no município de Promissão. (FERNANDES, 1999).

Em dezembro de 1984, inicia-se um projeto emergencial criado pela Cesp denominado Três Irmãos, que assentou em uma área de 105 hectares 22 famílias remanescentes da ocupação da Fazenda Primavera - que estavam acampadas às margens da SP-563.

2.2.3 - Pontal do Paranapanema

Para explicar a ocorrência das ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, recorreremos às explicações de Fernandes (2001), quando ele ressalta que a maioria das terras do Pontal do Paranapanema começou a ser grilada na segunda metade do século XIX, com a formação do grilo Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, numa área de 238 mil alqueires.

De acordo com as explicações de Silva (2006), o Pontal do Paranapanema está localizado no extremo Oeste do Estado de São Paulo, na fronteira com os Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. É composto por 32 municípios: Caiabu, Indiana, Tarabai, Estrela do Norte, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba e Teodoro Sampaio.

O Pontal do Paranapanema foi palco de inúmeros conflitos fundiários entre posseiros, grileiros e Estado. E, neste sentido, afirma Fernandes: “Essa é, em grande parte, a história da ocupação do Oeste paulista, que aconteceu por meio da grilagem de enormes áreas de terras e acabou por se transformar num verdadeiro *complexo grilento*.” (1999, p.104).

As palavras de Borges ressaltam sobre o histórico de ocupação do Pontal do Paranapanema e o que ocorreu a partir da elaboração da Lei de Terras de 1850:

A elaboração dessa Lei, além de revelar o interesse dos grileiros na regulamentação da falsificação dos títulos de terra, demonstrou também a conscientização das classes dominantes para a existência do elemento rural pobre. Por essa perspectiva, ela foi clara em relação ao processo de compra e venda de terra, ou seja, na transformação da terra em mercadoria. [...] Após a instituição da Lei de Terras, surgiu uma grande indústria de falsificação de títulos de propriedade que, em sua maioria, datavam de um período anterior a ela e ao Registro Paroquial. Assim, os títulos de propriedade falsificados eram registrados em cartórios oficiais, com a

convivência dos escravões e dos demais funcionários. (BORGES, 2010, p.45).

Portanto, até a década de 1990, os grileiros conseguiram politicamente contornar os problemas e se manter no controle das terras devolutas do Pontal. Entretanto, é importante registrar que houve, por parte do Estado, ações para que fosse impedido esse processo de grilagem. Neste sentido, citamos as explicações de Fernandes (2001, p.240):

Em 1889, o governo da província de São Paulo julgara imprestável o requerimento de legitimação das terras da Pirapó-Santo Anastácio. Na década de 40, foram criadas três reservas florestais. Todavia, tais iniciativas não foram suficientes para evitar a voracidade dos grilos, que praticamente destruíram a grande reserva do Pontal.

Com as ocupações de terras realizadas pelo MST a realidade começou a mudar, e em julho de 1990 o MST empreendeu a primeira ocupação no Pontal⁴, no Distrito de Rosana, naquele momento, município de Teodoro Sampaio. E, desta forma, foi iniciado o processo de territorialização da luta pela terra na região, o que causou um significativo impacto sócio-territorial. Como ressalta Thomas Jr. (2009, p.02): “com a entrada em cena do MST na região, se constrói um processo de enfrentamento e de conquistas de assentamentos, pela via das ocupações de terras.”

Ainda sobre a importância do MST no Pontal ressalta Borges:

O MST trouxe para o Pontal, assim como para o espaço da questão agrária brasileira, uma nova tonalidade de luta e, consequentemente, de esperança para os trabalhadores desempregados da região, particularmente os da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) e de empreiteiras, como a Camargo Córrea e a Techint, responsáveis pela construção das usinas hidroelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu – esta em terras paranaenses -, iniciadas em fins da década de 1970. No início das ocupações de terras na região, destacou-se ainda a participação intensa dos trabalhadores bóias-frias de estados vizinhos, como Paraná, em meio ao processo de lutas. (2010, p.20).

A consequência dessa ação, e de muitas outras, foi a organização de milhares de famílias, uma vez que o MST realizou centenas de ocupações de terras no Pontal. Essas ocupações pressionaram o Estado para que retomasse as terras devolutas do Pontal.

Durante um século, os latifundiários mantiveram as terras devolutas sob seus jugos, grilando quase um milhão de hectares. De 1990 a 2000, os sem-terra executaram 335 ocupações, conquistando quase cem mil hectares, desentranhando um dos grilos mais famosos do Estado de São Paulo. (FERNANDES, 2001, p.241).

⁴ Para Borges (2010), o germe da luta pela terra no Pontal nasceu na Gleba “XV de Novembro”, onde parte significativa das lideranças do movimento sem terra estão assentados.

Neste contexto de grilagens, os resultados foram os confrontos entre latifundiários e sem-terra, o que transformou a região do Pontal, na década de 1990, em uma das regiões com maior número de conflitos por terra no Brasil. E, portanto, por meio do MST, o governo estadual foi pressionado a desapropriar as áreas ocupadas e desafiou, com isso, os latifundiários (grileiros) que enfrentaram o movimento camponês organizado: “Sem as ocupações de terra, a maior parte das quase cinco mil famílias assentadas não teria a terra, onde hoje moram e trabalham”. (FERNANDES, 2001, p.240).

Neste sentido, Veiga ressalta:

[...] os trabalhadores tinham que gastar mais energia para se defender do terrorismo desencadeado pelos grileiros desapropriados do que no trabalho de seus lotes. O ódio do grupinho de espertalhões que foi atingido pelas desapropriações era tão grande que eles chegaram a envenenar a água dos assentados a espalhar sementes de colônio em terras recentemente preparadas para o plantio. [...]. (1990, p.43).

Porém, a reivindicação dos sem-terra não teve a dimensão esperada no governo paulista. Na época, o governo Quéricia, ao invés de tratar a primeira ocupação como um problema agrário, tratou como um problema de polícia. O governo Fleury também não mudou muito, porém, as ocupações cresceram de cinco mil famílias em 1991, para quarenta mil em 1994, o que fez com que o número de famílias dobrasse. Neste período, os sem-terra também intensificaram as ocupações no município de Mirante do Paranapanema. Desde 1947 a maior parte dessas terras era devoluta, mas permanecia em poder de grileiros.

Segundo Fernandes (2001), o número de ocupações entre 1995 e 1998 havia crescido devido à espacialização da luta pela terra por 21 municípios da região, aumentando, assim, a luta e a repressão por parte do latifúndio e do Poder Judiciário.

Nesse período, várias pessoas foram feridas nos confrontos com jagunços e várias lideranças do MST foram presas, acusadas de formação de bando e quadrilha. Essa luta resultou numa importante conquista política para os sem-terra. Desde 1995, o governo Covas, por meio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, iniciou um processo de arrecadação de parte das áreas julgadas devolutas e implantou um plano de ações discriminatórias para identificar as terras devolutas do Pontal, principalmente em áreas com mais de 500 hectares. (FERNANDES, 2001, p.242).

Não resta dúvida que todo este processo culminou em um importante impacto sócio-territorial no Pontal, com implantação de assentamentos e promovendo o desenvolvimento rural. O exemplo disso foi o crescimento populacional da maioria dos municípios, em que foram realizadas as ocupações. O resultado é que o Pontal do Paranapanema é a região do Estado de São Paulo que possui o maior número de assentamentos e de famílias assentadas.

Silva (2006, p.83) explica o que ocorreu a partir do surgimento dos assentamentos no Pontal do Paranapanema e no município de Teodoro Sampaio: “Com o surgimento dos assentamentos, o grau de complementaridade entre o campo e a cidade, com base nas relações de articulação e de dependência, ampliou-se gradativamente ao longo dos anos na região”. [...].

Deste modo, a criação dos assentamentos abriu possibilidades de reprodução de milhares de famílias em toda a região, proporcionando outro padrão de habitação por parte de uma população antes excluída, pois mesmo mantendo algum tipo de inserção na sociedade estas eram realizadas em condições instáveis e precárias. Assim, os assentamentos recolocaram o modelo de produção camponês em um ambiente onde antes reinava o latifúndio grileiro.

2.2.4 - O Movimento dos Sem-Terra de Sumaré

Diferente das outras formas de luta analisadas no Estado de São Paulo, a origem das lutas em Sumaré se fez com trabalhadores que estavam na cidade, sendo eles expropriados ou expulsos do campo, portanto migrantes em busca de melhores condições de sobrevivência.

Narra Fernandes (1999) que, localizado na região de Campinas, o município de Sumaré, a partir da década de 1970, registrou um intenso crescimento urbano associado ao processo de interiorização da indústria. Nas décadas de 70 e 80, indústrias nacionais e multinacionais passaram a se instalar no município como: Cobrasma, Wabco, Müller, Dow Corning, IBM, Pirelli, 3M, etc. O município passou a atrair um grande número de trabalhadores que, conseqüentemente, resultou no aumento da população que era de 23.074 em 1970 para 101.834 em 1980, e 193.124 em 1991.

Segundo Fernandes (1999), muitos migrantes vieram para a região também pelo fato da ampliação do cultivo da cana por intermédio do Proálcool e pelo aumento dos cultivos destinados a exportação, como o café e a laranja.

Diante do exposto, passamos para a análise do início da organização dos trabalhadores nessa região que começou no Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, no ano de 1982. Nos encontros e reuniões na comunidade, os trabalhadores debatiam sobre os diversos problemas vividos no cotidiano e a miséria em que se encontravam no momento. Algumas experiências de mobilização foram desenvolvidas como: lutas por água, luz, asfalto, etc. Esses trabalhadores aprenderam a se manifestar, reivindicar, se relacionar com autoridades, fazer

abaixo-assinados, passeatas, etc. Além da experiência com horta comunitária e com outras comunidades vizinhas, a mobilização fez com que fundassem o Partido dos Trabalhadores no município.

A partir das experiências vividas, as famílias discutiam propostas para solucionar os problemas que enfrentavam. A proposta de ocupação passou a ser colocada pela primeira vez quando algumas pessoas visitaram seus parentes e amigos na Fazenda Primavera, em 1982, e trouxeram alguns convites para uma reunião em Andradina.

Quando conheceram a experiência dos posseiros da Primavera, as famílias da comunidade Nossa Senhora de Fátima discutiram a possibilidade de voltar para a terra. A deputada estadual Irma Passoni, do PT, e o mesmo advogado da CPT que atuou na Primavera, foram consultados. Então, na eminência da luta foram realizadas, em janeiro de 1983, reuniões para as ocupações de terra, e com o tempo aumentava o número de pessoas: “Em agosto de 1983, aproximadamente 600 pessoas de Sumaré, Campinas, Cosmópolis participavam das reuniões e já começavam a se configurar como movimento social.” (FERNANDES, 1999, p.118).

As reuniões se faziam em um espaço comunicativo, onde se desenvolvia uma educação popular e se construía o conhecimento a partir da própria história dos trabalhadores. No ambiente, os agentes da pastoral utilizavam da leitura e reflexão de estudos bíblicos, num procedimento pedagógico em que se relacionava à interpretação da própria realidade frente aos problemas tratados na Bíblia. Além de relatarem também as histórias das lutas de Contestado, das Ligas Camponesas, entre outras formas de resistência. Utilizavam-se de músicas de cunho político-religioso que foram compostas por meio de experiências de outras lutas e músicas populares. A Igreja e o PT também foram elementos muito importantes que ajudaram na formação do movimento. E por fim, ocupar a terra foi uma decisão tomada por 47 famílias da comunidade.

De acordo com Fernandes (1999), em três de novembro de 1983, foram ocupadas as terras da Usina Tamoio, no município de Araraquara. Havia uma parte dessas terras que estava penhorada ao Estado, porém, os trabalhadores ocuparam a parte que não estava penhorada. Na sequência, os jagunços os expulsaram da fazenda, e eles foram para Araras. Em cinco de novembro, ocuparam o Horto Florestal da estação de Loreto, propriedade da então Ferrovia Paulista S/A (FEPASA).

Houve a negociação entre os membros do movimento e o governo do Estado, estabelecendo-se que os trabalhadores deveriam sair do horto, pois seriam assentados em

outra área. Os mesmos não aceitaram e foram despejados pela Polícia Militar. Como nestas ocupações não houve presença de mulheres e crianças, optou-se a partir deste momento, em tê-los presentes, o que deu um novo sentido à luta, como Ressalta Fernandes (1999, p.121):

A presença da família, durante toda a luta, possibilitava a criação de novas e ricas experiências, especialmente pelo grau de união e de integração da luta, por meio da criação de comissões na organização do acampamento, além da participação das mulheres como lideranças, fortalecendo o movimento [...].

Após as duas ocupações, as quais não obtiveram bons resultados, os trabalhadores voltaram para casa e continuaram negociando com o Estado. E no final do mês de janeiro de 1984, foram assentados, pela Secretaria da Agricultura, em uma área de 237 ha no Horto Florestal de Sumaré, de propriedade da FEPASA. Assim, nasceu o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré.

Contudo, em reunião da comunidade Nossa Senhora de Fátima, as famílias pensavam em organizar mais lutas. Devido às experiências do grupo I, o movimento (por meio da formação do grupo II) optou em negociar a desapropriação de áreas com o então recém-criado Instituto de Assuntos Fundiários/IAF. A formação deste grupo II aconteceu durante a fundação do MST, o que indica que o segundo grupo que teve como modelo o primeiro, se formou numa relação direta com o MST.

A noção do sujeito coletivo formou uma identidade voltada para a autonomia desta organização, o que levou instituições a apoiá-los, e fez com que os trabalhadores pouco a pouco fossem assumindo a coordenação da articulação estadual. Com isso, o Movimento Sem-Terra de Sumaré tornou-se um marco importante no processo de formação do MST, em âmbito nacional.

De acordo com Fernandes (1999), em janeiro de 1985, em uma reunião com o secretário da Agricultura e o diretor do IAF, propôs-se às famílias do grupo II que localizassem uma área próxima ao município para o assentamento. Um mês depois, os trabalhadores propuseram o assentamento em uma área de 227 ha, no Horto da Boa Vista, no município de Sumaré, área que também pertencia à FEPASA. Era uma área que já estava abandonada há mais de 50 anos, sendo ocupada irregularmente por um proprietário de bovinos e equinos. Portanto, era esperado um acordo pela FEPASA, porém, as tentativas de se reunir com o presidente da empresa foram em vão. Deste modo, os trabalhadores avisaram que iriam ocupar a área.

Em 15 de maio de 1985, após acordos entre a Secretaria da Agricultura e a FEPASA, as famílias do grupo II ficariam provisoriamente nas terras do Horto da Boa Vista, até o final

do contrato entre a FEPASA e a Usina de Açúcar Santa Barbara que estava em parte das terras da FEPASA. Acordou-se que ao final do contrato, essas famílias seriam transferidas para a área em que estava a usina.

Era esperado pela Fepasa um ofício da Secretaria da Agricultura para dar início à permuta, e o IAF se comprometeu em providenciar o ofício para ser entregue no dia seguinte. Em 17 de maio, os membros do grupo II então ligaram para o IAF e receberam a informação de que o ofício havia sido enviado a FEPASA.

Foi então que 45 famílias do grupo II, organizadas em várias comissões (de saúde, de negociações, de imprensa, de alimentação, de segurança), ocuparam a área do Horto Florestal Boa Vista, contando com o apoio do grupo I, que cedeu madeiras para a construção de barracos. Ao ocuparem o espaço deram-lhe contornos de resistência e de luta, que poderia lhes proporcionar a possibilidade do retorno a terra.

No mesmo dia foram visitados por um funcionário da Fepasa, que exigiu a imediata desocupação da área. As famílias se recusaram a sair da terra, pois já haviam tentado várias reuniões e negociações malsucedidas com o IAF e a FEPASA. Após uma semana, receberam um oficial de justiça, com uma liminar de reintegração de posse. A resistência durou quatro dias e na tentativa de negociar com o IAF e a FEPASA em São Paulo, as famílias foram despejadas pelo Pelotão de Choque da Polícia Militar. Após o despejo, explica Fernandes (1999, p.126) que:

As famílias despejadas acamparam na Avenida Dom Agnelo Rossi, no conjunto habitacional Padre Anchieta, no município de Campinas. A área que fora ocupada fica aproximadamente a quinhentos metros da avenida, onde as famílias acamparam. As famílias tentaram, sem sucesso, o apoio do prefeito de Campinas. Acampados, organizaram várias manifestações: passeatas até o centro da cidade, carta aberta à população, etc. Por meio dessas atividades, o Movimento dos Sem-Terra pressionava a Secretaria da Agricultura e a Fepasa a recebê-lo para discutirem a situação em que se encontravam as famílias do grupo II, ao mesmo tempo que divulgavam a luta para a opinião pública.

Diante do impasse, a Fepasa propôs trabalharem como ajudantes do horto florestal, o que garantiria emprego para esses trabalhadores até o término do contrato com a usina de açúcar. Portanto, esta proposta foi rejeitada pelo grupo que decidiu ocupar a Secretaria da Agricultura exigindo o assentamento das famílias no Horto Florestal de Sumaré. Foi então que após seis horas de tentativas de negociação, a Secretaria e a FEPASA cederam às exigências e assinaram um protocolo de intenções de permuta de terras. E, finalmente, após aguardarem os trâmites burocráticos, no dia 18 de agosto as famílias reocuparam o Horto da Boa Vista. Primeiramente, foram assentadas por dois anos em caráter emergencial (até 1988),

assim demarcam definitivamente a área do Horto Florestal de Sumaré, que estava arrendada à Usina Santa Bárbara, como território camponês. (FERNANDES, 1999).

Neste contexto, os grupo I e II, em julho de 1985, fundaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sumaré. Entretanto, enquanto ainda se desenvolvia o grupo II, as famílias se organizaram em abril de 1985 e já pensavam na formação do grupo III. Assim, o Movimento espacializa-se. A partir daí, as reuniões, além de Sumaré, passaram a ser realizadas em Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Gertrudes e Limeira. Todas as experiências nas outras lutas serviram como exemplos para novas conquistas.

A divulgação por parte das CEBs, ou pelos STRs, trazia outras comunidades para as reuniões que refletiam sobre suas realidades na luta pela reforma agrária e luta pela terra. O grupo III partiu para a terra e já contava com mais de 100 famílias dos municípios de Sumaré, Campinas, Nova Odessa e Limeira. Em cinco de novembro de 1985, o grupo ocupou uma área em Nova Odessa de 1,5 ha da fazenda experimental do Instituto de Zootecnia, vinculado à Secretaria da Agricultura.

Os trabalhadores tentaram e não conseguiram acordo com o secretário da Agricultura. O movimento, então, resolveu, em 11 de novembro, sair da fazenda experimental e acampar em uma área urbana no trevo da Bosch, na rodovia Anhanguera, em Campinas. O movimento teve que negociar com a Dersa para ficar no trevo rodoviário, o que não surtiu resultado, pois a empresa moveu uma ação de despejo contra as famílias ali acampadas.

Por se tratar de um acampamento, as piores situações foram enfrentadas. Insegurança, fome, péssimas condições sanitárias e a falta de água dificultaram, e muito, a articulação do grupo. O que irá alimentar a persistência das famílias é a luta pela sobrevivência, juntamente com a solidariedade na esperança de voltarem a terra. Essas famílias permaneceram neste acampamento durante quatro meses.

Em fevereiro de 1986, não havendo soluções para os problemas, foram então organizadas pelo movimento duas caminhadas, como protesto pelo descaso do Estado à situação das famílias do grupo III. Durante a caminhada, o movimento realizava atos públicos pelas cidades por onde passava, o que possibilita a divulgação da luta para a sociedade, com a participação da mídia que ajuda a pressionar o Estado.

Segundo Fernandes (1999), a Campanha da Fraternidade, na época, tratou como tema a reforma agrária: “Terra de Deus, Terra de Irmãos”, e uma das caminhadas, em 12 de fevereiro, até o centro de Campinas, foi para o lançamento da Campanha.

A outra caminhada foi realizada em março, quando 124 famílias percorreram 100 quilômetros de Campinas a São Paulo, durante quatro dias, onde se reuniram com o governador e o secretário da Agricultura.

A proposta era o assentamento das famílias do grupo III em uma fazenda que pertencia ao Estado, no município de Mogi Guaçu. Porém, esta área já estava prevista para ser reserva ecológica. Foi então prometido aos trabalhadores um assentamento em outra área, e que isso ocorreria em um período máximo de 15 dias.

Portanto, em 19 de março, uma comissão de negociação, mais dois deputados estaduais (um do PT e outro do PMDB) foram enviados a São Paulo, onde se reuniram com o secretário da Agricultura para cobrar a promessa do governo. Foi então que, neste mesmo dia, essa comissão retornou ao acampamento com a informação de que as 124 famílias seriam assentadas em uma área de 1.092 ha da Fazenda Jupira da Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC), no município de Porto Feliz.

Os anos de 1985/86 encerraram um primeiro momento dessa nova fase da luta pela terra. Com a formação do MST (1984) e a realização de seu primeiro Congresso (1985), o movimento começava a se consolidar em vários estados brasileiros. Na segunda metade da década de 80, a partir das experiências criadas e das conquistas realizadas, o Movimento continua o seu processo de formação na caminhada da luta pela terra. (FERNANDES, 1999, p.129).

2.2.5 - Promissão

O grupo IV se formou no período de 1985/87 quando trabalhadores dos municípios de Sumaré, Campinas, Indaiatuba, Valinhos, Rio Claro, Americana, Santa Gertrudes, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste e Limeira tiveram conhecimento da existência de um acampamento de sem terra no trevo da Bosch. O contato com este grupo III e com os grupos I e II através das experiências vivenciadas por todos, levaram a iniciarem, em seus municípios, as reuniões para a formação deste novo grupo (FERNANDES, 1999).

Neste sentido, de 1985 até 1987, as famílias do grupo IV faziam suas reuniões periodicamente. Nesses dois anos de formação e organização, esses trabalhadores procuraram o INCRA por oito vezes para que assentassem as famílias.

Em agosto de 1986, em Sumaré, organizaram uma assembleia onde esteve presente o economista José Eli da Veiga, que era o diretor regional do INCRA/SP. Quando indagado sobre a demora em dar uma resposta às famílias, a resposta foi a falta de técnicos para fazer as

vistorias das terras para a desapropriação no Plano Regional de Reforma Agrária/PRRA. Assim, os trabalhadores indicaram um Engenheiro Agrônomo para auxiliar o INCRA/SP.

Em janeiro de 1987, contavam com quatrocentas famílias organizadas pelo MST, cansados de aguardarem por providências do PRRA, e sem esperança de serem assentados, em uma assembleia realizada no bairro Nova Veneza, em Sumaré, as famílias decidiram realizar a ocupação.

No município de Promissão, havia um acampamento com quarenta e cinco famílias que se localizava no Km 144 da BR – 153, desde novembro de 1986. O acampamento era em frente à Fazenda Reunidas (que estava em processo de desapropriação) e pertencia à família Ribas, latifundiários da região de Bauru. Vejamos as explicações de Borges (1997, p.197):

O acampamento dos trabalhadores rurais sem terra da BR 153 Km 144 surgiu em novembro de 1986, com a vinda de 10 famílias que estavam acampadas em Cardoso (região de São José do Rio Preto). A partir da instalação das 10 famílias vindas de Cardoso para as margens da BR 153 vieram juntar-se a elas trabalhadores de Indaiatuba, Limeira, Ubarana e Promissão, hoje perfazendo um total de 45 famílias.

A cidade de Promissão está localizada na região de Lins, e tem como limítrofes os municípios de Avanhandava, Barbosa, Alto Alegre, Getulina, Guaiçara e Sabino, na Região Noroeste, e Adolfo e José Bonifácio na Araraquarense. (BORGES, 1997).

Localizada a Noroeste do estado de São Paulo, está inserida em uma região que se estende de Bauru até as barrancas do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul, tendo como limite os rios Tietê, Tibiriçá, Feio e Aguapeí.

Porém, sobre o número de famílias acampadas Borges (1997, p. 158) explica:

Depois de 9 meses acampados à beira da estrada, o grupo de 44 decide entrar na área da fazenda. É interessante observar que inicialmente eram 45, como revelam, inclusive, os documentos do GLEP. Entretanto, no momento da entrada, uma família desiste e sai do grupo, voltando para Promissão. Há um assentado que diz que na noite da entrada na área só estavam 38, que os outros chegaram depois; dois deles nem acampados estiveram, embora hoje constituam as 44. Em meio a tantas diferenças, a tantas contradições que se estabeleceram ao longo de todo um processo, esse grupo constituiu uma identidade própria. Identidade marcada por uma trajetória comum aos outros grupos de assentados, mas que se destacou porque foi à luta, foi ao enfrentamento, ao contrário dos que decidiram esperar pelo curso normal dos acontecimentos – a imissão de posse, o cadastramento, a delimitação das áreas correspondentes a cada grupo organizado por cidades, enfim, a ordem oficial para a entrada na terra.

Nas palavras de Fernandes (1999), as famílias acampadas nesta área propuseram ao MST que ocupassem juntos à Fazenda Reunidas. Porém, no III Encontro Nacional do MST, os trabalhadores acabaram por decidir que não haveria ocupação por parte do MST. Assim, o grupo IV, que estava preparado para ocupação, foi desmobilizado.

De acordo com as explicações de Fernandes (1999, p.140):

Em 30 de junho de 1987, o governo federal pelo Decreto número 92.876 desapropriou 17.138 hectares da fazenda Reunidas. No dia 22 de agosto de 1987, as quarenta e cinco famílias que estavam acampadas na BR 153 ocuparam a fazenda Reunidas. Para a instalação do assentamento da fazenda Reunidas, o Incra formou uma comissão de seleção composta por representantes de diversas instituições: prefeituras, igrejas, sindicatos, etc. A comissão decidiu que as famílias a serem beneficiadas deveriam ser dos municípios de Promissão, José Bonifácio, Penápolis, Birigui e Lins [...].

Deste modo, a comissão que fazia a seleção excluía a possibilidade de assentar as famílias do grupo IV organizadas pelo MST. Logo, em dois de novembro de 1987, o MST também ocupou a Fazenda Reunidas.

O grupo IV somava então trezentas e cinqüenta famílias dos municípios de Sumaré, Indaiatuba, Monte-Mor, Paulínia, Americana, Limeira, Rio Claro, Santa Gertrudes, Bauru e Rinópolis. Acamparam em uma área próxima à área ocupada pelas quarenta e cinco famílias. Fato este que gerou um conflito entre as entidades e no interior das instituições e apoio à luta, devido as diferenças políticas entre elas e o MST. (FERNANDES, 1999).

Com o intuito de garantir o acampamento, as famílias do grupo IV ocuparam a sede do INCRA no dia 16 de novembro de 1987. Assim o MST e o INCRA chegaram em um acordo de que as famílias permaneceriam em uma área de cinco hectares por um prazo de seis meses. Em abril de 1988, preocupados com o prazo final de permanência do acampamento na Fazenda Reunidas, o Movimento resolveu fazer uma caminhada de Promissão a São Paulo, a fim de que o governador assentasse as famílias do grupo IV.

Na realização da caminhada as famílias do grupo IV contaram com o apoio de várias Comunidades Eclesiais de Base, da CPT, de sindicatos, da CUT e dos assentamentos: Sumaré I, II e Gleba XV de Novembro. Assim, acabaram por chamar a atenção da opinião pública tanto pelas manifestações quanto pela divulgação da imprensa em geral.

Assim explica Fernandes (1999, p.142):

Em São Paulo, as famílias ocuparam o Incra ao passo que as lideranças negociavam com o governador Orestes Quércia. A comissão de negociação saiu do Palácio dos Bandeirantes com um documento assinado pelo governador garantindo o assentamento emergencial em 300 hectares até o final de 1988, quando seriam assentados definitivamente.

A partir da conquista parcial, as famílias do grupo IV começaram um processo de trabalho na terra e a desenvolver lutas juntamente com as outras famílias do assentamento Reunidas. A derrubada das cercas das fazendas, para que as famílias classificadas ocupassem seus lotes, foi uma das lutas mais importantes. Como resposta, a família Ribas arrendou as terras da fazenda. Ainda, as famílias ocuparam a prefeitura de Promissão para garantir transporte escolar, realizaram uma caminhada de 32 quilômetros até Promissão para cobrança de melhor atuação dos órgãos federal e estadual no processo de assentamento.

As famílias do grupo IV, em setembro de 1988, fundaram a Associação dos Pequenos Produtores Pe. Josimo Tavares. E em março 1989, para exigir a terra definitiva e a demarcação dos lotes, ocuparam a Secretaria da Agricultura.

Em outubro de 1989, surge a proposta do INCRA para a transferência das famílias para a fazenda Bela Vista do Chibarro. Deste modo, vinte e nove famílias aceitaram o assentamento em Araraquara, e as outras famílias que continuaram resistindo na Fazenda Reunidas foram, finalmente, assentadas. E após dois anos de conquista, no início do ano 1992, as famílias do grupo IV fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Pe Josimo Tavares (Copajota).

Embora todas as lutas tenham contribuído para a formação do MST, as lutas da região de Araçatuba (Andradina) e a de Campinas (Sumaré) foram as mais importantes no processo de formação do MST no Estado de São Paulo. (FERNANDES, 1999).

Portanto, através das lutas, isto é, da pressão dos movimentos sociais de luta pela terra e também das organizações em defesa da reforma agrária, é que os assentamentos no Brasil passaram a fazer parte da realidade rural brasileira. Assim, novos espaços foram sendo construídos ao longo dos anos, o que estabeleceu novas relações sociais entre os indivíduos, como será analisado no capítulo III.

Destarte, feitas as abordagens - nos capítulos I e II - do histórico agrário brasileiro que produziu a atual estrutura agrária, passaremos a analisar o processo de formação do Assentamento Estrela da Ilha, no município de Ilha Solteira/SP, suas lutas e a reprodução no espaço conquistado.

CAPÍTULO III - AS ESTRATÉGIAS DE LUTA PELA TERRA E PARA NELA PERMANECER: o Assentamento Estrela da Ilha

Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na *práxis*. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a concepção de terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2008, p.33).

Nesta parte da pesquisa, o objetivo é pensar a condição camponesa no Assentamento Estrela da Ilha, o propósito da luta pela terra e a resistência nela. Ou seja, queremos refletir sobre as estratégias e as experiências das famílias na terra, bem como entender qual o fundamento da (re)produção da vida, quando constroem desde o início - na fase de acampamento - a mobilização para a conquista da terra sonhada, a luta e a resistência no campo.

Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, nota-se que a luta camponesa pela terra torna-se necessária devido ao histórico de concentração fundiária, é uma efetiva motivação pela luta, e seu fundamento está na relação desses sujeitos com a terra.

Partindo do pressuposto da precariedade de uma política de terras que atenda uma fração da sociedade que vive na terra, ou na procura por ela, e que se encontra empobrecida, os sem-terra não tem outra saída a não ser reagir numa luta incessante pela terra, pois para eles este é o sentido da vida: a resistência camponesa. Diante disso, o sentido desta existência encontra-se na constituição e manutenção de um modo de vida que está claramente ligado à terra à família e ao trabalho.

Por essa razão, torna-se importante tratar neste capítulo sobre o modo de vida camponês, sua flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir seu modo de vida e não o da acumulação, tendo ao seu entorno o apoio e a ajuda mútua entre as famílias. Por conseguinte, nota-se a facilidade em encontrar soluções para ganhar a vida, essas são “qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises.” (SHANIN, 2008, p.25).

Ou ainda, como relatam Paulino e Almeida (2010, p.20): “Ao contrário do que pensa a maioria dos intelectuais, desvendar a economia familiar na qual se reproduzem os camponeses, pode ajudar os não camponeses a enfrentar as situações de crise.”

Perante essa realidade, o principal elemento da família camponesa é a comida na mesa, ou melhor, a capacidade de produzir sua autossustentação. Sendo o seu modo de vida que molda o sentido de ser camponês, ele terá em sua essência uma indispensável integração da vida com a família e a produção agrícola.

Deste modo, tem-se como elemento central na produção camponesa: a comida, que está ligada à autoridade do pai que, por sua vez, é responsável pela manutenção da família sendo assim ligado à hierarquia. A comida é a fartura do camponês que ele pode oferecer como riqueza aos amigos, fortalecendo com isso os laços de solidariedade. A identidade camponesa se exprime nessa relação de sociabilidade por meio da produção alimentícia que pode oferecer a quem considera amigo, estabelecendo-se vínculos sociais por meio dessa articulação.

Nota-se que a terra não é só lugar de trabalho é da “morada da vida”, lugar dos animais de estimação, das plantações de frutas, da horta e do jardim, enfim, é o lugar do autoconsumo produzido em terra própria.

O relato de vida desses sujeitos assentados no projeto Estrela da Ilha permite entender o início da luta e sua formação; organização no acampamento; a aprendizagem política; a solidariedade, as estratégias para conquistar a terra sonhada; e o tempo de espera, seus avanços e limites na terra conquistada.

3.1- O conceito de acampamento na luta pela terra

As ocupações de terra no Brasil acontecem desde 1980. São centenas de milhares de indivíduos que lutam movidos pela esperança da redistribuição da terra. Montam acampamentos e através de luta e resistência esperam anos e anos pela conquista da terra sonhada.

Quando ocupam a terra ou acampam nas margens das rodovias, os sem-terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistência. Conquistando a terra, na formação do assentamento, transformam o espaço em território, recriando o trabalho familiar e reproduzindo a luta pela terra por meio do trabalho de base na formação de novos grupos de família. (FERNANDES, 2008, p.34).

Para se compreender os camponeses sem-terra no assentamento, que será analisado mais adiante, é preciso lembrar a luta anterior que se desenvolve nos acampamentos. Portanto, é importante destacar o processo de luta na fase anterior a conquista da terra.

Concordamos com as explicações de Almeida (2009, p.182) quando afirma que não se pode analisar apenas a forma acampamento, é preciso apreender a vida que nele se constrói:

Para tanto, é necessário registrar que a forma aparentemente comum é apenas o aspecto padronizado dos objetos geográficos, situação que em si não é reveladora dos conteúdos, ou seja, da prática social. Logo, a análise da forma pela forma, ou seja, do aspecto visível não retém a diferença contida nelas, bem como não permite compreender a produção e ordenação territorial.

Assim, no Brasil para que os trabalhadores rurais sem-terra consigam uma parcela de terra, tem sido necessário a ocupação e, sobretudo, o acampamento. E conseqüentemente emerge a necessidade de se fazer exigências ao Estado. Loera (2009, p.01) escreve sobre as várias organizações de trabalhadores rurais que ocupam terra e organizam acampamentos no Brasil atualmente:

Hoje em dia, existem no Brasil mais de 70 organizações de trabalhadores rurais que promovem ocupações de terra e organizam “acampamentos de lona preta”, entre elas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MAST); Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo (ATST); Movimento do Trabalhador Rural Sem-Terra do Brasil (MTRSB); União dos Trabalhadores Sem-Terra (Uniterra); Organização de Luta no Campo (OLC); Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL); Movimento do Trabalhador Rural (MTR); Movimento de Luta pela Terra (MLT); e as Federações de Trabalhadores Rurais Estaduais (FETAPE, FETAG-RJ, Fetaemg, etc.) a maioria dessas organizações (com exceção das federações) surgiram ao longo dos últimos 20 anos.

Portanto, parafraseando as explicações de Almeida (2009, p.182), é preciso olhar além das formas dos objetos geográficos para que sejam apreendidos os conteúdos, ou seja, o importante é relacionar forma e conteúdo, aparência e essência. Assim, a forma enquanto forma-conteúdo está sempre mudando de significação, conforme o movimento da sociedade.

Almeida (2003) ressalta ainda que, alguns autores no passado analisavam os acampamentos de forma equivocada, pois levavam em conta somente a forma, o que não permite a análise de seu significado para aqueles que lá vivem. O MST vem explicitando por meio dos acampamentos o conflito de classes e a utopia de construção de um “camponês de novo tipo”.

Vejam as palavras de Almeida (2009, p.184):

Em outras palavras, o acampamento é entendido como lugar de vivência, espaço onde a totalidade, enquanto abstração, toma concretude. Obviamente essa materialização se apresenta enquanto forma geográfica, qual seja o acampamento sem-terra.

3.2 - A memória do Acampamento “Terra é Vida”

Para relembrar os fatos da fase do acampamento “Terra é Vida”, onde viveram as famílias atualmente assentadas no projeto Estrela da Ilha, inicialmente faz-se necessário realizar um breve resgate da formação do município de Ilha Solteira/SP, onde a memória do acampamento e, conseqüentemente, do assentamento se localizam.

Ilha Solteira é um município pequeno com 25.064 habitantes⁵ que vivem principalmente das atividades do comércio e da agricultura, localizado a extremo Noroeste do Estado de São Paulo, faz divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul.

É uma cidade planejada e reconhecida como Estância Turística. Nasceu em 1968 para abrigar os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. A cidade é beneficiada por estar às margens de três importantes rios - o Paraná, Tietê e o São José dos Dourados - com inúmeras praias fluviais que permitem a exploração de esportes náuticos e outras atividades.



Mapa 2 - Ilha Solteira no Estado de São Paulo.
Fonte - www.aondefica.com.

Foto 2 - Vista aérea do município de Ilha Solteira/SP.
Fonte - Prefeitura de Ilha Solteira/SP.

As visitas ao assentamento e as entrevistas, permitiram que relembassem o processo organizativo da fase do acampamento que se iniciou através da organização destas pessoas com o propósito de adquirir um pedaço de terra. Esta forma organizativa é estudada por Fernandes (2000, p.63):

Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim, iniciam a luta pela terra construindo suas experiências.

⁵ Informações coletadas e disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em 01/11/2011.

No ano de 2000, havia um total de 218 famílias a espera por terra em Ilha Solteira, eram famílias moradoras do próprio município, e outras de vários municípios da região. Segundo relatos dos próprios assentados, eram provenientes de cidades como: São José do Rio Preto, Suzanápolis, Mirandópolis, Pereira Barreto, Andradina, Castilho, Itapura - todas situadas no interior de São Paulo. Nas reuniões organizativas no acampamento optaram por nomeá-lo de Acampamento “Terra é Vida”.

Destaca-se também que algumas famílias já participavam de acampamentos na região de Ilha Solteira e foram convidadas a juntar-se no acampamento “Terra é Vida”, pois os técnicos do INCRA - nas negociações - perceberam que o acordo poderia ser mais rápido se essas famílias, que já se encontravam lutando por terra em outras regiões, se reunissem nesta luta.

Corroborando com o entendimento da questão da luta pela terra vejamos as explicações de Borges:

A decisão de entrar na luta pela terra não é tomada da noite para o dia, como uma decisão mágica. É fruto de todo um processo de expropriação/exploração perpassado pela alienação que oculta a eles a sua real condição de expropriados/explorados. No bojo desse processo, porém, está presente a resistência. Acomodante a princípio, essa resistência vai se transformando pouco a pouco em resistência propulsora de um movimento de rebeldia contra a própria condição. E a resignação acomodada torna-se força de luta para a transformação. (1997, p.147).

O acampamento localizou-se às margens da Rodovia Feliciano Sales Cunha (SP-310) próximo ao município de Ilha Solteira, na entrada da antiga Fazenda São José da Barra, em terras que almejavam conquistar. Deste modo, eles permaneceram a maior parte do tempo com dificuldades, mas na esperança de obter paz e tranquilidade na terra conquistada.



Foto 3 - Reunião no Acampamento “Terra é Vida”.
Fonte - Arquivo, Assentados, 2000.



Foto 4 - O acampamento: montagem dos barracos.
Fonte - Arquivo, Assentados, 2000.

Sabemos que todos os acampamentos possuem uma organização espacial característica: as barracas montadas e alinhadas à beira das estradas em forma de ruas; regras para convivência; divisão de trabalho em comissões; um vocabulário próprio; e, sobretudo, elementos dotados de forte simbolismo, o que constitui a marca distintiva, como a bandeira do movimento à frente da ocupação - hasteada em mastro elevado - e a marca principal que denota a forma de acampamento que é a lona preta que cobre os barracos.

Nas entrevistas procuramos entender como foi a fase de acampamento. Há sempre em todos os depoimentos o relato de muito sofrimento, situação bastante compreensível quando analisamos os acampamentos espalhados pelo Brasil, ou seja, as condições em que se encontram em termos de localização e vivência. Vejamos o relato da acampada/assentada Luzia:

Muito difícil. Olha, se fosse agora, eu acho que não teria coragem. Olha, fui morar de baixo de uma árvore, com sapo, cobra, na beira da estrada, sem água. E ainda tinha que pagar cinquenta reais por pipa d'água por semana, para vir encher as latas, os tambores. Aí comprava gelo; por que quem ia tomar água quente!?! (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

O acampamento não é somente produto de revolta e do desespero, ao contrário, acampar supõe grande maturidade política, organização, coesão, disciplina, sobretudo fé e esperança, não é um aglomerado disforme de gente. É a expressão organizada da miséria e da esperança de que a vitória sobre a fome e a pobreza é possível. Neste sentido, segue o relato do acampado/assentado João: “No acampamento, a gente não tem renda, às vezes eu pegava serviço, tinha que voltar correndo pra lá; se não tiver paciência, desiste.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Na fase de acampamento a luta social no campo passa por um processo de educação e formação das pessoas que dela participa. Assim, começam a serem forjados os aprendizados pessoais e coletivos. Essas forças não fazem parte apenas da luta do movimento, mas sim, da constituição dos sujeitos em ação. Deste modo, o acampamento torna-se a escola da vida em que os camponeses aprendem diariamente o processo de luta.

Não só os sujeitos irão ter noção das formas de aprendizado, como também esse aprendizado se entrecruza com os saberes formados na trajetória de vida desses camponeses. Portanto, há o aprendizado moldado no processo de luta nos movimentos sociais, e outros trazidos de fora dos movimentos, ou seja, contradições que surgem em meio a conflitos e luta de resistência – muitas vezes contradições por parte do movimento que tendem a negar o modo de vida camponês. Dito de outro modo, o acampamento é uma escola para os sem-terra, é a escola da vida, onde vivenciam relações e situações sociais extremas.

Assim, a territorialização dos acampamentos no Brasil foi sendo constituída pelos integrantes do MST, ao longo de seu histórico de existência, como já relatado no capítulo anterior. A respeito dessa organização Almeida afirma:

No acampamento, as formas organizativas do MST se materializam por meio de grupos de famílias, setores, equipes, coordenadores. Os grupos de base ou grupos de famílias são compostos de 10 a 15 famílias, cuja organização é feita pelo critério proximidade de vizinhança. O objetivo é buscar a maior participação popular em atividades relacionadas com o acampamento e o MST. Cada grupo de base deverá ter um coordenador e um secretário. (ALMEIDA, 2003, p.189).

O MST além de organizar e preparar as pessoas para o processo de luta pela terra acaba por mexer com a visão de mundo daqueles que entram na luta pela primeira vez, como no caso de algumas pessoas que entraram para o Acampamento “Terra é Vida”. Através do relato da acampada/assentada Maria do Carmo é possível entendermos melhor esse processo:

Primeira coisa que foi feito, foi reunião né!? As reuniões na câmara. Aí tinha o padre Renê de Andradina que era a pessoa que deu o pontapé inicial aqui pra nós. Eu ainda falava assim: não, eu não vou me unir com MST não, que eu tenho medo de eles cortar a cerca entrar pra dentro né!? Mas não, não é assim não. A visão da reforma agrária é bem diferente. É que cada um tem um pensamento né!? Mas ali no acampamento cada um pensa de um jeito, só que quando a gente tá em grupo, a gente dá umas coordenadas boa né!? Se tiver uma pessoa pra liderar pro lado errado, aí vai pro lado errado. Mas aqui não, sempre foi pro lado bom! (Assentamento Estrela da Ilha, jan/2012).

Portanto, para o MST, o acampamento tem triplo objetivo: educar para manter mobilizada a base sem-terra; chamar a atenção da opinião pública para a causa da luta pela terra e exercer pressão junto aos órgãos responsáveis pela realização da reforma agrária. Fernandes (2000, p.62) acrescenta que:

Os acampamentos são de diversos tipos: permanente ou determinado a um grupo de família. As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras. Os elementos que compõem as metodologias são a formação, a organização, as táticas de luta e negociações com o Estado e os latifundiários, que têm como ponto de partida o trabalho de base. As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as escolas e as próprias moradias, são alguns dos principais lugares e espaços sociais, onde se realizam as reuniões dos trabalhos de base.

Partindo do princípio dessa forma de organização, temos a noção de que a combinação de particularidades constitui uma forma social, ou seja, a forma de acampamento. Portanto, os acampamentos podem ser compreendidos como espaços de resistência representando a luta

pela terra no Brasil, como forma de pressão para a realização de assentamentos e a concretização da reforma agrária.

Os núcleos são constituídos por setor e as equipes de trabalho são organizadas a partir da existência dos grupos de famílias, devendo ter como critério, na sua formação, a afinidade entre as pessoas. As equipes de trabalho dão praticidade às discussões feitas nos núcleos de setor, são elas que executam as tarefas. Os principais núcleos de setor que funcionam no acampamento são: educação, finanças, saúde, alimentação, segurança, disciplina, liturgia, animação e higiene. (ALMEIDA, 2003, p.189).

Os acampamentos podem ser entendidos como o local onde os sem-terra das mais diversas categorias de trabalhadores estão construindo, e formando cotidianamente, uma nova identidade como resultado desta resistência.

Tratam de organizar em linguagens próprias suas práticas, buscando legitimar suas lutas para que possam ser lembrados e atendidos em seus objetivos pelo Estado como movimento legítimo de luta que fala pelo povo organizado. A respeito das formas de luta, Fernandes (2000, p.62) explica:

A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania.

Nos acampamentos rurais, as amizades e a solidariedade são expressas nas formas mais claras, como, por exemplo, a luta coletiva, o que muitas vezes não se observa na vida em assentamentos. No relato do acampado/assentados Sr. Eronides percebemos bem a diferença do trabalho coletivo entre a fase de acampamento e do assentamento:

Aqui é vamo supor: você localizou o seu cantim, é você cuidando do seu! Porque eles falam que não vai mexer com os outros. Ou se não [...] comunicar com os outros é difícil, ou se não [...] é aquele dismantelo, não bate as ideias, não bate. Eu achava que no assentamento, eu nem falo no acampamento, mas no assentamento eu achava que o povo era mais unido, conversava mais, as coisas era melhor entre todos. Mas não, é cada qual pra si! (Assentamento Estrela da Ilha, jan/2012).

Destarte, no momento do acampamento, os interesses se convergem em uma só direção, que é a conquista da terra sonhada. Portanto, interesse esse que os integra e une. No assentamento, o projeto familiar se sobrepõe.

No Acampamento “Terra é Vida” o trabalho coletivo era muito presente, pois no período em que ficaram à beira da estrada, foram realizadas passeatas na avenida principal da cidade de Ilha Solteira, onde reivindicavam, através de faixas, um pedaço de terra e também

que o município concedesse mais incentivo à agricultura. Nas faixas ressaltavam: “Queremos Cultivar a Terra”; “Agricultura Traz: Progresso, Trabalho e Igualdade”; “A Reforma Agrária é muito importante para o nosso município”, entre outras reivindicações.



Foto 5 - Passeata dos acampados pela cidade.
Fonte - Arquivo, assentados, 2000.

Com a caminhada, a proposta principal era chamar a atenção dos munícipes para a importância da implantação do assentamento, onde a partir dali, geraria maior desenvolvimento à agricultura e para a economia da cidade de Ilha Solteira.

Em resumo, o Acampamento “Terra é Vida” conseguiu a conquista da terra em 2001, ou seja, num período de aproximadamente um ano e meio de luta, diferentemente de outros acampamentos que podem chegar a durar vários anos de luta sem a conquista da terra, com intenso sofrimento e péssimas condições de vida. O relato do Sr. Joacir, que foi acampado e agora está assentado, retrata a esperança que o acompanhou durante a fase de acampamento: “Teve muita gente que saiu fora, muita gente me falando para eu sair fora do acampamento, porque desacreditava. Mas aqui saiu rápido e graças a Deus eu tô sossegado aqui.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Porém, alguns entrevistados em suas falas demonstram que o tempo de luta foi maior, pois já estavam à beira da estrada há oito anos, vieram de outros acampamentos, antes de entrar para o Acampamento “Terra é Vida”.

Deste modo, entendemos que os acampamentos rurais de sem-terra tornam-se território de esperança até como forma de suportar o desafio. Pois ali, haverá a luta por outro território, onde a exploração e a subordinação direta ao patrão não se constituem, ou seja, lugar onde a solidariedade, a busca pela produção para a garantia da sobrevivência sem a intenção de lucro e a autonomia camponesa, irão reger as relações sociais no novo lugar de morada: o assentamento.

Deste modo, o acampamento é muito mais do que as lonas pretas à beira das estradas ou dentro dos latifúndios. É uma forma de resistência à exploração e uma bandeira de luta pela reforma agrária na batalha histórica pela desconcentração fundiária.

3.3 - O conceito de *habitus* e a forma acampamento

Partimos do pressuposto de que para se trabalhar a luta pela terra e a recriação camponesa, é preciso entender as explicações de Bourdieu (2000) sobre o poder do *habitus*, ou seja, da reprodução das condições sociais - principalmente do modo de vida camponês - onde estão engendradas várias estratégias que envolvem permanência e mudanças, para assim se chegar à explicação do modo de vida camponês, aqui entendido como um *habitus*.

Vale ressaltar que o nosso campo de estudo se relaciona com os estudos de Bourdieu (2000) no tocante a relação entre o *habitus* de classe e luta pela terra e para nela permanecer.

Por conseguinte, ao analisar a vida e o *habitus* camponês a partir de relatos de acampados e assentados, percebemos no histórico desses sujeitos uma relação com a terra, pois a extrema maioria define sua escolha de luta pela terra e na terra, por já ter tido em sua vida experiência anterior. E, deste modo, escolheram continuar na luta e se reproduzem na terra por gostarem da vida no campo, daí a disposição contida nas frases: “sempre morei em fazenda com meus pais”; “sempre fui da roça”; “eu nasci e fui criada na lavoura”; “eu sempre trabalhei em roça, fui criada na roça”.

Para Bourdieu, o conceito de *habitus* é um *modus operandi*, condição operatória, que é fruto da experiência acumulada historicamente, sendo isto não uma regra, mas uma disposição que permite decifrar a ação.

Ao analisar o *habitus* de luta na terra e pela terra, entendemos que as formas de conduzir a vida no campo e as estratégias para permanecer na terra estão entrelaçadas com práticas herdadas, aliadas à capacidade criadora do indivíduo. Destarte, de acordo com o que foi aprendido ao longo do tempo vivido do indivíduo, este a cada nova situação, gera estratégias práticas. Portanto, isto quer dizer que ele é capaz de inventar novas formas de desempenhar velhas funções. (ALMEIDA, 2003, p.201).

Assim, esses camponeses levarão (ou não) para o presente as experiências do passado, muitas delas vivenciadas na infância, ou de outro modo, podem mudar os rumos das relações sociais para a criação do novo, de acordo com a forma como foram vivenciadas as vitórias e os fracassos. Quando as condições objetivas da situação não permitem a realização de

habitus, surgem forças explosivas que tanto podem ser de mudanças como de acomodação. (ALMEIDA, 2003, p.204).

A acampada/assentada Luzia, relembra a vida passada e assim retrata suas ações no presente: “Sempre morava só em fazenda. Aí, depois que eu saí da fazenda, porque os filhos ‘tinha’ que estudar, aí largamos tudo. Eu queria uma terra pra criar minhas criação né?! Criar galinhas, os bichinhos, criar minhas coisas, plantar né?!” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Pensando nestes relatos coletados em campo concordamos com Farias (2007, p.35) quando afirma:

As antigas condições levam as famílias a redefinirem a trajetória de vida alicerçada na memória. As pessoas trazem para o presente, por meio das lembranças, um passado alicerçado em relações solidárias e de proximidade com a natureza, a terra, os mitos, e as variadas religiosidades.

Neste sentido, é o poder dinâmico do *habitus* que se contrapõe ao imobilismo. São as novas situações que irão exigir soluções que são verdadeiros ajustamentos, que podem exigir inclusive uma conversão radical, por exemplo, a troca da vida da cidade pelo campo. Essas mudanças não são instantâneas, pois exigem tempo. Portanto, dependem de adaptação e de ajustamentos.

Assim, podemos afirmar que o *habitus* permite, ao mesmo tempo, a reprodução das relações sociais e a criação do novo. Isto é possível porque, nos campos onde se forma e funciona o *habitus*, o conflito é a forma permanente de relacionamento entre os agentes. Conseqüentemente, toda vez que as condições objetivas da situação não permitem a realização do *habitus*, este dá lugar a forças explosivas, que tanto podem ser de mudança, como de acomodação. Portanto, a mesma lógica que reproduz também dá lugar à transformação. (ALMEIDA, 2003, p.204).

Neste contexto, Bourdieu, segundo Almeida (2003), usa dois conceitos fundamentais: *habitus* e campo, e explica que na prática um só irá funcionar em relação ao outro. Ou seja, as disposições duráveis (formas de agir, pensar, falar, perceber) que são interiorizadas pelos agentes na forma de *habitus* são geradas no campo.

Neste sentido, Almeida (2003, p. 204) salienta:

Destarte, quais são os fatores que interferem na definição final desta lógica? Acreditamos que é a prática, visto que é ela a responsável pela atualização do *habitus* que, percebendo a situação que o determina estrategicamente, também capta as modificações ocorridas no campo, modificações que podem ser para conservar a ordem social ou subvertê-la.

Portanto, na fase de acampamento, a memória de vida individual (ou de grupo) de cada membro tem um papel determinante na posição que cada um irá ocupar no todo social. E

seu entendimento da realidade dependerá da leitura desta trajetória social, política e cultural, numa imbricação da história do indivíduo com a história do grupo. E, assim, na vida em sociedade, uns irão acumular mais qualidades e estratégias que outros e, conseqüentemente, essas diferenças darão mais ou menos condição de resistência ao sujeito.

Bourdieu (2000, p.10) destaca que os símbolos são instrumentos de integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...] “eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral.”

Neste sentido, destacamos o acampamento como um território onde os sujeitos têm um interesse em comum, nele há uma clara dimensão simbólica selando a identidade destes sujeitos, sendo anunciada em vários espaços como: nas palavras de ordem, na bandeira, nas regras para organização da vida nos barracos, entre outras.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico de espaço. (ARAÚJO & HAESBAERT, 2007, p.102-103).

Explica Bourdieu (2000) que as formas de comunicação não se separam da força. Portanto, é com a comunicação e conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de legitimidade de dominação, que, por sua vez, assegura o poder de dominação de uma classe sobre a outra. Esta situação podemos ver na mídia brasileira quando enaltece o agronegócio e criminaliza os movimentos sociais de luta pela terra, por isso cada vez mais estes movimentos tem criado sua própria rede de comunicação.

Sendo assim, as classes estão envolvidas também numa luta simbólica, disputando por meio da comunicação a explicação do mundo social, porém, conforme seus interesses. Diante disso, aceitamos as explicações de Bourdieu ao assinalar que:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação que, por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores, os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou intelectuais e artistas, segundo a época) tendem sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização. (BOURDIEU, 2000, p.10).

Ao resgarmos por meio das entrevistas a memória do acampamento “Terra é Vida”, percebemos no relato dos assentados que no acampamento tinha um processo de socialização

de experiências, e que, portanto, os técnicos do MST, por algumas vezes, lhes deram instruções de técnicas agrícolas de uso e produção no solo. Portanto, a socialização não é apenas política e social, é também de conhecimento específico, no caso, técnico, o que veio facilitar a adaptação de algumas famílias ao iniciar a vida no campo.

O acampamento muitas vezes parece ser uma forma homogênea; todavia, na essência, apresenta diferenças quanto à experiência dos sujeitos, situação que se revela basicamente através do entendimento e condução da luta pela terra por parte dos indivíduos. Deste modo, as famílias chegam ao assentamento e tomam decisões produtivas diferentes uma das outras e essa diversidade tem relação com a experiência acumulada ao longo da vida, e também no acampamento. Porém, apesar da diversidade, uma coisa permanece: o modo de vida camponês onde a terra é fonte de segurança e patrimônio da família.

Portanto, para se pensar o ser camponês, buscamos ressaltar nesta parte da pesquisa as explicações de Bourdieu (2000) sobre *habitus* porque elas permitem entender a (re)criação camponesa por meio da conquista do assentamento, pois o alicerce de *habitus* está na teoria da prática. Ou seja, na permanência e nas mudanças que obedecem a mesma lógica: ler a realidade, se adaptar e se transformar a partir dos acontecimentos e situações.

3.4 - As estratégias para permanecer na terra

A luta na terra do assentamento será inicialmente travada de acordo com as carências imediatas que podem ser o alimento, a moradia, o financiamento, o trabalho, a educação. Logo, há necessidade de práticas que irão culminar no desenvolvimento de estratégias para uma vida mais satisfatória. Farias ao refletir sobre esta questão, observa:

Geralmente, após um longo período de acampamento, as famílias passam pelo sorteio e finalmente chegam à terra – seu lote – nos assentamentos de reforma agrária, um lugar que traz para o presente um leque de experiências de um passado ainda vivo em suas memórias. Este passado é reinterpretado com elementos do presente por meio do trabalho de relembrar, para isso o sujeito lança mão de referências ainda vivas em sua subjetividade e assim são revigorados os sentidos de lugares de classe -, as redes de relações; o campo e a cidade, presentes no vivido das famílias que apresentam várias andanças. (FARIAS, 2007, p.40).

Portanto, os movimentos sociais, principalmente o MST, possuem grande importância no processo de luta e resistência no Brasil. Através da organização em movimentos, os camponeses têm alcançado conquistas que têm como destaque os assentamentos. Através desse processo, visualizam-se noções e aprendizados que foram adquiridos - ainda na época

do acampamento, e que, posteriormente, se materializa nos assentamentos. Como ressalta Oliveira:

Os acampados e assentados são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou a pressão – reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 1990, p. 18).

Neste momento, torna-se importante explicitar mais detalhes de como se deu a conquista deste assentamento no município de Ilha Solteira no interior do Estado de São Paulo. Como dito, após aproximadamente um ano e meio os acampados - através de várias negociações - foram assentados na fazenda São José da Barra em 2001. Ficaram num espaço provisório de 160 alqueires, sendo que a fazenda possui aproximadamente 2.800 hectares de terra. Em uma assembleia organizada por eles, decidiram mudar o nome que antes era Acampamento “Terra é Vida”, para Assentamento Estrela da Ilha.



Foto 6 - Espaço provisório onde os assentados ficaram.
Fonte - Prefeitura Municipal de Ilha Solteira/SP, 2005.

Durante o período em que ficaram no espaço provisório de 160 alqueires, houve entre os assentados e os funcionários do INCRA várias reuniões para a tomada de decisão sobre quantas famílias iriam ser realmente assentadas. Naquele momento, a intenção do INCRA, segundo os assentados, era de fazer uma “peneira” e assentar somente 163 famílias. Após várias outras reuniões e da formulação de um abaixo-assinado pelas 218 famílias, onde exigiam do INCRA que assentassem todas as famílias, houve novas propostas do INCRA

para assentar mais famílias. Desta maneira, acabaram entrando em acordo devido a desistência de algumas famílias e assentaram todas as que continuavam na luta.

Após o acordo de assentar as famílias que permaneceram na luta, houve a separação dos lotes no assentamento, sendo essa separação apenas por cordas, onde permaneceram em barracos de lona. Segundo informações dos assentados, tiveram que esperar novamente a vinda dos funcionários do INCRA para oficializar a demarcação das terras e a disponibilização das verbas para darem início a construção de casas.



Foto 7 - Estrada de acesso aos lotes: início da organização do assentamento.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2005.

Durante esse período de espera pela demarcação exata de suas terras e das verbas para estruturação dos lotes, eles plantaram alguns legumes e verduras e também criaram animais para consumo nos lotes. Contudo, como ainda não estava oficializada a separação dos lotes, os assentados não ampliaram suas plantações, pois muitos temiam que durante o processo de divisão definitiva dos lotes tivessem que sair de onde estavam e, assim, acabariam perdendo o que plantaram. Segundos relatos de assentados, alguns realmente optaram por mudar de área, devido a localização ou a qualidade da terra.

O assentamento começou a ser estruturado no ano de 2005, e, atualmente, no projeto Estrela da Ilha encontram-se assentadas 206 famílias, e cada família possui sua parte da terra que é de 14 hectares. Nessa divisão, está inclusa também a área de reserva legal (20% dos 14 hectares), destinada para a plantação de árvores frutíferas.

Para as pessoas que se encontravam solteiras no assentamento, a área destinada foi equivalente a 3,5 hectares rurais, onde também deixaram 20% para área de reserva legal. Já as

pessoas com o terreno às margens do Rio São José dos Dourados, localizado próximo à fazenda, tiveram que preservar a Área de Proteção Permanente, isto é, preservar a fauna e a flora do local.



Foto 8 - Localização do Assentamento Estrela da Ilha.
Fonte - Disponível em <http://www.aondefica.com>.

Croqui 1 - Divisão dos 206 lotes no Assentamento.
Fonte - UNESP, 2011.

De acordo com os dados do IBGE (Censo Demográfico 2010), a população do município de Ilha Solteira tem, em sua área urbana, 23.520 pessoas residentes e 1.544 residentes na área rural.

Ao analisar os dados do IBGE dos censos agropecuários 1995/96 e 2006 (Tabela 1), é possível perceber que após o surgimento do Assentamento Estrela da Ilha, onde a maior parte de seus lotes é de 14 hectares para cada família, registraram-se acréscimos no número de estabelecimentos de 10 a 20 hectares. Portanto, houve um aumento significativo, pois este extrato passou de 7,92% em 1995/96 para 27,32%, em 2006. Ocorreu também um aumento em relação à área dos estabelecimentos de 10 a 20 hectares que passou de 0,27% em 1995/96 para 7,12%, em 2006. Ressaltamos que esses dados podem estar relacionados a outro assentamento que foi criado no ano de 2005 no município de Ilha Solteira, o Assentamento Santa Maria da Lagoa, que possui 75 famílias, cujos lotes estão divididos na mesma medida daqueles do Assentamento Estrela da Ilha, sendo 14 ha para os casados, e 3,5 ha para os solteiros.

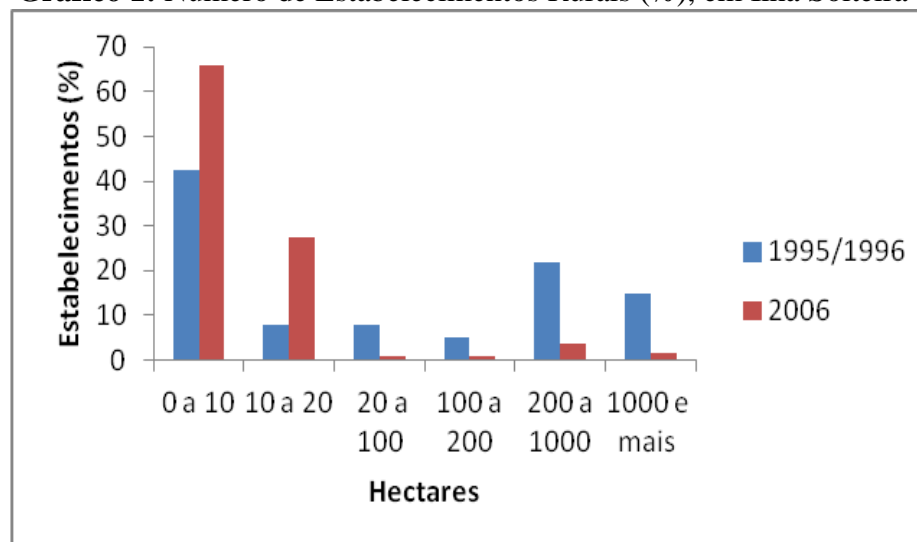
Tabela 1 - Comparação evolutiva da estrutura fundiária de Ilha Solteira - 1995/96 e 2006.

Classes (ha)	Censo Agropecuário (1995/1996)		Censo Agropecuário (2006)	
	Nº Estabelecimentos (%)	Área (%)	Nº Estabelecimentos (%)	Área (%)
0 a 10	42,57	0,47	65,82	1,55
10 a 20	7,92	0,27	27,32	7,12
20 a 100	7,92	1,39	0,72	0,33
100 a 200	4,95	2,56	0,86	2,42
200 a 1000	21,98	28,66	3,58	26,61
1000 e mais	14,85	66,67	1,72	38,20
Sem Área	-	-	-	-
Total	100	100	100	100

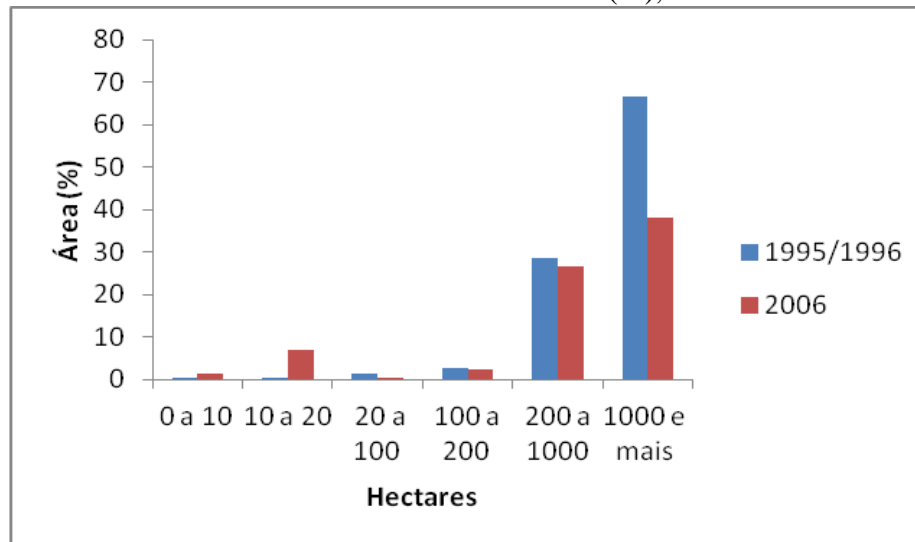
Fonte: IBGE

Através dos dados do IBGE na tabela 1, organizamos dois gráficos (1 e 2) para melhor análise e comparação entre os números de estabelecimentos e a área dos estabelecimentos rurais de Ilha Solteira, entre os censos 1995/96 e 2006. As colunas nas cores azuis indicam os dados do censo 1995/1996 e, em vermelho, indicam o censo de 2006; elas mostram claramente um aumento do número de estabelecimentos e a área dos estabelecimentos das classes que nos interessa que é de 10 a 20 hectares.

Gráfico 1: Número de Estabelecimentos Rurais (%), em Ilha Solteira



Fonte: IBGE

Gráfico 2: Área dos Estabelecimentos Rurais (%), em Ilha Solteira

Fonte: IBGE

Neste sentido, concordamos com as palavras de Girardi e Fernandes:

A luta pela terra através das ocupações e a conseqüente criação de assentamentos rurais é uma forma de recriação do campesinato, o que pode ocorrer também através de arrendamento, meação, parceria ou compra da terra. As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa. (2008, p.76).

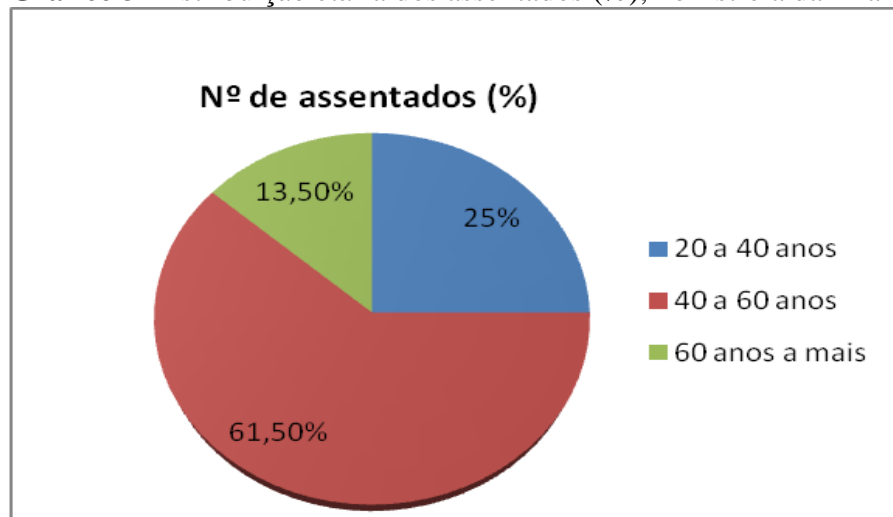
A coleta de dados através de dois questionários, um estruturado e outro semiestruturado - em um total de 25 perguntas - resultaram na construção dos perfis das famílias assentadas, buscando compreender as formas de produção e renda, organização e comercialização dos produtos da reforma agrária, as condições dos lotes, entre outras informações.

Foram entrevistadas 52 famílias, e como critério para definição das famílias pesquisadas privilegiou-se a trajetória de acampamento. Ou seja, foram escolhidas aquelas que moraram em barracos de lona antes da fase de assentamento, o que ajudou a retratar o processo de luta até a conquista da terra, e o desenvolvimento das atividades para a estruturação dos lotes para permanecerem na terra. Ressaltamos que todas as entrevistas e análises foram feitas através dos relatos, principalmente dos responsáveis pelos lotes.

Para melhor caracterização das famílias assentadas, foram levantados dados sobre a idade e nível de escolaridade dos entrevistados.

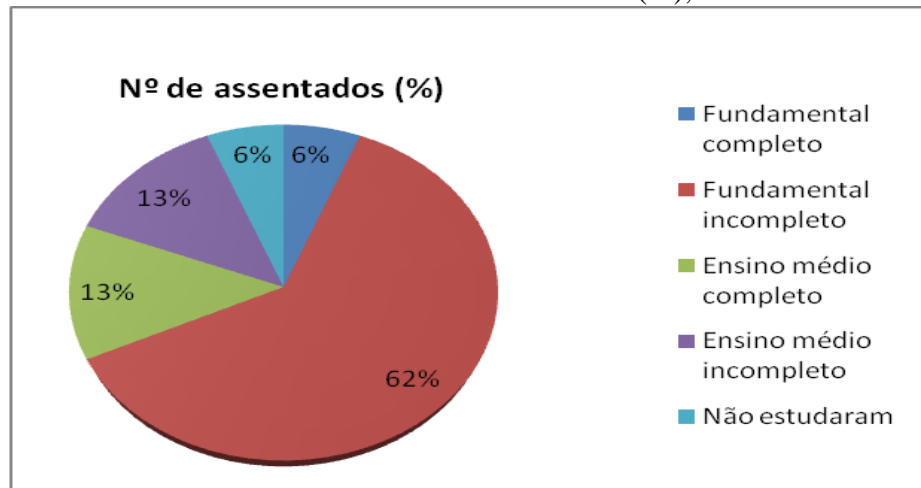
Constatou-se que dos 52 entrevistados e responsáveis por seus lotes, 13 possuem idades que variam entre 20 a 40 anos, enquanto, 32 dos entrevistados possuem idades entre 40 a 60 anos, e 7 possuem de 60 anos a mais. Organizamos o gráfico 3 a fim de observarmos melhor as diferenças, em porcentagens, com a idade dos entrevistados e responsáveis pelo lote, o que demonstra claramente que predomina no assentamento idades que variam entre 40 a 60 anos.

Gráfico 3-Distribuição etária dos assentados (%), no Estrela da Ilha



Fonte: FIALHO, GLAUCIA, 2012.

Quando perguntados sobre o nível de escolaridade, percebemos que é muito baixo, sendo que dos 52 entrevistados, 3 responderam que concluíram o ensino fundamental. Porém, 32 assentados nos relataram que não conseguiram concluir o ensino fundamental. Enquanto 7 dos entrevistados responderam que concluíram o ensino médio e 7 assentados responderam que não concluíram. Por fim, 3 relataram que nunca estudaram. O gráfico 4 demonstra em porcentagens os níveis de escolaridade dos assentados.

Gráfico 4-Nível de escolaridade dos assentados (%), no Estrela da Ilha

Fonte: FIALHO, GLAUCIA, 2012.

As famílias assentadas no projeto Estrela da Ilha têm, em sua maioria, origens ligadas à agricultura e à vida rural. Porém, antes de serem assentadas, algumas viviam e trabalhavam no próprio município de Ilha Solteira; outras, nos municípios da região, em trabalhos não agrícolas. Levavam a vida de trabalhadores com baixa renda, sem estabilidade no trabalho, e tendo que migrar constantemente em busca de ocupação e renda para sustentar a família. Outros viviam em outros acampamentos e assentamentos na espera por terra.

[...] pelo menos mais dois outros processos estão acontecendo atualmente. O primeiro, é a criação do campesinato, que acontece em muitos países, entre eles o Brasil, em que pessoas que não são camponeses ou pessoas que são 'sem-terra' recebem terra por meio de políticas de redistribuição fundiária. Há também, então, o processo de criação e recriação do campesinato. (SHANIN, 2008, p.24).

Como no caso da assentada Márcia, que relatou que fez uma troca de assentamento, e conquistou seu lote em outro assentamento da região, e, através de um acordo com um assentado do Estrela da Ilha, trocou de localidade.

Notamos também uma parcela daqueles que nunca tiveram em seu passado experiência com a lida na terra. São pessoas que optam por uma vida mais tranquila sem submissão a um patrão, ou seja, querem ter autonomia, produção para consumo próprio e/ou para comercialização a fim de manter o bem-estar. Portanto, em suas falas, percebemos que são pessoas que estavam exaustas da vida no meio urbano, do trabalho sem reconhecimento e de salários baixos, pois a vida na cidade tornou-se cara e difícil. Destacam a alegria de terem conquistado uma casa, saírem da dependência do aluguel ou de familiares na cidade. Acreditamos, assim como explica Almeida (2006), que, mesmo que essas famílias não

tenham um *habitus* na terra, elas decidiram viver no assentamento e, portanto, iniciar um processo de fazer-se camponês.

É preciso lembrar que receberam auxílios para a construção das casas. Como os próprios assentados relatam, receberam cerca de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) de Crédito Habitação para a construção de suas casas. Explicam que ainda falta o INCRA disponibilizar R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para o término da construção e estruturação dos lotes. Receberam também, para iniciar suas atividades, uma verba do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF⁶ no valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) e todo ano pagam uma parcela de devolução desse dinheiro.

Em entrevista feita com uma liderança do assentamento, houve o relato de que algumas famílias acabaram desistindo e vendendo seus lotes em virtude das dificuldades encontradas. Segundo o relato, algumas famílias não conseguiram se adaptar à vida no assentamento, principalmente no tocante à escolha das atividades de produção e comercialização voltadas à geração de renda monetária. Enfim, a busca por estratégias para a permanência na terra, passa por diversos caminhos, ou seja, não há uma fórmula única.

Neste sentido, concordamos com o pensamento de Shanin (2008, p.41) porque ele pode explicar essa situação de desistência nos lotes:

Agora, é uma técnica, uma ocupação ou, se quiser, uma profissão, que as pessoas aprendem desde criança e, sem isso, o campesinato não consegue administrar sua própria casa. Não dá certo simplesmente distribuir terras para as pessoas que não têm todo esse preparo. Algumas pessoas, quando são assentadas, não têm essa habilidade para fazer tantas coisas distintas, e não é nada fácil ensiná-las como fazer. O trabalho é muito complexo, muito profissional, e, sem esta perspectiva, ela não funciona.

Diante do exposto, podemos perceber ao longo da pesquisa que há entre as famílias assentadas heterogeneidade nas formas de produção. Encontramos famílias que produzem em maior quantidade, famílias que produzem pouco e famílias que nada produzem. Como explica Zimmermann: “No cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas voltadas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos.” (1994, p.205).

Além de famílias que conseguem sobreviver só com a produção no lote, há aposentados que vivem da aposentadoria, pessoas que fazem os denominados “bicos” na

⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores e assentados da reforma agrária. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>, em 16/08/2011.

cidade para complementar a renda, e aqueles que, além da renda de fora como aposentadoria, produzem para o próprio consumo. E, ainda, os que vendem parte da produção.

Portanto, vale destacar, também que, nas palavras de Chayanov (1974), a divisão do trabalho camponês está entre atividades agrícolas e não agrícolas, e isso não é determinado pela disponibilidade de terra para trabalho, mas sim pelas necessidades que o obriga a recorrer ao mercado. Assim quando as atividades agrícolas não geram ganhos suficientes, as famílias podem buscar trabalhos não agrícolas - sendo esta uma forma de compensar o pouco ganho em relação à agrícola - para alcançar o equilíbrio interno de forma mais rápida.

O que se observou entre a maioria dos assentados pesquisados é que, prioritariamente, o que os mantêm na terra é o desenvolvimento e o desempenho de atividades agrícolas, de pecuária, de autoconsumo e ainda de atividades não agrícolas. Ressalta-se ainda a força de denominar a terra conquistada como morada da vida e terra de trabalho.

Como resultado de uma estruturada luta para a conquista da terra, o assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas. (ZIMMERMANN, 1994, p.205).

O assentamento Estrela da Ilha conta com três associações e três cooperativas, sendo que uma cooperativa é do próprio assentamento; as outras vêm de cidades vizinhas como Pereira Barreto/SP e Andradina/SP, porém nem todos os assentados estão envolvidos nestes projetos.

Neste sentido, encontramos famílias que desenvolvem suas atividades afastadas dos projetos das cooperativas, elas realizam a venda de gados e bezerros, tal como a pesca, principalmente daqueles em que os lotes se localizam próximos ao Rio São José dos Dourados. Em um dos lotes, encontramos o senhor Milton que inclui em sua variada produção, o plantio de eucalipto com a esperança de vender para empresas da região.

Percebe-se que há também uma ampla diferenciação nas questões que envolvem a comercialização do que é produzido nos lotes, em virtude da variedade de produtos, tais como frutas, legumes, verduras, produção animal e a produção da pecuária leiteira. Porém, o grau de importância da produção realizada no lote é variado, tem relação com a existência de outras rendas como aposentadoria e o trabalho não agrícola, como representado na tabela 2.

Tabela 2- Relação de assentados entrevistados e a produção nos lotes

Produtor: ordem	Produtos produzidos nos lotes	Grau de importância de atividade
1-José	Leite, melancia, jiló, berinjela, abobora, galinha da Angola	Atividade principal
2-Vanderson	Leite, mandioca e verduras	Atividade principal
3-Manoel	Milho, mandioca, abóbora, mamão	Atividade complementar
4-Edna	Leite, mandioca, batata doce	Atividade complementar
5-Juliana	Leite	Atividade complementar
6-Joacir	Galinha, peru, mandioca, milho, feijão e abóbora	Atividade principal
7-Aldenir	Verduras	Atividade principal
8-Milton	Leite, urucum, milho, eucalipto, verduras	Atividade complementar
9-Ricardo	Leite, urucum, milho, eucalipto	Atividade complementar
10-Bruno	Jiló, berinjela, pimenta, abobrinha, quiabo, rabanete, verduras	Atividade principal
11- Sônia	Leite, porco, galinha, feijão e pepino	Atividade principal
12-Claudio	Bezerros, mandioca, legumes e verduras	Atividade principal
13-João	verduras	Atividade principal
14-Solange	verduras	Atividade complementar
15-Marcelo	Leite, galinha caipira e verduras	Atividade principal
16-Onice	Leite e urucum	Atividade complementar
17- João	Bezerros	Atividade principal
18- Maria	Leite e bezerro	Atividade principal
19- Marlene	Leite, queijo e abóbora	Atividade complementar
20- Miguel	Leite e queijo	Atividade complementar
21-Neuza	Não produz	
22-Nair	Bezerro, galinha, frutas e verduras	Atividade complementar

23-Luzia	Galinha, abóbora	Atividade complementar
24-Daiana	leite	Atividade complementar
25-Jurema	Frutas, mandioca, galinha	Atividade complementar
26-Márcia	Leite e queijo	Atividade principal
27-Cléber	Leite, verduras e legumes	Atividade principal
28-Denise	pesca	Atividade principal
29-Valmir	Leite, pimenta, berinjela, tomate, verduras	Atividade principal
30-Maria	Verduras e legumes	Atividade principal
31-Regina	Leite, queijo, galinha, porco	Atividade complementar
32-Benvindo	Abóbora	Atividade complementar
33-Ana Lúcia	Leite, porco, galinha	Atividade principal
34-Benedito	Leite, milho, feijão, abóbora	Atividade principal
35-Marcia	Mandioca, melancia, melão, pepino	Atividade principal
36-Eronides	Leite, mandioca, abóbora	Atividade principal
37-Sonia	Abóbora, mandioca, feijão	Atividade complementar
38-Maria do Carmo	Abóbora, pimenta, feijão de corda, milho	Atividade principal
39-Valter	Leite e verduras	Atividade principal
40-Noelito	Leite, Mandioca, galinha, ovos	Atividade principal
41-Geraldo	Leite, mandioca, abóbora, melancia, milho	Atividade principal
42-Aparecido	Leite, banana, mandioca, abóbora e melancia	Atividade principal
43-Luiz	Leite e mandioca	Atividade principal
44-Silvana	Milho, pimenta, jiló, berinjela, feijão de corda e quiabo	Atividade principal
45-Jovino	Leite, porco, galinha	Atividade Principal

46-Fátima	Milho e mandioca	Atividade Principal
47-Maria	Milho, abóbora, quiabo, leite	Atividade Principal
48-João	Leite e milho	Atividade principal
49-Antonio	Verduras e feijão	Atividade complementar
50-Luís	Verduras	Atividade complementar
51-José	Verduras, galinha, milho e leite	Atividade principal
52-Joana	Verduras e galinha	Atividade complementar

Fonte – pesquisas realizadas no assentamento entre 2011 e 2012.

Diante do exposto, nota-se que há diversidade produtiva no Assentamento Estrela da Ilha, porém o que predomina é a produção da pecuária leiteira e o cultivo de hortas. A produção de legumes e a criação de animais como porco e galinha também é bastante presente nos lotes, tanto para venda quanto para o consumo próprio. Ressaltamos também que os produtos nos lotes variam de acordo com a época para cada produção como exemplos: o leite, alguns legumes e frutas. Destacamos que as entrevistas não foram feitas em uma só época, por isso, notamos várias trocas na predominância de produtos.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, inclusive com casos de venda de lote, o que se destaca é que os camponeses demonstram grande habilidade para se adaptar a uma nova vida e aos problemas no campo. Ou seja, são flexíveis e assim buscam soluções e ajustes para permanecer na terra e isto inclui estratégias - propriamente ligadas aos objetivos da reforma agrária - como a produção de comida no lote, mas também as atividades não agrícolas e o trabalho fora do lote no comércio, nas fábricas, nos canaviais.

Em relação ao lixo que é produzido no assentamento, a maior parte dos assentados faz a queima, e alguns usam o lixo orgânico como adubo para melhorar a qualidade do solo. A energia veio logo no início da estruturação dos lotes, no Programa Luz Para Todos⁷. O esgoto doméstico é controlado por fossa séptica.

7 Programa Luz Para Todos – O Programa foi lançado pelo Governo Federal instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. Disponível em: http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp. Acessado em 25/08/2011.



Foto 9 - Local da queima do lixo.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2011.

Nas visitas feitas ao assentamento Estrela da Ilha, não podemos deixar de registrar a heterogeneidade no modo de vida que sustenta o projeto de reprodução das famílias. Dito de outro modo, há diferentes racionalidades que os orientam na luta para permanecer na terra, isso significa que não há uma receita, um caminho único para resistir na terra.

Como evidência dessa heterogeneidade, basta observar a diferença de estrutura entre algumas casas nos lotes, onde algumas possuem uma estrutura muito favorável; outras foram construídas com o básico disponibilizado pelo INCRA, outras sequer foram estruturadas, como se percebe abaixo:



Foto 10 - Diferenças nas estruturas das casas.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2011.

Entendemos, ao longo da pesquisa, que parte destas diferenças não foram produzidas no assentamento, mas já vieram no processo acampamento-assentamento e dizem respeito ao capital econômico, pois algumas famílias antes da entrada nos lotes possuíam uma reserva de capital. Alguns tinham em seu nome casa na cidade onde efetuaram a venda e investiram no lote, outros trabalhavam em outros ramos, e quando saíram, receberam seus direitos e investiram no lote. Contudo, tem aqueles que possuíam basicamente as roupas do corpo. Como é o caso de uma assentada: “Eu morava com os meus pais em outro assentamento, foi quando o INCRA me trouxe para cá”. (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Nesta diferença de qualidade entre as casas é necessário creditar também os erros no investimento do recurso liberado pelo INCRA, pois alguns relatos demonstram que o dinheiro repassado não foi utilizado para estruturação dos lotes, já que necessitaram comprar equipamentos ou animais, entre outras opções. Vejamos o relato do Claudio: “o dinheiro repassado é pouco, porém, quem não teve cabeça e decidiu investir esse dinheiro em outra coisa, acabou perdendo e não conseguindo terminar a casa. A pessoa tem que ter cabeça e usar o dinheiro com cuidado.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Porém, ao longo da pesquisa fomos apreendendo o processo de mudança como, por exemplo, uma das casas que mostramos na foto anterior (foto 10), que estava com a construção inacabada. Após alguns meses, começou a ser estruturada. Isso indica que a vida está em movimento no assentamento e, portanto, as “verdades” são cambiáveis.



Foto 11 - Casa estruturada ao longo da pesquisa.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2012.

Diante do que exposto, e a partir das informações coletadas, podemos afirmar que possuir uma casa aliada à possibilidade de plantar sua própria comida é o diferenciador a sustentar a permanência dessas famílias na terra, mesmo que parte delas esteja prestando

serviços na cidade e em outros locais. Este trabalho acessório trata-se de uma estratégia para conseguir a satisfação das necessidades imediatas, para assim conseguir permanecer no lote em um momento em que as atividades no campo não estão favoráveis, por exemplo: famílias que ainda dividem poços de água, períodos de seca, baixo nível de escolaridade, falta de auxílio governamental e assistência técnica, entre outras carências.

[...] Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão de flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. (SHANIN, 2008, p.28).



Foto 12 - Produção no Assentamento.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2011.

3.4.1 - O trabalho familiar

Os estudos realizados no assentamento Estrela da Ilha, em Ilha Solteira/SP, considera não só as ações econômicas desenvolvidas, mas também a atuação da família na construção da terra enquanto “morada da vida”, ou seja, a terra não é local apenas de trabalho, mas, fundamentalmente, um lar. Para reforçar esta ideia citamos Shanin (2008, p.34): “A economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos quem o camponês é do que um modelo geral de campesinidade”.

O que define o modo de vida camponês é a relação que ele tem com sua família. O trabalho, a família e a terra são categorias centrais do mundo camponês, pois uma sem a outra não tem sentido algum. Essa relação que o camponês tem, incluindo a estabelecida com vizinhos e amigos, é o que vai dar sentido na sua busca por objetivos para uma vida mais satisfatória.

Almeida contribui para esta análise ao assinalar que:

Cabe também acrescentar que a (re)criação camponesa, por meio da conquista de assentamentos, impõe necessariamente o domínio de parcelas

do território pelos camponeses em conflito aberto com a produção capitalista do território, sendo que este processo de territorialização camponesa produz uma unidade territorial, fundamentada numa teia de relações que tem na família, na reciprocidade, na economia moral, na autonomia, seu elo identificatório, ou seja, aquilo que faz com que se reconheçam como pessoas portadoras de uma mesma linguagem em oposição aos de “fora”, especificamente aqueles que se opõem ao mundo camponês. (ALMEIDA. 2003, p.28).

Quando se analisa a vida no assentamento, se percebe que alguns aspectos do cotidiano representam planos de ações e que estão combinados com diferenciações de gêneros, relações de poder e de individualismo, entre outros. Porém, nota-se também relações de reciprocidade, de solidariedade, relações essas que são determinantes para a sobrevivência das famílias.

Deste modo, essas ações são observadas e têm origem na fase de acampamento e se manifestam com maior intensidade na fase de assentamento, quando os camponeses tornam-se mais livres e com maior autonomia.

O camponês aproveita todos os recursos desse espaço adquirido e dá vida ao lugar que sonhou ocupar, continuar ou refazer se fortalecendo no trabalho com a terra, numa sensação de retorno ao lar e reconstrução de suas vidas, através de laços familiares e sociabilidade com os outros moradores (ou não).

O espaço recriado agora passa a ser o da simplicidade, de experiências muitas vezes já vividas e que irão ser adquiridas, sem grandes regalias; porém, a fartura é a mesa cheia. Mesmo nos casos em que nos deparamos na pesquisa com famílias trabalhando na cidade, entendemos esta situação como parte das estratégias de resistência, uma vez que isto tem permitido a eles a permanência neste espaço que foi conquistado: o assentamento.

[...] a terra é um ponto de chegada, mas não um ponto de parada, de finalização. É chegada de alguém que dela partiu e que a ela está voltando; alguém que é o mesmo e já não é o mesmo de quando partiu, porquanto viveu novas relações, novas experiências, individuais e sociais, avançou na sua história, descobriu-se gente, fez-se gente, fez-se sujeito na sua rebeldia e na sua busca de ser; ser que pensa e que fala, e que na sua fala revela o seu pensar que se torna ação – ação que transforma a si próprio, transformando seu próprio mundo, o mundo dos outros, a história. [...]. (BORGES, 1997, p.171).

Deste modo, foi observado no assentamento Estrela da Ilha, que o trabalho familiar é predominantemente desenvolvido pelo homem e pela mulher, ou seja, pelo casal. Pois quando perguntados sobre filhos, em 96% dos lotes visitados há famílias com filhos, porém notamos a ausência deles na força de trabalho no lote. As razões são muitas, por exemplo, nos lotes em

que os filhos residem com os pais, a maior parte está em período escolar, o que indica a dependência ainda dos genitores. Em outros casos, os filhos só vão ao lote para descansar, pois desenvolvem trabalho não agrícola na cidade. Encontramos ainda lotes em que não havia nenhum filho, pois eles moram fora, por razões diversas (casados, trabalhando, estudando).

Neste sentido, houve relatos em que alguns filhos ajudam financeiramente os pais, mas a partir do trabalho que fazem fora do lote, como no caso da assentada Onice. “Minha filha trabalha e mora fora, e ela mandou dinheiro pra gente terminar de construir a casa, sabe? Fazer de laje, né [...] pra não entrar bicho. Ela sempre pergunta se a gente precisa de alguma coisa, ela ajuda muito a gente.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Outro caso é do assentado João, sua filha trabalha e reside na cidade. Conforme o relato, ela optou por continuar morando na área urbana porque isso facilita no acesso ao trabalho. Vale ressaltar que quando os pais conquistaram a terra, seus filhos mais velhos já exerciam o trabalho não agrícola. Daí o motivo de encontrarmos, predominantemente, só os casais nos lotes.

Tem-se, então, de um lado, uma descontinuidade construída intencionalmente, isto é, a interrupção estratégica do tempo da tradição, para restaurar a tradição e, com ela, a continuidade em outro momento futuro. [...]. (WOORTMANN, 1990 p.19).

No entanto, foram observados também alguns casos em que os pais depois da conquista dos lotes cederam uma parte do terreno para que seus filhos pudessem se agregar e construir casas para morarem juntos. Entre os filhos, há casados e solteiros nesta condição. Junta-se a isso ainda o exemplo de filhos que entraram na luta pela terra na fase de acampamento e puderam conquistar um lote. E moram vizinhos aos pais, o que ajuda na realização das atividades em conjunto.

Há ainda casos simbólicos, como em um dos lotes visitados onde o trabalho é desenvolvido por duas irmãs e seus filhos. Uma das irmãs tem filhos gêmeos de 23 anos que ajudam muito na produção no lote. Segundo relato a Sra. Maria do Carmo, antes de adquirir terra, ela era professora. Foi ela uma das que ajudou a organizar o acampamento. Através de seu depoimento nota-se que estão muito satisfeitos com a vida assentamento: “Aqui a gente trabalha em conjunto, porque uma andorinha só não faz verão, eu não dou conta sozinha né!? E tem muita coisa pra fazer, se você vê aqui, se quiser carpir é da hora que acorda até o outro dia.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Na pesquisa sobre assentamento é pertinente também relatar o sentido da terra conquistada e a adaptação das famílias, na busca por estratégias de permanência na terra

dentro do projeto familiar. Deste modo, homens e mulheres buscam alternativas viáveis para a conquista da qualidade de vida que seja superior àquela que tinha em outros tempos e lugares.

Destarte, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o que se percebe é que os camponeses demonstram grande habilidade para se adaptar rapidamente a essa nova vida e aos problemas no campo. São flexíveis e se ajustam, logo encontram soluções para ganhar a vida; aí entra a combinação da produção camponesa na terra e a não agrícola expressa no trabalho fora do campo, nas cidades, no comércio, nas fábricas, nos canaviais, entre outros. Tudo isso que a princípio os descaracterizam como camponeses, não é feito para saírem do campo, mas sim, para conseguirem permanecer e manter uma vida mais estável e satisfatória às suas necessidades básicas.

Neste sentido Shanin ressalta:

[...] Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas [...]. (2008, p.25).

Para Chayanov (1974), na unidade camponesa, a força de trabalho da mulher é utilizada predominantemente no trabalho doméstico, pois geralmente é visto que a mulher trabalha mais, porém o seu trabalho não é tão pesado, se comparado ao do homem.

Entretanto, quando observado em visitas aos lotes, notamos divergência em relação a teoria, pois percebemos que no Assentamento Estrela da Ilha, a mulher, além do trabalho doméstico, auxilia o homem nos trabalhos no campo, principalmente quando ele se ausenta para cuidar da comercialização da produção. Ela permanece no campo e executa algumas tarefas que são normalmente feitas pelo homem. Apenas em quatro das 52 famílias entrevistadas, as mulheres saem para o serviço não agrícola na área urbana, como relatou o Sr. Cícero sobre sua esposa: “Vixi, essa mulher ai é forte, não tem medo de nada não. Quando não estou aqui, ela cuida de tudo, dos animais e da roça.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Neste sentido, há no assentamento um grupo de mulheres que se reúnem todas às quartas-feiras, pois a intenção é arrecadar verbas para a reforma da cozinha que faz parte da sede da fazenda. Objetivam trabalhar com uma cooperativa e montar uma padaria para começarem a produzir pães e doces para a comercialização.



Foto 13 - Reunião das mulheres.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2011.

Essas mulheres relataram que já fizeram cursos e aprenderam a fazer pães e doces. O que falta é verba e auxílios para começarem o projeto: “Estamos organizando um bingo, e a Prefeitura também está ajudando. A nossa intenção é organizar as mulheres para mostrar para a comunidade que somos pessoas de bem.” (Sede do assentamento, jul/2011).

Registra-se, é verdade, um processo de busca por alternativas diferenciadas de uma família para outra que, ao longo das vivências e das formas experimentadas, vão passando por um processo de reacomodação⁸ nas relações de produção e reorganização do espaço produtivo.

Como nas palavras de Shanin (2008) é possível perceber que: o antigo slogan “terra e liberdade” ainda está vivo. Mesmo que passem anos, essa força mobilizadora leva as pessoas a lutarem por uma vida melhor para elas próprias e para os outros.

Portanto, durante o século XIX, esteve presente o debate a respeito da definição do campesinato e a sua direção de acordo com as mudanças em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, e quais ações políticas deveriam ser adotadas diante disso. “Hoje, no século XXI, nós sabemos que alguns elementos daquele debate e daquelas projeções foram antecipações do que realmente se realizou.” (SHANIN, 2008, p.23).

Em virtude disso, houve a previsão de que se diminuiria a participação do campesinato no total da população mundial e que em alguns países o camponês iria ter a necessidade de optar por trabalhos alternativos.

A explicação seria que a condição de pobreza não se supera no trabalho na terra, e isso faz com que o camponês de hoje busque alternativas que ajudem sua permanência na terra conquistada.

⁸ Termo utilizado por (BERGAMASCO, 1994).

[...] Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês. (SHANIN, 2008, p.25).

Essas formas diferenciadas de campesinato tem sido o caminho que as famílias encontram para se manterem estáveis, pois a busca por alternativas para a sua subsistência econômica é que nos remete ao entendimento dessa complexidade camponesa.

Shanin (2008, p.34) também nos esclarece sobre os camponeses e suas dificuldades na reprodução, afirmando que isso gera uma variação dentro do próprio campesinato, como ele mesmo os denominou, “quase camponeses”, camponeses marginais, camponeses marginalizados, entre outros, se quisermos. Ele ressalta que, ao compararmos os modelos com a realidade, é na realidade que a definição torna-se complexa, porém os modelos não são inúteis, mas tratá-los como realidade é inútil e perigoso. O autor ainda explica que uma das características principais do campesinato é que ele corresponde a um modo de vida e a uma combinação de vários elementos; só assim entendemos o que ele é. Destaca ainda que uma realidade fixa é difícil de se encontrar no campesinato, porque ele é movimento.

A busca pela mudança em meio ao uso das experiências adquiridas ao longo de sua vida, em épocas anteriores – ou, até mesmo, sua reinvenção como camponês, é que irá firmar a identidade desses trabalhadores do campo que buscam, dia após dia, o resgate dos direitos e da dignidade através de suas lutas.

Neste sentido, Borges (1997, p.165) afirma que:

É no bojo dessas contradições que emerge a identidade do assentado. Uma identidade nova, embora calcada na antiga – na sua história remota, na sua história recente e na sua história atual; forjada nas relações que viveu e que está vivendo, relações que o marcam fortemente, quer através de experiências positivas, quer através das experiências negativas; quer através da sua visão de si, quer através da forma como o veem os outros, identificados com ele ou a ele se opondo. Uma identidade nova, brotando de um novo modo de vida que se estabelece a partir do assentamento. [...].

Deste modo, no momento da consolidação do sonho da propriedade familiar e na luta pela permanência na terra, torna-se possível a identidade de acordo com que a terra lhes representa, isto é, a terra de trabalho. Porém, pode ser, ao mesmo tempo, uma identidade nova e velha a resgatar a condição camponesa, como se pode perceber na narrativa da assentada Márcia:

Hoje a gente pode falar que nós somos ricos, privilegiados. Ganhamos essa terra aqui e “tamos” ricos graças a Deus, tem de tudo e tem dignidade também e tudo que a gente planta, a gente colhe, a gente vende [...] é tudo isso que Deus deu pra gente e a gente tá aí, plantando, colhendo e vendendo.

Tem o queijinho aqui que eu fiz, tem a mandioca e tem o leite. (Sede do assentamento, jun/2011).

A noção da identidade que está sendo criada pelos assentados é visível através das visitas ao local. Observando as casas que foram construídas, nota-se que as pessoas deixam a identificação e os traços característicos do seu novo lar, um lar camponês. A criação de animais de estimação e a denominação de seu lote como sítio, independente do tamanho da área, revelaram que o que predomina é o caráter produtivo de explorar seu terreno, daí a necessidade das cercas que foram postas na maioria dos lotes. Isto mostra o prazer de ser camponês e que é um espaço familiar, isto é, é a territorialização do espaço adquirido, como foi anunciado nos relatos da assentada Sra Sônia:

[...] Meu sonho está realizado, que se um dia eu fechar os olhos e meu marido fechar os olhos, meus filhos tem a terra, tem a casinha pra eles morar [...]. Então eu falo de coração e alma porque eu lutei, valeu a pena porque eu tenho a minha casa. E muita gente vai lá perguntar: você não quer vender? Aí eu falo: Ali na porteira tem alguma placa dizendo vende-se? Então pode voltar que eu não quero vender não. Então isso é o meu prazer, é ter a minha casa. (Sede do assentamento, jun/2011).



Foto 14 - Simplicidade camponesa.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2011.

[...] Identidade se fazendo e se transformando; identidade metamorfose, enriquecendo a identidade inicial, o seu próprio ser. Identidade se fazendo numa nova etapa que se inicia no assentamento, na posse dos lotes que cabem a cada um, na nova condição de assentado, dono da sua terra, que entretanto só será realmente sua se souber e der conta de transformá-la, pelo seu trabalho, naquilo com que sempre sonhou – terra para plantar, para colher, criar seus filhos e, sobretudo, para viver a plenitude de ser humano que ele é. (BORGES, 1997, p.171).

Essa é a nova geografia desses assentados camponeses, a marca que vão deixando no território, ou seja, a identidade escrita na terra, reflexo da luta cotidiana pela reprodução do seu modo de vida.

3.4.2 – Famílias associadas e cooperadas: limites e perspectivas

Conforme os relatos do trabalho de campo, o fator mais relevante dentro do assentamento é a auto sustentação das famílias. No entanto, no Brasil, alguns assentamentos que se dispuseram a desenvolver suas atividades de forma cooperada têm relatado resultados positivos. Portanto, muitos veem nas cooperativas de produção e serviços o suporte, e a possibilidade, para a continuidade e viabilidade das atividades agrícolas dentro dos assentamentos.

No momento da consolidação dos sem-terra como assentados, a intenção governamental é de que se tornem agricultores, onde possam principalmente produzir alimentos básicos, atender as suas necessidades e a da população que habita próximo ao assentamento.

Segundo Bergamasco, o termo assentamento surgiu no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da Reforma Agrária Venezuelana, em 1960, chegando a outros países. Deste modo: “os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra.” (1996, p.07).

Porém, apesar de alguns resultados positivos, esta inserção cooperada ainda não está ocorrendo de forma homogênea pelo Brasil, pois há algumas dificuldades e barreiras enfrentadas. Ou seja, falta de orientações e assistência técnica adequada para orientar situações como: a insistência no cultivo de um único produto agrícola, o exaurimento da fertilidade natural do solo, os poucos recursos disponíveis, a pequena área da parcela, etc. Observando ainda o número, às vezes excessivo, de dependentes na família.

Isso quer dizer que os assentados nem sempre possuem disponibilidades de recursos financeiros, e principalmente técnicos quando iniciam suas atividades na terra conquistada. Assim, a aquisição de tratores, equipamentos, créditos, sementes, combustíveis e alimentação podem transformar a primeira colheita impossível para uma família que se encontra isolada no seu lote.

Em resultado, os assentamentos até o momento existentes são espacialmente dispersos, muitas vezes sem nenhuma infraestrutura viária (dificultando ou mesmo inviabilizando mercados para os produtos gerados), com apoios financeiros, de assistência técnica, sanitário e educacional em geral muito deficientes. Nos locais onde se verifica uma maior concentração de projetos, ela se deve muito mais à própria forma que as lutas por terra assumiram em determinadas regiões do que a uma opção prévia de intervenção coordenada. (MEDEIROS; LEITE, 2004, p.19).

No assentamento Estrela da Ilha, quando perguntamos aos assentados sobre a assistência técnica proveniente do INCRA, a maior parte dos entrevistados respondeu que não recebe nenhuma assistência, mostrando, dessa forma, certo desconhecimento sobre esta função do Estado a qual deveria ser disponibilizada para os lotes.

Notamos que muitas das informações sobre maneiras adequadas para o melhor desempenho da produção são adquiridas de formas variadas; uns dizem usar das experiências adquiridas ao longo da vida ou utilizam de informações passadas de uma família assentada para outra; e algumas famílias preferem buscar informações nas lojas onde compram seus produtos agrícolas.

Por conseguinte, quando consultamos uma das lideranças do assentamento sobre a assistência técnica, a informação foi diferente. Houve o relato de que há no assentamento a visita de duas técnicas do INCRA, e isso ocorre duas vezes por semana (às quartas-feiras e sextas-feiras). Porém, elas ficam na sede do assentamento, e quando alguma família necessita de auxílio, ela tem que se deslocar até lá. Assim, relatou uma liderança: “Se eu precisar delas, aí eu ligo antes, porque pode ser que eu não encontre elas lá.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Outros demonstram grande descontentamento em relação à atuação do INCRA no assentamento, alguns dizem que já faz uns cinco ou seis meses que não vêem técnicos visitar o assentamento. Vejamos o relato de um assentado: “Quem falar que vem técnico do INCRA ficar aqui, está mentindo.” (Assentamento Estrela da Ilha, jan/2012).

Buscamos entender esta controvérsia em relação a assistência técnica, e a última informação a respeito do assunto é que os técnicos do INCRA não estão mais indo no assentamento. O motivo, segundo relatos dos assentados, é que provavelmente tenha vencido

os contratos das técnicas. Enfim para de obter assistência técnica do INCRA é preciso ligar antes e marcar um dia. Assim, alguns acabam buscando ajuda particular no comércio ou clínicas veterinárias.

Portanto, a partir da conquista da terra sonhada, são impostos aos assentados desafios, incertezas e muitas expectativas de produção econômica. Logo, para que o assentamento se torne viável economicamente, é necessário estabelecer algumas relações com instituições públicas e privadas. Desta forma, esse ambiente onde os trabalhadores são inseridos nem sempre corresponde às suas necessidades. Essa precariedade pode ocasionar impedimento de avanços produtivos.

Há a necessidade de alguns assentados buscarem formas associadas e cooperadas para dar início às suas atividades, contando com o apoio não só do MST, como da Igreja, dos órgãos governamentais e de prefeituras - quando o assentamento encontra-se próximo aos municípios.

Logo, a união dos trabalhadores para a socialização política permite organizarem-se na prática para participar, negociar e lutar, e eleger um representante; assim forma-se a identidade do assentamento para resolver problemas e achar soluções do interesse de todos.

Como ressalta GRZYBOWSKI (1991, p.61):

O resgate político da cultura popular no campo, abrindo possibilidades para a sua renovação, é um ponto a destacar no processo de socialização decorrente dos movimentos. Ele, me parece, é o ponto de partida para se pensar os valores, símbolos e formas de uma cultura política diferente que se consolida no campo, aqui e ali, com matrizes da gente que vive na região, certa autonomia de iniciativa e ação, a valorização de seu jeito de ser, a descrença em partidos e no Estado, e a consciência de que direitos não se ganha, mas se conquistam, dão vida e forma aos movimentos sociais.

Porém, no assentamento pesquisado, a forma de desenvolver as atividades fica a critério de cada assentado com sua família. Logo, observa-se que em cada assentamento a forma social da produção adquire características de acordo com as trajetórias do próprio grupo.

Assim concordamos com Bergamasco (1996, p.58), quando a respeito dos assentamentos escreve: “No momento em que a luta pela terra cede espaço ao cotidiano da produção, surgem novas formas de mobilização social daqueles que de ‘sem-terra’ se transformam em “assentados.”

Desta forma, a organização social anterior a conquista da terra, servirá como referência para a realização das variadas e criativas formas de organização das atividades no campo, como salienta Farias ao observar que:

A conquista da terra perpassa também a esperança dos assentados em romperem com a insegurança, o desconforto, enfim, com a precariedade da vida na cidade. Porém, deparam-se com o dever de produzir e permanecer nessa terra. Assim, inicia-se a ambiguidade da vida-travessia no assentamento, onde as relações tecidas na convivência entre os grupos não estão livres de conflitos, principalmente, frente às diferenças nas formas de produção. (2007, p.41).

Partindo do pressuposto de que o assentamento se forma a partir da organização de pessoas com o mesmo propósito que é a conquista de um pedaço de terra, as formas de trabalho em conjunto podem trazer vantagens econômicas, sociais e políticas. Isso permite que os poucos recursos adquiridos sirvam para todos em igual quantidade, para desta forma reforçar a capacidade de reivindicação para resolver problemas sociais e econômicos.

O mutirão, a associação e a cooperativa estão entre as práticas utilizadas pelos assentados entrevistados para o melhor desenvolvimento e desempenho das atividades no campo. Há também aqueles assentados que preferem trabalhar por conta própria só com a força da família, se deslocando e vendendo seus produtos onde acharem melhor.

Bergamasco (1996, p.59) explica como são as associações:

As associações muitas vezes representam continuidade, aperfeiçoamento e formalização dos mutirões. Os acordos entre seus integrantes são colocados no papel e suas resoluções devem ser seguidas por todos. Isso normalmente ocorre em função da compra coletiva de máquinas e equipamentos, ou quando a liberação de créditos o exige. Nestes casos, as associações acabam sem fins lucrativos, com estatuto, diretoria eleita e outras prescrições. [...].

O Assentamento Estrela da Ilha conta com três associações, porém as entrevistas revelam que há poucos participantes. Por exemplo, não foi demonstrada muita satisfação com uma das Associações, principalmente pelo preço cobrado pelo aluguel do trator, como relata o assentado Joacir: “Está caro quando precisa do trator, quem faz parte da associação paga R\$ 70,00 pelo aluguel e quem não é associado paga R\$ 90,00. Eles ‘deveria’ cobrar menos. Então eu saí.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2011).

Além do uso coletivo do trator, a associação do próprio assentamento trabalha com o projeto do Programa de Aquisição de alimentos/PAA, em que alguns assentados estão participando.

Além das associações, o assentamento conta com três cooperativas, uma do próprio assentamento que também trabalha com o PAA, e mais duas cooperativas que trabalham com o leite. Uma das cooperativas é da cidade Pereira Barreto/SP (PERLAT) que também está vinculada com o PAA, e a outra é da cidade de Andradina/SP (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo/COAPAR). Estas duas últimas se deslocam até o assentamento, onde fazem a coleta do leite levando para os seus laticínios.



Foto 15 - Entrega do leite que vai para a Coapar (Andradina).
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2011.

Portanto, nem todos os assentados manifestam interesse em trabalhar em conjunto com essas cooperativas ou associações. Talvez, isso se deva em alguns casos à baixa produção dos que produzem exclusivamente para o consumo próprio. Porém, pode ser também pelo fato de não quererem depender de terceiros. Pois as pesquisas mostram que o camponês quando busca a terra tem como sonho a questão da liberdade, da autonomia de poder comercializar o seu produto da maneira que achar melhor, de acordo com suas necessidades e disponibilidade de produção, sem ter que seguir um plano de entrega.

Na tabela 3 percebemos as diferenças entre os assentados quando relatam o destino de sua produção.

Tabela 3 - Destino dos produtos produzidos nos lotes

Destino da Produção	Nº de Assentados
Cooperativas (leite e PAA)	20
Auto-consumo	6
Venda cidade/feiras	8
Venda no próprio lote	5
Nada Produz	3
Associações	10

Fonte - Pesquisa de campo, 2011.

Assim, observamos a heterogeneidade na forma de comercialização da produção. Alguns optam por vender os produtos à comunidade, se deslocando e oferecendo nas casas. Outros por participar das feiras. Uma acontece aos sábados em uma alameda da cidade, e outra aos domingos, no centro da cidade de Ilha Solteira/SP.



Foto 16 - Feira aos sábados.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2012.



Foto 17- Feira aos sábados.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2012.



Foto 18 - Feira aos domingos.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA. 2012.

Tem ainda os que participam dos projetos do governo como o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA para doação simultânea ligada a Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB. Um dos projetos é viabilizado por meio de uma cooperativa às quartas-feiras em um bairro da cidade (este foi o primeiro projeto) e, outro, é através de uma associação, às terças feiras na sede do próprio assentamento. E têm as famílias que aproveitam todas as oportunidades que o assentamento oferece, participando das cooperativas, da associação e da venda dos produtos na cidade.

Têm alguns casos em que os assentados buscam outras formas para vender os produtos como nos relatou a assentada Maria do Carmo: “eu vendo no mercado, vendo numa banca, vendo em todo lugar. Eu monto lá na esquina do posto, uma banquinha de pimenta. Tem pimenta, tem abóbora, tem maxixe, tem quiabo.” (Assentamento Estrela da Ilha, jan/2012).

Entretanto, como já foi discutido anteriormente, há famílias com pouca produção e que buscam por trabalho não agrícola, lembrando o fato de que o assentamento é próximo à cidade - aproximadamente 500 metros de distância; o que facilita a procura por essa alternativa.

Através de depoimentos de alguns assentados ficou claro que há insegurança em se trabalhar com as cooperativas. No depoimento da assentada Nair, ela emitiu a seguinte opinião: “Não participamos mais de cooperativas, pois se o líder se afundar em dívida todos os cooperados têm que ajudar a pagar as dívidas. Prefiro trabalhar por conta, sem dívida, pois quem entra em dívida, só anda pra trás.” (Assentamento Estrela da Ilha, jul/2012).

Alguns assentados, que trabalham com a cooperativa e outros com a associação via projeto do PAA, relatam contratempos que acontecem, como: atraso dos pagamentos pela doação da produção. Apesar disso, ainda continuam trabalhando, pois revelam que com o PAA eles têm ao menos quem compre o que foi produzido. Isso foi perceptível na fala do

assentado Bruno: “A vida melhorou bastante, principalmente com as cooperativas, pois se não tiver uma linha de produção certa, sem as cooperativas não tem jeito.” (Assentamento estrela da Ilha, jul/2011).

Percebemos na fala dos que defendem as formas organizativas que elas são colocadas como panacéia, logo é obrigação o assentado fazer parte delas. Esta situação de caminho obrigatório acaba indo contra o projeto de autonomia da família que vê seu relativo poder de decisão sobre o que produzir esvaziado, uma vez que esta passa a ser decidida coletivamente. Nota-se que esta situação precisa ser avaliada como alternativa para aqueles que têm disposição para o trabalho cooperado, sem invalidar quem decide pelo caminho familiar de produção e venda. Como já dito anteriormente, a vida no assentamento é muito diversa, logo os caminhos da produção e comercialização também devem ser.

O fato de algumas famílias optarem exclusivamente pelo trabalho familiar, até depois de terem por algum tempo atuado em associação ou cooperativa, pode ser explicado pela estranheza a este tipo de organização de cooperação entre os agricultores.

3.4.3 - A parceria na comercialização: o caso do PAA e PNAE

A comercialização da produção agrícola familiar na história do Brasil sempre gerou frustrações e desestímulos para os pequenos agricultores, pois na maioria das vezes esteve entregue aos atravessadores e comerciantes que compram os produtos camponeses a preços aviltantes. Portanto, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE são instrumentos legais da política agrícola brasileira, que revela de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção e trazem segurança a pequenos agricultores e os incentivam a produzir. Assim, conseqüentemente, poderão oferecer seus produtos para a população em geral e mais carente, em especial. Isso representa uma conquista da luta pela permanência na terra, expressão da ação dos movimentos sociais por soberania alimentar.

O PNAE foi criado oficialmente em 1954 pelo Ministério da Saúde, sob a inspiração de Josué de Castro, e depois transferido, em 1955, para o Ministério da Educação. Mas foi em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que ficou estabelecido que é dever do poder público garantir o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental, no período em que ficarem na escola, isto é, o programa garante aos alunos pelo menos uma refeição ao dia, durante todo o calendário escolar. É conhecido como Merenda

Escolar⁹ e consiste na transferência de recursos financeiros do governo federal, em caráter suplementar aos estados, Distrito Federal e aos municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao fornecimento de alimentos para os alunos.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, que é vinculado ao Ministério da Educação, é o responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa. Esse foi o princípio da Lei 11.947/2009, cujo artigo 14 garante que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE sejam direcionados para a aquisição de produtos da agricultura familiar, como segue:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas¹⁰.

Em resumo, tem como beneficiários do programa os alunos da educação infantil, incluindo as creches e pré-escolas do ensino fundamental, da educação indígena, das áreas remanescentes de quilombos e da educação especial, matriculados em escolas públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Ou em estabelecimentos mantidos pela União, bem como os alunos de escolas filantrópicas, em conformidade com o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/INEP.

O Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, foi criado em 2003, sendo uma das ações do Programa Fome Zero. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, é desenvolvido com recursos do Ministério Social e Combate à Fome/MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Suas diretrizes são definidas por grupo gestor, que tem a coordenação do MDS, sendo composto por mais cinco ministérios. Contribui para a garantia de estoques estratégicos e armazenagem de produtos para que se possa comercializá-los a preços justos.

Seu objetivo é garantir o acesso a alimentos em quantidades necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta é uma forma que está sendo atualmente muito utilizada para garantir a inclusão social. Vejamos uma parte dos objetivos no Manual do programa (2004, p.04):

Promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação desta produção, visando o desenvolvimento da economia local e o

⁹ Informações coletadas e disponíveis em: www.portaldatransparencia.gov.br, acessado em 06/08/2011.

¹⁰ Informações coletadas do Diário Oficial da União – Seção 1 nº 113, quarta-feira, 17 de junho de 2009.

atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais locais.

Este programa favorece a aquisição de alimentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com a isenção de licitação, a preços compatíveis aos mercados regionais. Assim, a produção alcançada pelas famílias é destinada a entidades da rede socioassistencial envolvidas em ações de alimentação, entre elas: equipamentos públicos de alimentação e nutrição que envolvem restaurantes populares; cozinhas comunitárias e bancos de alimentos; as famílias em situação de vulnerabilidade social e para a formação de cestas de alimentos distribuídas à população em grupos específicos.

O programa é executado por meio de cinco modalidades, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB, dos governos estaduais e municipais. A participação no programa é para agricultores identificados como agricultor familiar, que serão enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, sendo assim identificados por Declaração de Aptidão ao Pronaf/Dap, conforme consta no manual:

O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento da documentação, devendo o Produtor/Fornecedor indicar a instituição bancária, o número da conta corrente e da agência, para o recebimento do valor referente à venda do produto. Na eventual inexistência de conta bancária, o beneficiário deverá dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil S/A, de posse do CPF e dos documentos oficiais de identificação para o recebimento do pagamento devido. (MANUAL DE ORIENTAÇÃO AO PROPONENTE, 2004, p.05).

Neste contexto, o projeto do Governo Federal, através de cadastro de entidades municipais, passa a doar a produção gerada pelo agricultor familiar. No caso em questão, vamos nos deter na situação do Assentamento Estrela da Ilha que participa do PAA, por meio de dois projetos, um pela Cooperativa Campo Verde, e tem como responsável o assentado Moraci Noel de Souza, mais conhecido como “Moura”, e outro, por meio da Associação dos Trabalhadores Rurais de Ilha Solteira Terra é Vida, tendo como responsável Valmir Fernandes Correa.

Com dito anteriormente, há outras cooperativas que atuam no assentamento, mas vamos nos dedicar mais ao estudo da cooperativa que pertence aos assentados do projeto Estrela da Ilha. Vamos iniciar pela experiência da cooperativa que apareceu primeiro nos relatos dos assentados e que concentra suas atividades de distribuição dos produtos as quartas-feiras.

A distribuição dos produtos para os que participam da Cooperativa Campo Verde do “Moura” ocorre todas às quartas-feiras, no galpão da Igreja Católica Santo Expedito, em um bairro da cidade de Ilha Solteira. No entanto, conta também com doações da produção de outros dois assentamentos, a saber: o Assentamento Santa Maria da Lagoa, também do município de Ilha Solteira e o Assentamento Cachoeirinha, de Itapura/SP.

A movimentação começa cedo, a partir das sete horas da manhã. Neste horário os caminhões de entrega começam a chegar com produtos, dentre os quais: hortaliças, legumes e leite.

No entanto, para a entrega dos produtos na Igreja Santo Expedito os caminhões passam bem antes nos lotes recolhendo a produção dos assentados. Porém, algumas entregas são feitas pelos próprios assentados que possuem condução.

Segundo relatos das lideranças do assentamento, participam do projeto cerca de 14 entidades, entre filantrópicas, da área da saúde (hospitais e entidades de apoio a portadores do HIV, usuários de drogas, alcoólatras, asilo e a escola de pequenos aprendizes de Ilha Solteira), bem como prefeituras de municípios vizinhos.

Através de alguns depoimentos coletados de coordenadores de entidades que vão buscar as doações, houve o relato de que cada entidade tem sua forma de utilização dos produtos, onde há, em cada entidade, uma lista de pessoas que vão buscar as doações. Como complemento às cestas básicas, algumas entidades, além de doar os produtos, utilizam-nos no preparo de sopas para pessoas carentes do município.

O programa também envolve a doação de leite produzido no assentamento. A cooperativa PERLAT de Pereira Barreto/SP recolhe o leite nos assentamentos e entrega para o laticínio, depois, às quartas-feiras, o leite já está na forma embalada, pronto para a distribuição.



Foto 19 - Leite já envasado.

Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.

Portanto, há uma doação destes alimentos à comunidade mais necessitada. Isso ocorre após um cadastro, em que essas pessoas passam a ter o direito de receber a doação que será feita pela entidade, porém o critério utilizado para se fazer o cadastro é que sejam de baixa renda.

Segundo o assentado Jailton Mota, que é responsável pela organização dos cadastros das entidades e comunidades no projeto, “há pessoas com alguns problemas de saúde, e que precisam de uma boa alimentação”. [...] “os cadastrados são pessoas principalmente dos bairros mais pobres da cidade do Jardim Aeroporto, Novo Horizonte e COHAB.” (Igreja Sto. Expedito, jul/2011).

Nas fotos 20, 21, 22 e 23 é possível ter uma noção do processo de entrega dos produtos, ou seja, a realização daquilo que chamamos de soberania alimentar. De um lado, a produção camponesa comprada pelo Estado e, de outro, a população carente na cidade que precisa de comida.



Foto 20 - Produtos do Assentamento Estrela da Ilha.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.



Foto 21 - Leite do Assentamento trazido pela PERLAT.
Fonte – FIALHO, GLAUCIA, 2011.



Foto 22 - Comunidade aguardando as doações
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.



Foto 23 - Comunidade recebendo as doações
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.

O responsável pela cooperativa Campo Verde, “Moura”, nos conta como é feito o pagamento para aqueles assentados que vendem para o PAA, via cooperativa.

a contabilidade é feita através de reunião que a gente faz no assentamento. Uma vez por mês contabiliza tudo que foi entregue, vê se bate; depois a gente manda para a contadora no escritório que faz a prestação da conta e manda para a CONAB, que faz o pagamento. (Igreja Sto. Expedito, jul/2011).

Destaca-se também problemas no projeto e que precisam encontrar lugar de manifestação, a fim de serem resolvidos. Por exemplo, há assentados que participam do projeto do PAA pela cooperativa e reclamam, pois o pagamento pela produção, muitas vezes, vem atrasado. Há famílias que estão há meses sem receber pela produção, e muitos reclamam do representante do assentamento no projeto.

Entendemos, através dos relatos, que o projeto satisfaz boa parte dos que participam, principalmente aqueles que têm, de alguma forma, melhor desempenho com a produção. Porém, faltam melhorias por parte do governo no que tange o apoio à produção, como relata “Moura”:

O que melhorou na situação dos produtores, é que a gente não tinha para quem vender o produto, né?! Nesse programa da Conab, a gente tem a venda garantida; então, para o produtor, foi uma boa, mas eu acho, assim, tem muito a melhorar né?! Se tiver incentivo político ou do governo mesmo, vai melhorar bastante. Assim, o projeto e para população também né; isso aí é fundamental para eles. (Igreja Sto. Expedito, jul/2011).



Foto 24 - Produtos a serem distribuídos
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.



Foto 25- Doações recebidas
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.

Quando perguntamos acerca da participação da Prefeitura Municipal de Ilha Solteira no Programa, principalmente no que se refere à aquisição de alimentos para a merenda escolar, uma exigência do PNAE, obtivemos a informação, segundo relato do “Moura”, de que a Prefeitura passou, ultimamente, a comprar alguns produtos dos agricultores do

assentamento que vão à Prefeitura ou à cozinha municipal da cidade e oferecem sua produção. Assim, cabe aos funcionários da Prefeitura ou da cozinha municipal, opinar sobre os itens que serão adquiridos. No momento, conforme essa informação, a prefeitura não participa oficialmente do PAA.

Para maiores esclarecimentos, buscamos informação junto à Prefeitura por meio dos setores responsáveis – no caso a Secretaria da Educação, o Setor de Compras e a Cozinha Piloto¹¹ - a fim de saber se eles estão cumprindo o que define o PNAE – que é a utilização de, no mínimo 30% das verbas da merenda na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

A Secretária da Educação e o Secretário do Setor de Compras confirmaram que a Prefeitura Municipal utiliza 30% da verba do PNAE para a compra da merenda escolar dos agricultores. Porém, entre os agricultores, incluem-se os das roças familiares do município de Ilha Solteira e do Assentamento Estrela da Ilha. O Secretário nos relatou que ainda não foi feita a Chamada Pública¹². Informou-nos também que a Prefeitura não participa mais do PAA, porém não soube nos informar o porquê dessa decisão.

Neste sentido, buscamos informações sobre o assunto com a Nutricionista da Prefeitura Municipal, na Cozinha Piloto. De acordo com as explicações da nutricionista, a prefeitura não renovou o contrato com o PAA, porém ela também não soube nos explicar o motivo de não optar mais pelo Programa. Assim, ela se expressou sobre o assunto: “era ótimo quando ele participava da doação, pois assim tinha uma variedade muito grande de produtos.”

Segundo a Nutricionista, o Setor de Compras da Prefeitura possui uma lista de agricultores (roças familiares e assentamento). E, quando há a necessidade de mais alimentos, ela faz uma solicitação dos produtos que irá precisar, isto é, de acordo com o cardápio da semana, e encaminha para a Secretaria da Educação que irá encaminhar os pedidos para o Setor de Compras que entrará em contato com os agricultores.

Por conseguinte, será analisado pelo Setor de Compras qual agricultor tem os produtos na quantidade exigida pela nutricionista e a preços mais favoráveis. Porém, quando os alimentos são entregues à Cozinha, a nutricionista analisa a qualidade do alimento e, se

¹¹ Cozinha Piloto – Setor municipal de Ilha Solteira onde são produzidas as refeições que diariamente são encaminhadas aos alunos em período escolar.

¹² As Entidades Executoras (Secretaria Estadual de Educação, prefeituras ou escolas) deverão publicar, por meio de Chamada Pública (que é modalidade de edital relativo à agricultura familiar), em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, em página na internet e na forma de mural em local público de ampla circulação, quais os alimentos e a quantidade de cada um deles que desejam adquirir da agricultura familiar para alimentação escolar. Disponível em: www.mda.gov.br/alimentacaoescolar. Acessado em: 31/08/2011.

perceber que o alimento não atende às exigências de qualidade para o consumo, ela opta por outro agricultor.

Segundo a nutricionista, apesar da utilização dos produtos dos agricultores locais, há a necessidade de recorrer aos supermercados da cidade, pois alguns produtos que compõem o cardápio não são encontrados com facilidade entre os agricultores; isso se relaciona ao fato de que, em algumas épocas, certos alimentos não são produzidos.

O outro projeto é da Associação dos Trabalhadores Rurais de Ilha Solteira Terra é Vida, inscrita no PAA, que tem como responsável o Sr. Valmir Fernandes Correa. A distribuição dos produtos ocorre todas as terças-feiras, a partir das sete horas da manhã, na sede do próprio Assentamento Estrela da Ilha. Os produtos variam de acordo com a época de produção; dentre eles estão verduras, legumes e frutas.



Foto 26 - Pesagem dos produtos entregues pelos assentados.

Fonte – FIALHO, GLAUCIA, 2012.



Foto 27 - Organização dos produtos para a doação

Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2012.

Segundo o Sr. Valmir, cinco entidades estão cadastradas na Associação para ter o acesso às doações, entre elas, estão a APAE, o hospital, duas igrejas evangélicas sendo uma de Ilha Solteira, e outra, de Santa Fé do Sul/SP - município vizinho. Outras entidades tem interesse, porém ainda esperam estar devidamente cadastradas para continuar recebendo, como no caso do Hospital de Pereira Barreto/SP, que é um município vizinho ao município de Ilha Solteira/SP. Segundo relato de uma assentada, este hospital está passando por muitas dificuldades, e quando soube do programa entrou em contato para que pudesse receber as doações.

De acordo com as explicações de Valmir, a Prefeitura também não participa diretamente do PAA, mas sim, compra alguns produtos oferecidos por assentados. Inclusive ele vende alguns de seus produtos à Prefeitura, para que sejam utilizados pela Cozinha Piloto.

Esse projeto ainda está caminhando, percebe-se que é menor que o outro da cooperativa. Além disso, a população carente não está envolvida diretamente no projeto, mas sim, através das instituições que distribui essas doações em suas localidades. Provavelmente não há o conhecimento da população, pois as entregas e as doações estão sendo feitas em um local afastado da cidade (na sede). Portanto, é uma desvantagem se comparar com o projeto da Cooperativa que recebe e entrega as doações em maiores quantidades e na igreja da cidade.



Foto 28 - Produtos para doação
Fonte - GLAUCIA, FIALHO, 2012.



Foto 29 - Produtos para doação.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2012.

Não muito diferente da cooperativa, a associação passa por momentos difíceis, pois há também reclamações devido à demora do pagamento da produção. Têm ocorrido desavenças entre assentados na hora da entrega dos produtos, principalmente no que se refere à contabilidade e à falta de recursos, pois alguns assentados reclamam da pesagem. Como, desde o início dos trabalhos de doações dos produtos, não houve ainda pagamentos, e como a balança utilizada é emprestada e muito antiga, corre-se o risco de estarem fazendo a pesagem errada. Isso faz com que os assentados fiquem apreensivos e irritados na hora de deixarem seus produtos, com receio de receberem um valor menor do que foi entregue.

Segundo informações dos assentados, o atraso da CONAB em mandar o pagamento pelas doações está relacionado com o Secretário da Agricultura da cidade, que hesita em assinar os papéis que comprovam que eles realmente estão fazendo as doações. O motivo, segundo os assentados, pode estar relacionado a problemas políticos com alguns assentados envolvidos no projeto.

A existência deste impasse resultou na organização de um grupo para uma reunião com o Prefeito da cidade a fim de saber o que realmente está acontecendo e para cobrar que ele tome as providências possíveis para que essa assinatura seja feita o mais rápido possível.

Porém, os assentados relataram que não houve explicações e nem disposição para resolver essa questão por parte do Prefeito.

Após alguns dias, pudemos presenciar, no local onde ocorrem as doações, uma grande discussão sobre a questão da demora dos pagamentos e sobre a assinatura dos papéis que deveriam ser enviados à CONAB e que confirmam a ocorrência das doações. O Secretário da Agricultura, juntamente com outras pessoas que se apresentaram como fiscais, sendo, uma assentada de outro projeto e três pessoas da cidade, denominadas voluntárias, se deslocaram até a sede do assentamento para fiscalizar se realmente está correta a forma como estão sendo feitas as doações.

Porém, a visita dos fiscais foi conturbada. Chegando ao local, observaram que realmente está ocorrendo as doações, porém explicaram que o Conselho, que fiscaliza se os projetos estão funcionando de forma correta e se as instituições que recebem as doações estão devidamente cadastradas, foi criado a pouco tempo.

Os fiscais do Conselho exigiram uma lista de todos os produtores cadastrados, seus documentos, e as notas de todos os dias em que entregaram os produtos. Depois disso feito, avisaram que seriam enviados esses documentos à CONAB. Entretanto, teriam que esperar mais sessenta dias para começarem a receber os pagamentos, caso não concordem permaneceriam sem receber.

Este encaminhamento gerou a revolta dos associados, pois relataram que, há seis meses, não recebem nada e, por isso, não vão enviar as notas. Como disse um assentado: “como vou dar as notas do que entreguei se não recebi nada ainda!? [...] Paga a gente primeiro que depois eu mando as notas.” (Sede do Assentamento, jan/2012).

O responsável pela associação, Valmir, nos explicou que, quando foi iniciar o projeto, assinou uns papéis em São Paulo, com um dos funcionários da CONAB e que esta pessoa está ciente dos trabalhos de doação no Assentamento. Para Valmir o mais fácil a fazer agora é que o Secretário assine e acabe logo com os atrasos nos pagamentos: “Essa questão de conselho foi criado para acabar com o nosso projeto aqui, é uma maneira de frear a gente [...] Estes fiscais deveriam estar aqui pra ajudar a gente, pois eles sabem como é difícil pro assentado produzir e ter onde vender a produção.” (Sede do Assentamento, jan/2012).

Observamos e ouvimos ao longo das discussões que alguns assentados estavam desanimados em continuar produzindo e doando seus produtos. Já outros ainda pensavam de forma positiva, e nos disseram que, mesmo assim, iriam continuar na associação, pois teriam

que receber pelo que já havia sido entregue, porque o funcionário da CONAB lhes deu garantia sobre esse projeto.

Por fim, em última visita à sede do assentamento e local das doações, foi observada uma grande diminuição de produtos para as doações; notamos poucos produtores e grande desânimo naqueles que estavam ainda deixando seus produtos. E, portanto, a permanente falta de respostas a respeito do dinheiro que precisa ser pago a eles através da CONAB.

Segundo relato de um dos assentados, o dinheiro que a CONAB teria que enviar já está chegando próximo a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), devido ao acúmulo de meses que não houve pagamentos. Ou seja, nunca houve pagamento algum pelas doações feitas - desde o mês de agosto de 2011 quando começaram com o projeto.

Nesse sentido, analisamos até o momento que os programas PAA e PNAE podem promover o desenvolvimento dos assentamentos brasileiros de forma favorável aos agricultores possibilitando sua inclusão, desde que funcionem. E que a burocratização do programa deve ser evitada e a interferência de interesses políticos locais fiscalizados pelos órgãos federais, do contrário a velha desconfiança dos camponeses quanto a programas enganadores do governo será reforçada. Enfim, se faz necessário observar e cobrar melhor aplicabilidade desses programas e a participação das Entidades Executoras, a fim de se alcançar avanços para a agricultura camponesa e a soberania alimentar local.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada, primeiramente, com o intuito de compreendermos o histórico agrário brasileiro que resultou na desigual divisão de terras, concentrando-as nas mãos de uma classe privilegiada: os grandes proprietários. Recorremos às explicações de Castro:

Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo. (Castro, 1984, p.268).

A partir daí, vários conflitos por terras estão registrados na história do Brasil, como citamos: Palmares, Canudos, Contestado, greves nos cafezais paulistas, Trombas e Formoso e as Ligas Camponesas, entre inúmeros outros. Todas estas lutas demonstram a vontade desses excluídos na busca pela liberdade na terra, onde possam ser os proprietários familiares sem precisar seguir o tempo do relógio dos capitalistas. Tais fatos fizeram com que os movimentos camponeses se tornassem mais fortes, com a organização da classe e sob a influência de organizações políticas e partidárias, consolidando-se, assim, propostas e exigências de reforma agrária.

Consequentemente, o Brasil se transformou em um país em que os projetos para reforma agrária permanecem sem muito apoio e com grandes obstáculos para os trabalhadores rurais, que se organizaram e formaram vários movimentos de luta pela terra.

Resumindo o que foi analisado no primeiro capítulo desta pesquisa, transcrevemos as palavras de Martins sobre a origem do capitalismo no Brasil e como foram divididas as terras (2010, p.09):

País continental, com abundância de terras incultas e um regime fundiário de livre ocupação do solo, condenou-se, nesse ato, ao fim do latifúndio, e, consequentemente, da economia escravista que sobre ele florescera, da sociedade aristocrática que dele se nutrira. Duas semanas depois, porém, o Brasil aprovou a Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado.

Para os trabalhadores rurais, uma reforma agrária seria a melhor maneira para que houvesse uma redistribuição de renda, de poder e de direitos, oferecendo-lhes alternativas viáveis para que não haja mais migração. Dessa forma, hoje no Brasil, o regime jurídico da propriedade tem seu fundamento na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, XXII e

XXIII da atual Lei Magna, onde se diz: “é garantido o direito à propriedade e a propriedade atenderá a sua função social”.

Porém, no meio rural, é notório que não só medidas políticas são necessárias, como também medidas judiciais para garantir a implementação total da reforma agrária em nosso país. Permanece a necessidade de se direcionar uma reforma agrária mais abrangente, de uma forma que atenda aos produtores rurais sem-terra ou de pouca terra. Desse modo, possivelmente iria resolver problemas de produção no campo, cultivando grandes extensões de terras ociosas, e levaria alimentos variados à mesa de grandes populações, pois sempre houve no Brasil um modelo de desenvolvimento agrário mais voltado aos interesses dos grandes capitais. Castro (1984, p.286) já alertava:

O tipo de reforma que julgamos um imperativo da hora presente não é um simples expediente de desapropriação e redistribuição da terra para atender às aspirações dos sem-terra. Processo simplista que não traz solução real aos problemas da economia agrária. Concebemos a reforma agrária como um processo de revisão das relações jurídicas e econômicas, entre os que detêm a propriedade agrícola e os que trabalham nas atividades rurais. Traduz, pois, a reforma agrária uma aspiração de que se realizem, através de um estatuto legal, as necessárias limitações à exploração da propriedade agrária, de forma a tornar o seu rendimento mais elevado e principalmente melhor distribuído em benefício de toda a coletividade rural.

No entanto, no segundo capítulo, analisamos que a classe camponesa no Brasil nunca saiu do processo de permanente construção. Entendemos de que maneira os movimentos sociais no campo se manifestam, se materializam e como se configuram de maneira própria no território brasileiro. As várias transformações que tem passado, e ainda passa o campo brasileiro, faz com que cresça a organização de movimentos sociais rurais.

Os projetos de reforma agrária no Brasil não ajudaram a conter os conflitos por terras, pois sempre ofereceram vantagens aos grandes proprietários, o que culminou na intensificação da luta pela democracia e reconquista de direitos na terra pelos trabalhadores rurais.

Os movimentos sociais sem-terra, que se tornaram mais fortes com a formação do MST, têm seu grau de articulação própria. Ocupam áreas, organizam acampamentos e colocam o Estado para entrar em negociação até a conquista de seus objetivos. Em alguns casos, a ação é eficaz e acaba por conquistar as terras que almejam. Conseqüentemente, optamos por descrever a organização e formação do MST no Estado de São Paulo. Citamos algumas experiências de lutas no estado de São Paulo que fizeram história no Brasil pelo enfrentamento ao latifúndio e pela conquista de terras, como os Posseiros da Fazenda

Primavera, o Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo, do Pontal do Paranapanema, o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré e de Promissão.

É, portanto, dentro desse complexo histórico agrário brasileiro, que organizamos o terceiro capítulo, ao qual chamamos a atenção para o Assentamento Estrela da Ilha em Ilha Solteira/SP, a fim de expormos o seu processo de organização, formação, conquista da terra e resistência na terra.

Assim, realizamos ao longo da pesquisa mais de 52 entrevistas, porém, optamos por revelar apenas as 52 porque algumas entrevistas foram feitas sem o uso dos questionários. Algumas foram feitas bem no início da pesquisa para sabermos inicialmente sobre o assentamento de um modo geral e para a elaboração dos questionários. No entanto, alguns assentados foram abordados fora de seus lotes, para uma simples conversa, a fim do entendimento sobre a assistência técnica que é disponibilizada nos lotes ou para que obtivéssemos melhores informações a respeito dos projetos no assentamento.

Com os estudos realizados no assentamento Estrela da Ilha, a fim de entendermos a organização do acampamento, logo a conquista do assentamento, buscou-se considerar não só as ações resultantes desse processo, mas também o significado da luta para os que conquistaram a terra. Logo, entendemos que lutar pela terra é muito mais que a conquista de um pedaço de chão. É o trabalho sem submissão, é a riqueza da mesa farta e a conservação do modo de vida simples sem esquecer-se das raízes e tradições da vida no campo. Vejamos isso nas palavras de Almeida (2003, p.357):

Sua luta, a princípio, não é pela transformação do capitalismo - a não ser como potencialidade - mas para a realização de seu modo de vida, modo de vida ambíguo que será plenamente vivenciado quando da conquista da terra. Modo de vida no qual lugar de morada e de trabalho, dentre outras coisas, serão parte indivisa de um único ser social: o camponês.

Ao analisar a obra de Bourdieu (2000), onde ele aborda o conceito de *habitus* e explica ser um *modus operandi*, que é fruto da experiência acumulada historicamente, entendemos melhor o seu significado e que o modo de vida camponês, de contato com a terra, está entrelaçado com práticas herdadas. Assim, o indivíduo passa a criar estratégias práticas para melhor desempenho de velhas funções. Isso foi comprovado, através da maioria dos depoimentos, onde os acampados/assentados relataram que já tinham experiência com a terra antes de serem assentados e, por isso, buscaram voltar a ter uma vida tranquila no campo.

Os estudos ora realizados nos estimularam a refletir sobre a luta pela terra e a resistência na terra, bem como as formas de sobrevivência no assentamento, que, no caso do

Assentamento Estrela da Ilha, aponta para algumas certezas e, ao mesmo tempo, para muitas incertezas de seus agentes. Visualizamos a felicidade estampada nos olhares dos sujeitos que adquiriram um lote e construíram suas casas. Essa situação facilita a vida e os deixam com certa liberdade em optar pela melhor forma de sobrevivência.



Foto 30 - “Terra é Vida”.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.



Foto 31 - “Terra é vida”.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.

Descrevemos algumas dificuldades financeiras para produção e, ao mesmo tempo, dificuldades em escoar a produção, pois essa questão irá depender de apoios de entidades municipais e governamentais que, muitas vezes, hesitam em cumprir certos compromissos. Isso posto, o camponês não vê outra saída a não ser produzir pouco no lote ou optar por trabalhos não agrícolas, como fazer “bicos” para contribuir com as despesas da família, ou ainda sobreviver somente da aposentadoria e da ajuda dos filhos.

Por outro lado, e, em vista do que apresentamos ao longo da pesquisa, fica a pergunta: como podem exigir do assentado produção de alimentos, com todos esses obstáculos encontrados após a conquista do lote?

Nesse sentido, cabe ainda acrescentar que falta confiança por parte dos assentados em optar pela associação ou cooperação; ao mesmo tempo, falta dinheiro para investir no lote e aumentar a produção, mesmo tendo um espaço de 14 hectares adquirido por cada família. Tendo em vista que um lote bem produtivo abasteceria um supermercado com produtos variados e nutritivos ou ajudaria entidades filantrópicas, hospitais, igrejas, escolas e populações carentes através do PAA. Logo, fica a pergunta: por que a hesitação dos governos em apoiar tal produção? Castro (1984, p.50) já apontava para a questão da alimentação e a errônea forma de se alimentar no Brasil:

De fato, com a extensão territorial de que o país dispõe, e com sua infinita variedade de quadros climato-botânicos, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas.



Foto 32 - Soberania alimentar.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.



Foto 33 - Soberania alimentar.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2012.



Foto 34 - Produção animal no lote.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.



Foto 35 - Cultivo de hortas no lote.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.

De modo particular, entendemos que não basta ter uma área grande; precisa-se de incentivos e projetos com participação decisiva do governo e do município. Projetos bem executados e de uma forma promissora dando garantias para que o camponês produza e receba pelo que produziu, para que, junto de sua família, consiga ter uma vida sem submissão e digna.

Nesse sentido, a pesquisa reforça a complexidade camponesa expressa nas diferenças individuais do sujeito ou na diversidade da produção nos lotes, na heterogeneidade dos caminhos da comercialização de seus produtos, e mais, na opção por outras formas de renda, a exemplo da atividade não agrícola.



Foto 36 - Produção de alimentos no lote.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.



Foto 37 - Pecuária leiteira.
Fonte - FIALHO, GLAUCIA, 2011.

A realidade aponta principalmente para um ser flexível em buscar soluções e ajustes para permanecer na terra conquistada. Consequentemente, as várias alternativas para a reprodução social da família no assentamento é o que os mantém estáveis e, ao mesmo tempo, confirma a identidade camponesa.

V – BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Nova Forma de Luta Pela Terra: Acampar**. In: - **Revista ABRA**. Campinas/SP, ano 15, n° 02, maio/julho/1985.

ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2003.

ALMEIDA, Rosemeire A. **A Sociologia da Prática de Bourdieu e o Campesinato**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas/MS, v. 1, n°3, ano 3, maio 2006.

ARAÚJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007, 136 p.

BARROS, Ricardo. M. de C. **A Função Social da Propriedade Rural Como Vetora da Promoção da Dignidade do Trabalho Humano no Campo**. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Marília, 2008.

BERGAMASCO, Sonia M. **Assentamentos Rurais: Reorganização do Espaço Produtivo e Processos de Socialização**. In: **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308p.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1996.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

BORGES, Maria Celma. **O Desejo do Roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP**. São Paulo: Annablume, 2010. 314p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Arantes, 1984.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e Sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**, Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 10, nº11, pp.33-47, Jul.-Dez./2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo M.; RAMALHO, Cristiane B. **Luta Pela Terra e Desenvolvimento Rural no Pontal do Paranapanema**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, vol. 15, nº 43, 2001.

FERNANDES, Bernardo M. **27 anos do MST em luta pela terra**, In: FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C. A. (orgs) et. al. Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: Uniara, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis**. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org). História Geral da Civilização Brasileira. 8ª ed. São Paulo: Difel. 1989, Tomo I, Vol. 1. p.72-86.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A luta Pela Terra e a Política de Assentamentos Rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora**. Rev. Agrária, São Paulo, n. 8, pp. 73-98, 2008.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Censo agropecuário 1995/96, 2006 e Censo Demográfico 2010**.

JAPIASSU, Hilton. **O Mito da Neutralidade Científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 08-47.

LOERA, Nashieli R. **Tempo de Acampamento: Uma análise antropológica do mundo das ocupações de terra no Brasil**. In: Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos, Rio de Janeiro, 2009.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO AO PROPONENTE. **PAA/Programa de Aquisição de Alimentos: Compra Direta Local da Agricultura Familiar**. Fome Zero, MDS, Nov.2004.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência a questão agrária no campo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MEDEIROS, L.S de; LEITE. S. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308p.

NETO, Antonio, F. O.; BATISTA, Luiz C. (orgs). **Espaço e Natureza: A Produção do Espaço Sul-Mato-Grossense**. Campo Grande: UFMS, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. In: CARLOS, Ana F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

PAULINO, Eliane. T., ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

PRADO Jr., Caio. **A questão Agrária no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (orgs). **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**, In: PAULINO, E.T; FABRINI, J. E. (orgs.) et. al. **Campesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 496p.

SILVA, José Graziliano. **O Que é Questão Agrária**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1987.

SILVA, A. A. et al. **RIST – relatório de impactos socioterritoriais**: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

STÉDILE, João Pedro. **Questão Agrária no Brasil**. 4ªed. São Paulo: Atual, 1997.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**, O debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura - homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMAZ Jr., Antonio. **Nova Face do Conflito Pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema: estratégia de classe entre latifúndio e capital agroindustrial canavieiro**. Presidente Prudente: Revista Pegada.– vol. 10 n.1 Junho/2009

TORRENS, João C. Sampaio. **O Processo de Construção das Linhas Políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. In: MEDEIROS, Leonilde (orgs.) ET. al. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.

VEIGA, José Eli da. **A Reforma que Virou Suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

WOORTMANN, Klaas. **Com Parente Não se Negueia: o campesinato como ordem moral**. **Anuário Antropológico, nº 87**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural**. In: MEDEIROS, Leonilde (orgs.) ET. al. **Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Unesp, 1994.